

UNIVERSIDADE FEDERAL DE OURO PRETO
Instituto de Ciências Humanas e Sociais
Programa de Pós-Graduação em Letras: Estudos da Linguagem

LUCAS BRAGA SCARAMUSSA

A Língua Francesa no léxico do Português Brasileiro da *Belle Époque*: análise de uma obra purista através de dicionários de Língua Portuguesa dos séculos XVIII, XIX, XX e XXI

Mariana

2021

UNIVERSIDADE FEDERAL DE OURO PRETO
Instituto de Ciências Humanas e Sociais
Programa de Pós-Graduação em Letras: Estudos da Linguagem

LUCAS BRAGA SCARAMUSSA

A Língua Francesa no léxico do português brasileiro da *Belle Époque*: análise de uma obra purista através de dicionários de Língua Portuguesa dos séculos XVIII, XIX, XX e XXI

Dissertação submetida ao Programa de Pós-Graduação em Letras: Estudos da Linguagem, da Universidade Federal de Ouro Preto, como requisito parcial para obtenção do grau de Mestre em Letras, na Linha de Pesquisa 1 – Linguagem e Memória Cultural.

Orientadora: Profa. Dra. Soélis Teixeira do Prado Mendes.

Coorientadora: Profa. Dra. Simone Fonseca Gomes

Mariana

2021

SISBIN - SISTEMA DE BIBLIOTECAS E INFORMAÇÃO

S2851 Scaramussa, Lucas Braga.

A língua francesa no léxico do português brasileiro da Belle Époque [manuscrito]: análise de uma obra purista através de dicionários de língua portuguesa dos séculos XVIII, XIX, XX e XXI. / Lucas Braga Scaramussa. - 2021.

139 f.: il.: , tab.. + Fichas lexicográficas.

Orientadora: Profa. Dra. Soélis Teixeira do Prado Mendes.

Coorientadora: Profa. Dra. Simone Fonseca Gomes Duarte Guimarães.

Dissertação (Mestrado Acadêmico). Universidade Federal de Ouro

Preto. Departamento de Letras. Programa de Pós-Graduação em Letras: Estudos da Linguagem.

Área de Concentração: Estudos da Linguagem.

1. Cultura. 2. Estrangeirismos franceses. 3. Levantamentos lingüísticos. 4. Língua portuguesa - Estrangeirismos. 5. Lexicologia. I. Guimarães, Simone Fonseca Gomes Duarte. II. Mendes, Soélis Teixeira do Prado. III. Universidade Federal de Ouro Preto. IV. Título.

CDU 808.1 /.5

Bibliotecário(a) Responsável: Essevalter de Sousa-Bibliotecário ICSA/UFOP-CRB6a1407



FOLHA DE APROVAÇÃO

Lucas Braga Scaramussa

"A Língua Francesa no léxico do Português Brasileiro da *Belle Époque*: análise de uma obra purista através de dicionários de Língua Portuguesa dos séculos XVIII, XIX, XX e XXI"

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Letras: Estudos da Linguagem da Universidade Federal de Ouro Preto como requisito parcial para obtenção do título de Mestre em Letras: Estudos da Linguagem.

Aprovada em 24 de agosto de 2021

Membros da banca

Profa. Dra. Soelis Teixeira do Prado Mendes - Orientadora - Universidade Federal de Ouro Preto - UFOP
Profa. Dra. Simone Fonseca Gomes Duarte Guimaraes - Coorientadora - Universidade Federal de Minas Gerais - UFMG
Profa. Dra. Rita Cristina Lima Lages - Universidade Federal de Ouro Preto - UFOP
Profa. Dra. Maria Candida Trindade Costa de Seabra - Universidade Federal de Minas Gerais - UFMG

Profa. Dra. Soelis Teixeira do Prado Mendes, orientadora do trabalho, aprovou a versão final e autorizou seu depósito no Repositório Institucional da UFOP em 24/08/2021.



Documento assinado eletronicamente por **Monica Fernanda Rodrigues Gama, PROFESSOR DE MAGISTERIO SUPERIOR**, em 07/09/2021, às 18:48, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site http://sei.ufop.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **0210947** e o código CRC **769680CC**.

Dedicatória

A todos os professores e professoras que estiveram presentes ao longo da minha história nos caminhos do conhecimento: todos e todas permanecem em minha MEMÓRIA.

Agradecimentos

À Universidade Federal de Ouro Preto por proporcionar tamanha experiência enriquecedora a seus servidores e servidoras.

Ao Programa de Pós-Graduação em Letras da UFOP.

À Escola Municipal de Educação Básica de Prosperidade/ES, por ceder os raríssimos exemplares físicos do Novo Dicionário Aurélio da Língua Portuguesa.

À banca examinadora, por valiosas contribuições, principalmente à Prof^a. Dr^a. Soélis, orientadora, e à Prof^a. Dr^a. Simone, coorientadora, pelos ensinamentos, companheirismo e confiança durante todo esse processo.

O meu sincero agradecimento!

E com razom o nome da virgẽ he maria: este nome digno de honra tem três enterpretações em tres lingoageẽs. Em abraico enterpretase strella ou lumiador do mar. Em latim quer dizer per ethemollagia mar amargosso. Em lingoagem de syria quer dizer senhora.

(1495 Vita Christi f.º 15)

A vltima regra, que na lembranca deue ser a primeira seja, que trabalhemos sempre, por inuestigar a origẽ dos vocábulos. Porque pela etymologia delles, se sabe a orthographia & pela bõa orthographia a etymologia.

(1576 D. N. LEÃO Orthographia f.º 61-61v)

Escrevo com o dicionário. Sem diconário, não posso escrever – como escritor.

Gilberto Amado, *ap.* Antônio Carlos Vilaça, O Anel.

Tous les autres auteurs peuvent aspirer à la louange; lês lexicographes ne peuvent aspirer qu'à échapper aux reproches.

Andrieux, *ap.* Alfred Elwall, Dictionnaire français-anglais

RESUMO

O presente trabalho teve como objetivo maior identificar de que forma a influência francesa foi capaz de contribuir para a construção do léxico da Língua Portuguesa brasileira. Para isso, procedemos à investigação e à análise de termos lexicais franceses abordados em uma obra purista escrita pelo latinista Antonio de Castro Lopes em 1889, época que compreende o acontecimento da *Belle Époque*. Trouxemos um denso recorte histórico que comprovou a ligação cultural entre França e Brasil, tendo como expoente a *Belle Époque*, e como essa relação cultural deixou traços na língua, sobretudo no âmbito lexical. As teorias utilizadas buscaram mostrar como os fatores extralinguísticos, tais como as experiências vividas por uma sociedade, acarretam mudanças expressivas na sua língua, além da íntima e indissociável relação entre léxico e cultura. Para a estruturação dos conceitos que envolvem as ciências do léxico, utilizamos, majoritariamente, os estudos de Maria Tereza Camargo Biderman. A temática envolvendo a discussão sobre neologismos, empréstimos e estrangeirismos foi baseada, principalmente, em Ieda Maria Alves e Nelly Medeiros de Carvalho. O *corpus*, composto por trinta e duas palavras, retiradas da obra de Castro Lopes, foi analisado sob a ótica da neologia por empréstimo, a partir da qual pudemos classificar cada item levando em consideração as adaptações sofridas no processo de aportuguesamento dos galicismos. Ainda, como métodos de verificação, utilizamos dicionários específicos de Língua Portuguesa dos séculos XVIII, XIX, XX e XXI para atestarmos o registros oficial dos galicismos no léxico do PB. Enquanto resultado da influência francesa durante a *Belle Époque*, podemos concluir que, de fato, o movimento da *Belle Époque* foi um fator importantíssimo para a entrada e registro de termos franceses no léxico do PB. Das 32 palavras, 25 passaram a ser registradas em dicionários do PB após o período.

Palavras-chave: Léxico; Cultura, Galicismos; Empréstimos linguísticos; Estrangeirismos.

ABSTRACT

The present research aimed to identify how the French influences were able to contribute to the construction of the Brazilian Portuguese lexicon. For this, we proceeded with the investigation and analysis of French lexical terms used in a purist work written by the Latinist Antonio de Castro Lopes in 1889, a time that includes the Belle Époque event. We brought a dense historical clipping that proved the cultural connection between France and Brazil, having as exponent the Belle Époque, and how this cultural relationship left traces in the language, especially in the lexical scope. The theories used sought to show how extralinguistic factors, such as the experiences lived by a society, lead to expressive changes in its language, in addition to the intimate and inseparable relationship between lexicon and culture. For the structuring of the concepts that involve the lexical sciences, we used, for the most part, the studies of Maria Tereza Camargo Biderman. The theme involving the discussion about neologisms, linguistic loans and foreignisms was based mainly on Ieda Maria Alves and Nelly Medeiros de Carvalho. The corpus, composed of thirty-two words, taken from the work of Castro Lopes, was analyzed from the perspective of borrowed neology, from which we were able to classify each item taking into account the adaptations suffered in the process of entering in Portuguese. Still, as verification methods, we used specific Portuguese Language dictionaries from the 18th, 19th, 20th and 21st centuries to attest to the official register of Gallicisms in the Brazilian Portuguese lexicon. As a result of the French influence during the Belle Époque period, we can conclude that, in fact, this movement was a very important factor for the entry and registration of French terms in Brazilian Portuguese lexicon. Among the 32 words, 25 were registered in dictionaries after the period.

Keywords: Lexicon; Culture, Gallicisms; Linguistic Loans; Foreignisms.

RÉSUMÉ

Cette étude visait à identifier comment l'influence française a contribué à la construction du lexique de la langue portugaise brésilienne. Pour cela, nous avons procédé à l'investigation et à l'analyse des termes lexicaux français abordés dans un œuvre puriste écrite par le latiniste Antonio de Castro Lopes en 1889, une époque qui comprend l'événement de la Belle Époque. Nous avons apporté une coupure historique dense qui a prouvé le lien culturel entre la France et le Brésil, ayant comme exposant la Belle Époque, et comment cette relation culturelle a laissé des traces dans la langue, en particulier dans la portée lexicale. Les théories utilisées ont cherché à montrer comment des facteurs extralinguistiques, tels que les expériences vécues par une société, conduisent à des changements expressifs dans sa langue, en plus de la relation intime et indissociable entre lexique et culture. Pour la structuration des concepts impliquant les sciences lexicales, nous avons utilisé, pour la plupart, les études de Maria Tereza Camargo Biderman. Le thème de la discussion sur les néologismes, les emprunts et les étrangers était principalement basé sur Ieda Maria Alves et Nelly Medeiros de Carvalho. Le corpus, composé de trente-deux mots, tirés de l'œuvre de Castro Lopes, a été analysé du point de vue de la néologie empruntée, à partir de laquelle nous avons pu classer chaque élément en tenant compte des adaptations subies dans le processus d'entrée au Portugais . Néanmoins, comme méthodes de vérification, nous avons utilisé des dictionnaires spécifiques de la langue portugaise des XVIII^e, XIX^e, XX^e et XXI^e siècles pour attester du registre officiel des gallicismes dans le lexique du portugais brésilien. En raison de l'influence française à la Belle Époque, nous pouvons conclure qu'en fait, le mouvement de la Belle Époque a été un facteur très important pour l'entrée et l'inscription des termes français dans le lexique du portugais brésilien. Sur les 32 mots, 25 ont été enregistrés dans les dictionnaires après ce période-là.

Mots clés: Lexique; Culture; Galicismes; Emprunts Lexicaux; Xénisme.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	11
1 DO NOVO MUNDO À <i>BELLE ÉPOQUE</i> : ASPECTOS DA RELAÇÃO ENTRE FRANÇA E BRASIL AO LONGO DA HISTÓRIA	16
1.1 A França nas Américas	16
1.2 A <i>Belle Époque</i> francesa.....	22
1.3 A Belle Époque brasileira	28
2 OS GALICISMOS E O MOVIMENTO PURISTA: MARCAS DE UMA MEMÓRIA	35
2.1 Os galicismos no Português Brasileiro	35
2.2 Os galicismos na Língua Portuguesa do século XVIII e XIX	37
2.3 Os galicismos na língua portuguesa do século XX.....	40
2.4 O Purismo da Língua Portuguesa nos séculos XIX e XX	42
2.5 Purismo <i>versus</i> galicismos.....	48
2.6 Castro Lopes e sua obra	53
3 REFERENCIAL TEÓRICO: UMA BREVE ANÁLISE SOBRE AS CIÊNCIAS DO LÉXICO	60
3.1 O Léxico: Definições e Conceitos	60
3.1.1 A Lexicologia	65
3.1.2 A Lexicografia.....	67
3.2 Unidades de Tratamento Lexicográfico.....	68
3.2.1 O Glossário.....	68
3.2.2 O Vocabulário	69
3.2.3 Os Dicionários	70
3.3 Léxico e Cultura: uma Harmonia Uníssona.....	75
3.4 A Essência Mutável do Léxico	76
3.5 Os Neologismos	77
3.6 Tipos de Neologia	78
3.6.1 Neologia fonológica	79
3.6.2 Neologia Semântica.....	80
3.6.3 Neologia sintagmática	81
3.7 Neologia por Empréstimo	83
3.7.1 Terminologias e definições.....	84
3.8 As Adaptações do Empréstimo.....	88
3.8.1 Adaptação fonética	88

3.8.2	Adaptação gráfica	89
3.8.3	Adaptação morfossintática	90
3.8.4	Adaptação semântica	92
4	ANÁLISE E APRESENTAÇÃO DE DADOS.....	93
4.1	Apresentação dos dados.....	93
4.2	Análise dos dados	95
	CONSIDERAÇÕES FINAIS	124
	REFERÊNCIAS	129

INTRODUÇÃO

O léxico de uma língua estrutura-se à luz das vastas experiências culturais adquiridas e vividas por uma determinada comunidade ao longo do tempo. A todo momento, ele mostra-se como uma ferramenta à disposição dos usuários (falantes e escreventes) da língua, sendo acionado a cada necessidade comunicativa e, assim, revela-se como um sistema aberto e dinâmico, abarcando aquelas unidades lexicais já existentes e todas as outras que possam ser criadas. É, portanto, a estrutura linguística que mais reverbera as experiências e as influências extralinguísticas vivenciadas por um povo/nação. Debruçar-se sobre um conjunto lexical torna-se um interessante método de observar e analisar aspectos culturais e sociais de uma determinada comunidade linguística.

A presente pesquisa orienta-se por esse traço característico do léxico em ser o eco das experiências e influências culturais vivenciadas por uma comunidade. Pretendemos, com a pesquisa, investigar a influência da Língua Francesa no léxico da Língua Portuguesa brasileira através da análise de vocábulos tidos como franceses e utilizados na obra do purista Antonio de Castro Lopes *Neologismos Indispensáveis e Barbarismos Dispensáveis*, em sua primeira edição de 1889, período no qual encontrava-se em curso a manifestação do que se nomeou *Belle Époque*¹.

O objetivo principal desta investigação é verificar a presença de galicismos no léxico da Língua Portuguesa brasileira (PB) enquanto resultado da influência francesa no PB durante a *Belle Époque*. Aliando-se a essa proposta, pretendemos verificar a intensidade dessa influência e sua extensão, observando o registro, ou não, dos específicos galicismos em dicionários contemporâneos e de épocas pretéritas da Língua Portuguesa.

Além dos objetivos gerais acima apresentados, temos como propostas específicas: a) detectar traços do legado da cultura francesa presentes na história do Brasil; b) analisar dicionários de Língua Portuguesa dos séculos XVIII, XIX, XX e XXI procurando verificar o registro de galicismos; c) levantar os itens lexicais de origem francesa constantes nos dicionários citados; e d) analisar as possíveis adaptações dos itens lexicais encontrados quando aportuguesados.

¹ O período conhecido como *Belle Époque* pode ser entendido como um período de forte influência francesa no Brasil, compreendido entre os anos 1900 a 1920, tendo o seu maior florescimento entre 1898 e 1914. Foi um período de grande otimismo e paz, vivido pelas potências ocidentais, principalmente as europeias, em que se destacam importantes avanços científicos e tecnológicos para a época, responsáveis pelo estabelecimento de um sentimento de prosperidade e esperança no futuro.

No que diz respeito à metodologia, o primeiro passo foi identificarmos as palavras que, segundo Castro Lopes, eram consideradas galicismos (origem francesa), e, assim, delinear o *corpus* do estudo. Essa identificação foi realizada levando-se em consideração a indicação do próprio autor que afirmava, em seu texto, as origens das palavras. Os trechos textuais que continham essa indicação foram selecionados e inseridos em fichas lexicográficas.

Após identificarmos e reunirmos todas as palavras de origem francesa, distribuimos todas elas em fichas lexicográficas, inserindo, para cada um dos vocábulos, os significados trazidos pelos dicionários utilizados neste estudo. Para aquelas palavras que não foram encontradas em determinado dicionário, registramos os dizeres “Não registra”. Essa etapa foi importante, pois, através dela, foi possível percebermos qual dicionário trazia e qual dicionário não trazia o registro do termo. Nessa etapa inserimos, ainda, para cada palavra, a sua etimologia.

Uma vez estando as palavras separadas por fichas, e completos todos os seus significados, foi possível realizarmos a organização do *corpus*, alocando as palavras em quatro grupos distintos. A separação em grupos foi baseada levando-se em conta o fato de a palavra estar registrada, ou não, em determinado dicionário, o que nos indicava uma época/período histórico em que ocorreu a dicionarização.

Com a separação dos grupos, foi possível a realização de análises. Os principais pontos observados foram os períodos de registro dos termos nos dicionários e as adaptações sofridas pelas palavras ao entrarem no português. Demais aspectos identificados e suposições levantadas estão detalhadas nos capítulos 4 e 5 desta dissertação.

Para o cumprimento dos objetivos expostos, este trabalho foi organizado em cinco capítulos. O primeiro, denominado *Do Novo Mundo à Belle Époque: aspectos da relação entre França e Brasil ao longo da história*, apresentou um recorte temporal que compreende o período antes da chegada dos portugueses e estende-se até o início do século XX. O capítulo tem como função mostrar a presença da França em diversos momentos da história do Brasil e como essa presença foi capaz de influenciar modos de vida, de governos e, sobretudo, a língua. Nele, trouxemos alguns momentos históricos importantes que atestam a presença francesa e de seus ideais na cultura brasileira.

Como se trata de um capítulo no qual se pretende historicizar o período, nele tecemos menção às tentativas de colonização francesa, como a França Antártica, e as relações comerciais entre índios e franceses. Destacam-se, ainda, nesta seção, os importantes relatos escritos que nos foram deixados por André Thevet e Jean de Léry, discursos representativos da empreitada francesa nos trópicos. Outros detalhes trazidos pelo capítulo são o Iluminismo e a Revolução

Francesa, combustíveis para o despertar de movimentos políticos no Brasil, e a Missão Artística Francesa, disseminadora da cultura francesa pelo país.

Ainda neste primeiro capítulo, trouxemos apontamentos sobre o fluxo intenso de mudanças que ocorreram nas últimas décadas do século XIX e nas primeiras do século XX. Evidenciamos que a passagem do século estabeleceu uma nova ordem científico-tecnológica, quando o mundo moderniza-se e o modo de vida torna-se mecanizado e acelerado. Essas transformações modificaram radicalmente o contexto científico-tecnológico expandindo as fronteiras do mundo capitalista. As descobertas e inovações tecnológicas suscitaram, para o mundo, a necessidade de adequação ao novo ritmo que então se estabelecia

O primeiro capítulo pretendeu mostrar, ainda, que a passagem do século marca, para a França, um momento singular de sua história: a *Belle Époque*. Esse período conheceu um formidável avanço tecnológico das ciências e das técnicas e uma grande mudança sociológica. Na *Belle Époque*, a França adquiriu uma importante reputação científica que colocou em evidência sua inventividade, sua preeminência no progresso e o prodígio extraordinário de suas realizações. Uma seção do primeiro capítulo dedica-se a discutir o prestígio internacional construído e adquirido pela França e as representações em torno desse ideário de progresso e civilização.

Em se tratando de Brasil, especificamente, outra seção do capítulo mostrará que o final do século XIX e início do século XX também foram palcos para importantes acontecimentos em nosso país. A busca pela aceleração do ritmo do progresso, gerada a partir do Rio de Janeiro, capital administrativa e cultural do Brasil, espalhou-se pelo país juntamente com um desejo imenso pela europeização e pela modernização. Essa seção do trabalho elucida o desejo inicial de transformações e de construção de um novo Brasil, sob os moldes das civilizações europeias, momento conhecido como a *Belle Époque Tropical*. Expusemos, ainda, no primeiro capítulo, as características desse movimento no Brasil, suas razões e suas consequências e, principalmente, o significado das grandes reformas vivenciadas pelo Rio de Janeiro para o imaginário da elite brasileira.

No segundo capítulo, intitulado *Os galicismos e o movimento purista: marcas de uma memória*, abordamos o conceito de galicismos e trouxemos breves observações sobre a presença desse fenômeno que acompanhou a Língua Portuguesa durante seu processo de formação desde a Idade Média. Em sessões específicas do capítulo, estruturamos pequenos relatos, com base em linguistas diversos, que contam a história da entrada de palavras francesas no português durante os séculos XVIII, XIX e XX.

Diante de uma massiva presença de termos estrangeiros no Português, principalmente franceses, surge, em defesa do vernáculo, o movimento purista, cuja história também é trazida no segundo capítulo. Aqui, relatamos um pouco da vertente do movimento durante os séculos XIX e XX, seus conceitos, debates e filosofia como formas de proteção e de purificação da língua mãe. Para ilustrar nossa discussão, trouxemos uma série de autores que, à época purista, buscaram eliminar todo traço linguístico que pertencesse a outro idioma e estivesse presente no português.

Como resultado do purismo, muitos escritores criaram obras para disseminar tais ideais de proteção à língua e também para propor a utilização de palavras mais “adequadas”. É nesta sessão que trouxemos, como ponto importante do capítulo, a história de Castro Lopes e de sua curiosa obra, o livro *Neologismos indispensáveis e barbarismos dispensáveis*, em sua primeira edição de 1889. Latinista, Castro Lopes era um estudioso das línguas. Sua ideologia purista o levou a propor, em sua obra, a utilização de palavras “genuinamente” portuguesas, algumas delas criadas por ele próprio a partir do latim e do grego, para substituir os anglicismos e, sobretudo, os galicismos. É importante lembrarmos que foi a partir dessa obra que escolhemos as palavras que compuseram o *corpus* desta pesquisa.

No terceiro capítulo estruturamos todo um referencial teórico de modo a nos auxiliar no alcance dos objetivos propostos. Nele, teorias sobre as ciências do léxico e suas principais ramificações foram apresentadas, utilizando, principalmente, os estudos de Maria Tereza Biderman. Outro ponto importante abordado no capítulo teórico refere-se ao conceito de dicionários e a um breve relato histórico sobre os dicionários utilizados nessa pesquisa e as razões que nos motivaram elegê-los para este trabalho. Há, ainda, no terceiro capítulo, uma sessão que trata da íntima relação entre léxico e cultura e como ambos os conceitos estão intimamente ligados, o que confere ao léxico uma de suas características mais impressionantes: a sua dinamicidade e mutabilidade.

Trouxemos, ainda, uma outra sessão teórica que aborda os conceitos, semelhanças e distinções entre Neologia, Empréstimos e Estrangeirismos, também cerne deste trabalho. Como forma de encontrar as definições que melhor orientariam nossas pesquisas, buscamos realizar discussões entre autores da área e as teorias defendidas por eles/elas. Para isso, valemo-nos, principalmente, dos estudos de Ieda Maria Alves e Nelly Carvalho.

No quarto e penúltimo capítulo, trouxemos a apresentação dos dados e propusemo-nos a explicar a forma como esta pesquisa foi desenvolvida, e as etapas de organização dos dados. Aqui, i) apresentamos a lista das palavras extraídas da obra de Castro Lopes, ii) retomamos a indicação dos dicionários utilizados e iii) explicamos a lógica de separação das palavras em

grupos, na medida em que os vocábulos eram, ou não, dicionarizados. Ainda nesse capítulo, todos os vocábulos foram dispostos em fichas lexicográficas, reunidos em ordem alfabética, e acrescidos de seus significados conforme trazem os dicionários. Além disso, inserimos, nas fichas de cada palavra, a etimologia conforme consulta a dicionário etimológico.

No quinto e último capítulo, apresentamos as considerações adquiridas com a realização do trabalho, o relato do cumprimento dos objetivos iniciais e os resultados obtidos a partir das análises dos vocábulos franceses.

1 DO NOVO MUNDO À BELLE ÉPOQUE: ASPECTOS DA RELAÇÃO ENTRE FRANÇA E BRASIL AO LONGO DA HISTÓRIA

A descoberta do Novo Mundo foi o resultado de aventuras marítimas impulsionadas pelo interesse econômico, pelo desejo de evangelizar o indígena e/ou, até mesmo, pela curiosidade no além-mar, como afirma Perrone-Moisés (1996). Essas são algumas das motivações que encorajavam os navegantes europeus do século XVI a se aventurarem rumo a um desconhecido encoberto por lendas e fantasias perpetuadas desde a Idade Medieval. O próprio Oceano Atlântico era aquele do qual pouco ainda se sabia, porém, a curiosidade era a marca característica daqueles viajantes. Para Perrone-Moisés (1996), o fascínio pelos enigmas do mundo foi um dos maiores fatores de impulso das Grandes Navegações, tão importante quanto o interesse econômico e a ambição dos europeus por riquezas além-mar.

É nesse contexto de descobertas que Brasil e França iniciaram seus primeiros contatos e estabeleceriam uma relação que atravessaria séculos e se manteria presente em momentos importantes da formação histórica do nosso país. Capistrano de Abreu chega a afirmar que “[...] durante anos ficou indeciso se o Brasil ficaria pertencendo aos Peró (portugueses) ou aos Mair (franceses)” (ABREU, 1988, p.74). O historiador franco-canadense Marcel Trudel (1963) enfatiza o mesmo ponto ao dizer que, durante o século XVI, é no Brasil que se deve buscar a presença francesa no Novo Mundo.

Foi a partir desse contexto que, neste capítulo, traçamos uma breve, porém densa, linha cronológica, desde pouco antes do “descobrimento”, pontuando alguns acontecimentos de grande relevância à compreensão da história do Brasil. Nessas ocasiões, ficou evidente a participação da França, seja através da presença física dos franceses e de suas contribuições como atores históricos, ou até mesmo através da incorporação, pelo povo brasileiro, de ideais revolucionários e modelos de vida inspirados no estilo francês.

1.1 A França nas Américas

Já constam de longa data as primeiras alianças interculturais entre os nativos americanos e os europeus no então revelado Novo Mundo de 1492. Há registros de que comerciantes franceses estão entre os primeiros viajantes a chegarem ao Brasil, frequentando as costas brasileiras desde os fins do século XV, portanto, antes de Cabral, buscando o pau-brasil, importante matéria-prima para o tingimento de tecidos na indústria têxtil, e também à procura de outros produtos valiosos como ouro e prata (MARIZ, 2006).

As viagens francesas ao Brasil, que adentraram o novo do século XVI, eram puramente comerciais, conforme descreve Mariz (2006, p. 38):

Não vinham eles (os franceses) ao Brasil para fundar colônias permanentes e sim apenas para comerciar com os índios. Traziam os produtos europeus que os indígenas ambicionavam, em troca recebiam os produtos da terra brasileira que tinham possibilidade de revender, com grandes lucros, na Europa.

De fato, na primeira parte do século XVI, o território brasileiro, sob domínio português, já era parada obrigatória nas viagens de navegadores e corsários franceses. Tal presença se fazia, em alguns locais do litoral brasileiro, muitas vezes maior do que a ocupação dos próprios homens a serviço da coroa lusitana.

Já é sabido que o nome Brasil não deriva da palavra portuguesa “brasa” ou “braseiro”. Sua verdadeira origem é o termo celta *brésil*, que significa “vermelho”. Os franceses da Normandia, que logo após o “descobrimento” se tornaram os primeiros traficantes de pau-brasil para a Europa, batizaram com esse nome a preciosa madeira vermelha que aqui vinham buscar (ELMALAN, 2008). A palavra *brésil* difundiu-se a tal ponto que, na concepção do historiador João Ribeiro, “Brasil” na verdade é um galicismo: “Foi esse o primeiro galicismo que recebemos na pia” (RIBEIRO, 1923).

As relações que os franceses estabeleceram com as civilizações indígenas da costa brasileira foram, em geral, um tanto quanto diferentes. Ao contrário dos portugueses, que aqui vinham conquistar terras e nelas se estabelecerem, os franceses, principalmente os da região da Normandia, desejavam, antes de tudo, o estabelecimento de boas práticas comerciais. O trato com o indígena nativo era tão cordial que rapidamente foram produzidos “dicionários” normando-tupi-guaranis, contendo, principalmente, fórmulas de cortesia (ELMALAN, 2008).

A colonização francesa, ou a tentativa de fazê-lo, iniciou-se tardiamente quando comparada às expedições espanholas e portuguesas. A primeira empreitada colonizadora dos franceses em terras brasileiras aconteceu em 1555, na região carioca da Baía da Guanabara, quando se iniciou a ocupação de uma pequena região litorânea que ficou conhecida pelo nome de França Antártica. Em estreita ligação com os indígenas da região, os franceses queriam, além de estabelecer um ambiente de colonização na costa brasileira, desenvolver atividades econômicas, principalmente no extrativismo.

A França Antártica no Brasil, entre 1555-1560, apesar de sua brevidade, conquista a atenção, porque estabelece relações entre o europeu e o índio brasileiro baseadas em interesses comerciais e de convívios, em que a curiosidade e/ou necessidade vencem receios e pré-conceitos (SOARES NETA, 2011, p. 11).

Os franceses ocuparam a Baía da Guanabara até 1567, data em que foram expulsos, definitivamente, pelo exército militar português comandado por Estácio de Sá.

Quando se aborda a experiência da França Antártica, é indispensável destacar duas das mais importantes figuras desse empreendimento francês no Brasil: André Thevet – frade católico – e Jean de Léry – pastor protestante, especialmente no que se refere aos escritos de ambos.

As principais obras de Thevet sobre a França Antártica foram publicadas em 1558 e 1574, respectivamente, sendo elas *As singularidades da França Antártica* e *A cosmografia universal*. O livro *Les Singularités de la France Antarctique*

[...] foi o primeiro relato sobre a tentativa de implementação de uma base colonial francesa no Brasil, assim como a primeira publicação impressa na França sobre aspectos relativos à fauna, flora, hidrografia e características gerais de algumas populações indígenas da região, em especial os Tupinambá do litoral do atual Estado do Rio de Janeiro (SOUZA, 2016, p. 21).

Boa parte de sua descrição provém, conforme indica Augras (1991), das informações adquiridas por meio dos marinheiros normandos que há muito habitavam entre os indígenas.

Em contrapartida, no livro de Jean de Léry, *Viagem à Terra do Brasil (Histoire d'un voyage fait en la terre du Brésil, autrement dite Amérique)*, publicada em 1578, é possível identificarmos uma esplêndida descrição da fauna e da flora brasileiras, dos povos indígenas, de seus hábitos e de suas tradições. Na obra, também se registram, como jamais se havia feito até então, em notações musicais singelas, as canções que eram entoadas pelos próprios índios em rituais. A *Histoire* de Léry teve grande aceitação dos leitores e foi traduzida para diversos idiomas, sendo sucessivamente editada com o autor ainda em vida (MOREIRA NETO, 2009).

Além de toda riqueza presente ao longo da obra de Léry, é importante destacarmos que, na parte final do livro, no capítulo XX, o pastor inclui o texto *Colóquio de Entrada ou Chegada ao Brasil*, escrito em tupi antigo, através do qual podemos visualizar a língua indígena fazer-se conhecer em todo seu primor, através da reprodução de uma conversa entre um índio tupinambá e o próprio Léry. É no *Colóquio* que, como jamais havia sido feito até então, apresentam-se considerações gramaticais sobre a língua brasílica (Tupinambá), há exatos 17 anos antes de a *Arte de Grammatica da Lingoa Mais Usada na Costa do Brasil*, de José de Anchieta, a primeira gramática do tupi antigo, ser publicada em Coimbra em 1595.

Neste momento de nossa discussão, é importante mencionarmos que à língua francesa foram incorporados termos provenientes do tupi, conforme atesta o dicionário etimológico

Trésor de la Langue Française informatisé – TLFi, sendo alguns deles *cajou*², *manioc*³ e *tatou*⁴. É importante esclarecer que, no caso desta pesquisa, não cabe responder detalhadamente como ocorreu esse intercâmbio, nem mesmo as razões extralinguísticas que atuaram no processo de exportação de palavras tupis. Muito embora nos pareça que o contato acontecido no século XVI tenha sido um dos principais, senão o fator primordial dessa troca.

Ainda no que concerne ao que conhecemos como litoral brasileiro, os franceses tentaram uma nova empreitada colonizadora, dessa vez na atual região do estado do Maranhão. Em 1612, fundou-se, ali, com apoio da monarquia francesa, a França Equinocial, cujo principal legado é a construção de São Luís do Maranhão, a única capital da América portuguesa fundada por franceses e colonizada por portugueses. Essa segunda tentativa de colônia francesa foi católica e missionária, seguindo os modelos religiosos semelhantes aos da colonização ibérica (SOARES NETA, 2011). Novamente, entretanto, os franceses não foram capazes de se manter na colônia, sendo expulsos pelos portugueses mais uma vez.

Na América do Sul, os franceses tiveram mais sorte na região das Guianas, onde até hoje há um território francês: a Guiana Francesa. Na América do Norte ocuparam, inicialmente, os territórios onde hoje se localiza o Canadá, tendo como ponto de partida a fundação de Québec no começo do século XVII. Nos dias atuais, ainda se mantêm como departamentos franceses, nas Américas, as Ilhas de Guadalupe, São Martinho, São Bartolomeu e Martinica.

Buscando novos fatos históricos que sustentem nossos argumentos e comprovem a presença francesa em nosso país, chegamos aos anos de 1700. Na França do século XVIII, os ideais de liberdade, igualdade e fraternidade foram as palavras de ordem dos que se rebelaram contra as opressões do Estado absolutista, sendo nesse século, portanto, o despertar do chamado Iluminismo: movimento de revalorização da atividade intelectual por meio da razão e da difusão do conhecimento científico (ODALIA, 2006). Alicerçada nas ideias Iluministas de *liberté*, *égalité*, *fraternité* e nos seus mais importantes formuladores, dentre os quais destacamos Voltaire, Montesquieu, Diderot e Rousseau, a burguesia francesa nutriu-se e apropriou-se

²Étymol. et Hist. 1602 caju «fruit de l'anacardier» (A. Colin, Hist. des Drogues, p. 409 d'apr. Arv., p. 39). Empr. au tupi *cajú* (v. Fried., s.v. *acajú* et *cajueiro*; *acajou*).

³Étymol. et Hist. [1555 *maniel*, bot., cité comme mot étranger (Barré, *Copies de quelques lettres sur la navigation du chevalier de Villegagnon*, p. 109 ds Arv., p. 329)]; 1556 *manioc* (Le Testu, *Atlas, ibid.*). Empr. au tupi *manioch*, de même sens; aussi *mani(h)ot*, qui semble être purement oral (d'où le fr. *manihot*, puis *maniot* dans la seconde moitié du XVI^e. s.; v. König, p. 142) et *mandihoca*, *mandioqua* (d'où au XVII^e., les formes *mandoc*, *mandioca*, *mandioque* et *mandihoca* en fr. et *mandioca* en esp. et port.; v. Arv., pp. 329-330 et Fried., pp. 380a-381b).

⁴Étymol. et Hist. 1553 (P. BELON, *Observ. de plus. singul.*, t. 3, p. 52 ds GDF.Compl.). Empr. au tupi *tat* «tatou». Voir KÖNIG, p. 201 et FRIED.

desses ideais para fazer eclodir a Revolução Francesa em 1789, utilizando do pensamento iluminista para legitimar suas práticas (ABRÃO, 1999).

Para Bobbio (1992), a Revolução Francesa representou uma alteração brusca na trajetória do gênero humano, pois garantia a liberdade, a igualdade e a soberania popular, derrotando, definitivamente, o Antigo Regime. O autor ainda descreve o entusiasmo de Kant perante a Revolução Francesa e seu caráter positivo para humanidade ligado ao

[...] direito de um povo decidir sobre seu próprio destino. Esse direito, segundo Kant, revelara-se pela primeira vez na Revolução Francesa. E esse era o direito de liberdade num dos dois sentidos principais do termo, ou seja, como autodeterminação, como autonomia, como capacidade de legislar para si mesmo, como antítese de toda a forma de poder paterno ou patriarcal, que caracterizara os governos despóticos tradicionais (BOBBIO, 1992, p. 86).

Silva e Silva (2013) sustentam que os pensamentos do Iluminismo e da Revolução Francesa, valorizando o progresso, o racionalismo e a ciência, não ficaram apenas restritos à filosofia, mas abarcaram também diferentes domínios do saber humano e atingiram o continente americano. No campo político, pelo menos após a Revolução de 1789, o lema *liberté, égalité e fraternité* repercutiu no cenário brasileiro, e a França aparece, de alguma forma, como o farol da liberdade, inspirando os movimentos emancipacionistas, como a Inconfidência Mineira (1792), a Inconfidência Carioca (1794), a Inconfidência Baiana (1798) e a Inconfidência Pernambucana (1801).

Após as revoluções nacionais, a chegada da Família Real portuguesa ao Brasil no ano de 1808 é considerada um marco na introdução das ideias francesas no Brasil, não por serem as primeiras, mas por acontecerem de maneira mais profunda e sistematizada. A corte portuguesa trouxe consigo hábitos do luxo europeu e, para satisfazer esses costumes, que se tornaram necessidades, vieram também cabeleireiros e modistas franceses, e comerciantes ingleses. Finalmente, com a abertura dos portos, o Brasil abriu-se às outras nações e permitiu que pessoas e mercadorias de origem estrangeira pudessem adentrar livremente em suas terras. É importante deixar evidente que, até 1808, o Brasil sofria um bloqueio imposto por Portugal a visitantes/comerciantes estrangeiros, impedindo-os de entrarem na colônia.

Nessa perspectiva de maior aceitação àquilo que vem de fora, foi apenas em 1816, por questões políticas, essencialmente, que a França retomou seu prestígio junto à Coroa Portuguesa, restabelecendo e intensificando os laços com o Brasil. Assim,

[...] homens, livros, idéias e coisas de procedência francesa, penetram, em larga escala, nos meios brasileiros. Obras francesas inundam as livrarias. A língua é amplamente divulgada entre nós. Multiplicam-se as viagens de turismo. Comerciantes de todos os ramos, artesãos de todas as profissões, técnicos, professores, colégios de religiosos

franceses aqui fundados, sábios e viajantes, refugiados políticos, que aqui aportaram em virtude das sucessivas agitações revolucionárias em França, entram a influir poderosamente “com sua técnica, com seu gosto”, com os artigos que importam ou confeccionam, com sua maneira de viver e de pensar, enfim, sobre a vida, os costumes e as idéias da sociedade brasileira (SOUZA, 1939, p. 50).

A abertura dos portos marca, portanto, o início do desenvolvimento do país impulsionado por D. João VI. E coube aos franceses, por sua vez, uma participação importante nesse momento da história, principalmente com a chegada ao Rio de Janeiro, no ano de 1816, da Missão Artística Francesa (*Mission Artistique Française*).

A Missão trouxe ao Brasil célebres representantes da ciência, da literatura e da arte francesa: inicialmente, podemos citar Grandjean de Montigny, Ferrez, Taunay, Debret, Lebreton e Pradier. A esses se seguiram muitos outros: Saint-Hilaire, Castelnau, Tollenare, Ribeyrolles, D’Assier, Expilly, Debadie, d’Orbigny e inúmeros demais viajantes, dignos representantes da cultura francesa, que percorreram o país deixando ampla documentação acerca da nossa história, geografia e etnografia. Os artistas da Missão pintavam, esculpiam, desenhavam e construía à moda europeia, revolucionando o panorama das Belas Artes no país.

Quase todas essas obras francesas sobre o Brasil indicam que à presença em nosso país, de seus autores, correspondeu, uma ação ou influência de idéias, estilos e maneiras francesas, trazidas por eles. Ação senão ostensivamente pedagógica, como a dos mestres franceses no período de D. João VI e nos primeiros tempos do império, pelo menos estimulante (FREYRE, 1940, p. 33).

Além da Missão, movimento através do qual muito da cultura francesa pôde se espalhar pelo país, é importante destacar, ainda, a presença francesa no campo da educação. O ensino obrigatório da língua francesa na escola pública brasileira teve início com a criação do Colégio Pedro II, em 1837. Assinala o historiador e pintor J. B. Debret (1954, p. 17), quanto ao ensino do francês, que

[...] em 1816 havia apenas dois colégios particulares [...]. Também alguns franceses, forçados a tirar partido de sua educação, davam lições de Língua Francesa e de Geografia, em casa de pessoas ricas. [...] As moças aprendem com facilidade a traduzir e a escrever a Língua Francesa, mas encontram em geral certa timidez em falá-la.

A pioneira instituição imperial de ensino público, cujos currículos enciclopédicos apresentavam-se com feição predominantemente literária, oferecia, ainda, leituras de manuais, escritos em francês, que traziam disciplinas científicas, como a zoologia, a botânica, a física e a química. No livro *Belle Époque Tropical*, o pesquisador Jeffrey Needell (1993, p. 78) lista os livros franceses que eram estudados no Colégio Pedro II: “[...] o *Atlas*, de Delamarche; a *Grammatica Franceza*, de Sevène; as *Nouvelles Narrations Françaises*, de Filon; a *Historia Romana*, de De Rosoir e Dumont; o *Cours de Littérature Française*, de Claude André; o *Cours*

Élémentaire de Philosophie, de Barbe, e o *Manuel d'Études pour la Préparation du Baccalauréat en Lettres: Histoire des Temps Modernes*". Sendo o francês obrigatório no currículo da escola pública do século XIX, é natural que seja inaugurada, em 1885, uma Aliança Francesa na cidade do Rio de Janeiro, ou seja, dois anos após a fundação da sociedade em Paris.

Mesmo que a França não tenha exercido grande influência direta na economia ou política do Brasil, ela contribuiu largamente para a mudança dos hábitos culturais, cooperando na construção da identidade brasileira e na reestruturação das artes. Além dos fatos acima apresentados, há um outro momento histórico no qual o Brasil passa direta e nitidamente a sofrer influências da cultura francesa. Essa época refere-se ao fim do século XIX e começo do XX, período sobre o qual apresentaremos mais informações nas sessões adiante.

1.2 A Belle Époque francesa

O início dos anos 1900 foi marcado por intensas mudanças, oriundas, principalmente, do recente panorama econômico mundial caracterizado, segundo Rocha (2013), por um mecanismo através do qual o capitalismo expandiu-se em nível global e fez do mundo um conjunto interligado.

A efusão do industrialismo, motivada pela Revolução Industrial de 1780, ganhou força com a segunda Revolução Industrial, também denominada Revolução Científico-Tecnológica, iniciada em 1850. A partir de então, a perspectiva científica e tecnológica mundial foi reconfigurada, aumentando-se o poder do pensamento capitalista (SEVCENKO, 1998).

As pomposas exposições industriais realizadas a partir de 1850 funcionavam como verdadeiras vitrines por meio das quais as inovações no campo da tecnologia (juntamente com toda sua magnificência, é claro) eram apresentadas à sociedade. Esse movimento de avanço, profundamente encantador para a época, desencadeou um novo comportamento científico-tecnológico em um ambiente social cujo ritmo da existência humana adquiria traços mais modernos, mecanizados e acelerados.

Os estudos de Sevcenko (1998, p. 7) apontam que esse período de drásticas mudanças foi resultado do então novo caráter dinâmico da economia global, que atingiu a todas as condutas individuais “[...] desde a ordem e as hierarquias sociais, as noções de tempo e espaço, os meios de percepção dos objetos ao redor, de reagir aos estímulos luminosos, a maneira de organizar as afeições e de sentir a proximidade ou o alheamento dos outros seres humanos”.

Tais modificações, trazidas pela nova ordem, foram muito intensas e alcançaram uma considerável parcela da população global. As rotinas, as práticas e as percepções dos sujeitos

foram modificadas. Conforme já dito, toda essa alteração brusca no âmbito social instaurou-se a partir do momento em que o capitalismo ganhou força e adquiriu uma atuação global. Na concepção de Sevcenko (1998), tal processo aconteceu, num primeiro momento, ao final do século XVIII, (aproximadamente em 1750) no despertar da primeira Revolução Industrial. “Esse surto inaugural da economia industrializada fora baseada em três fatores básicos: o ferro, o carvão e as máquinas a vapor, propiciando o surgimento das primeiras unidades produtivas, as fábricas” (SEVCENKO, 1998, p. 8).

A sociedade mundial experimentou, então, os efeitos de um estágio inicial de destaque da industrialização com uma economia baseada, essencialmente, na produção de lã e de tecidos. Já o segundo episódio de *boom* deu-se em razão do acontecimento da segunda Revolução Industrial, também chamada de Revolução Científico-Tecnológica de 1850. Conforme indica Sevcenko (1998), esse segundo episódio de descobertas foi grosseiramente mais abrangente e complexo quando comparado àquela primeira expressão de economia baseada em máquinas, pois simbolizou, com efeito, um aumento extraordinário, qualitativa e quantitativamente, dos avanços científico-tecnológicos.

A Revolução Científico-Tecnológica nasceu da ocasião em que se passaram a incorporar as inovações tecnológicas às etapas de produção, favorecendo a melhoria das fontes de energias antes pouco aproveitadas, sejam elas o petróleo ou a força elétrica, gerando, assim, novas áreas de exploração e produção. Para melhor ilustrarmos esse novo ambiente nas cadeias produtivas, dos modelos de produtos e dos impactos sociais obtidos, trazemos uma interessante parte da obra de Sevcenko (1998) que apresenta situações/manifestações que cobrem e ultrapassam o período estudado:

No curso de seus desdobramentos surgirão, apenas para se ter uma breve idéia, os veículos automotores, os transatlânticos, os aviões, o telégrafo, o telefone, a iluminação elétrica e a ampla gama de utensílios eletrodomésticos, a fotografia, o cinema, a radiodifusão, a televisão, os arranha-céus e seus elevadores, as escadas rolantes e os sistemas metroviários, os parques de diversões elétricos, as rodas-gigantes, as montanhas-russas, a seringa hipodérmica, a anestesia, a penicilina, o estetoscópio, o medidor de pressão arterial, os processos de pasteurização e esterilização, os adubos artificiais, os vasos sanitários com descarga automática e o papel higiênico, a escova de dentes e o dentífrico, o sabão em pó, os refrigerantes gasosos, o fogão a gás, o aquecedor elétrico, o refrigerador e os sorvetes, as comidas enlatadas, as cervejas engarrafadas, a Coca-Cola, a aspirina, o Sonrisal e, mencionada por último mas não menos importante, a caixa registradora (SEVCENKO, 1998, p. 9-10).

Além dessa vasta diversidade de inovações que passaram a integrar-se à rotina das pessoas, Sevcenko também nos faz conhecer o resultado mais chocante da segunda revolução: a velocidade com que as invenções e descobertas emergiram e foram absorvidas pela sociedade.

Os parâmetros históricos modernos que se instauraram, definidos pela segunda revolução, e que chegaram a novo século, puderam ser percebidos mais nitidamente pelos europeus e norte-americanos, cujos estilos de vida foram totalmente atingidos. Vale destacar, ainda, que o rápido crescimento dos meios de transportes e dos meios de comunicação, aliado aos novos postos de trabalho, produziram mais uma manifestação provinda da Revolução Científico-Tecnológica: as metrópoles da era moderna.

É nesse contexto de inovações tão surpreendentes que a França assume um posto de grande destaque e prestígio, dado que reforça, no cenário mundial, sua imagem como nação criadora e exportadora de inovações, especialmente aquelas relacionadas ao campo da eletricidade.

Durante o século XIX, a imagem da capital Paris não era em nada semelhante àquela na qual se transformaria posteriormente. A adaptação da cidade aos tempos modernos foi desencadeada por várias razões, dentre as quais e a principal, a já mencionada Revolução Científico-Tecnológica, que favoreceu a implantação de ferrovias, a utilização de diferentes matrizes energéticas, além de melhorias no transporte e na comunicação.

Buscando fazer com que Paris acompanhasse toda essa evolução que se espalhava pelos países ricos, o governo francês liberou investimentos que fariam da capital uma grande metrópole mundial. A cidade também deveria responder ao crescimento populacional e de inovação assim como as influentes capitais mundiais o faziam: iniciou-se, portanto, uma ampla reforma. Os antigos becos e ruelas que dificultavam a movimentação das pessoas deram lugar às espaçosas avenidas longitudinais. Para as autoridades, a antiquada disposição urbana facilitava a eclosão de manifestações populares muito comuns à época.

É no ano de 1850 que Paris foi submetida às reformas que definitivamente a transformariam em “cidade modelo”. Para comandar as obras, Napoleão III, presidente da Segunda República Francesa, designou o prefeito do antigo *Seine* (departamento do Sena), Georges-Eugène Haussmann, largamente conhecido como Barão Haussmann o “artista demolidor”. No período de 1853 a 1870, o urbanista “reconstruiria” Paris, demolindo ruas antigas, residências destoantes e os simples comércios para, assim, reestruturar a capital francesa primando por uma imagem mais moderna. A derrubada dos antigos casarões forçou os mais humildes a mudarem-se para as periferias, anteriormente ocupadas por plantações e engenhos, aumentando a vastidão da cidade. É também desse período de reformas que nasce uma das hipóteses que explicam a razão para Paris ser chamada de “cidade luz”: as luminárias a gás ao longo das ruas, posteriormente descartadas pelo uso da eletricidade (LIMA, 2018).

O término do século XIX e o começo dos anos de 1900 marcaram, na história da França, especificamente, um momento ímpar: chega-se à *Belle Époque*. Esses anos de grande prestígio francês são identificados pelo período que abrangeu as últimas décadas do século XIX estendendo-se até 1914, ano da grande guerra; e foi nesse intervalo temporal que o país experimentou forte destaque tecnológico, científico e evidente metamorfose na sociedade; tudo isso somado às reformas de Haussmann. Por volta de 1900, ainda no início do século, Paris já era considerada, mundialmente, uma capital moderna no mais alto grau, conforme as afirmações de D. e T. Hoobler (2013, p. 17):

Alinhavam-se nos bulevares teatros excelentes, restaurantes caros, lojas, cafés e salas de concerto. Apartamentos elegantes com balcões eram oferecidos como residência para os mais abastados nas amplas avenidas (...). Com os dínamos levando eletricidade para todas as partes de Paris, tornou-se possível instalar elevadores elétricos em prédios, invertendo o tradicional modelo de moradia dos habitantes.

O termo *Belle Époque* faz jus à preponderância desse período de cultura cosmopolita francesa, que foi capaz de fazer ecoar, em outras nações, a filosofia do movimento. A expressão designa o clima intelectual e artístico daqueles anos em que as importantes inovações tecnológicas, como o cinema, o avião, o automóvel e o telefone conviviam juntamente com as diferentes maneiras de pensamento que então despontavam.

A influência da *Belle Époque* foi significativa e profunda o bastante para elaborar suas representações e difundi-las pelo mundo. Paris eleva-se, portanto, ao fim do século XIX, como uma grande e poderosa metáfora, espaço-síntese de um estilo de vida rebuscado, airoso, culto e civilizado. Os mecanismos e os comportamentos da sociabilidade burguesa produziram, assim, imagens de uma idade de ouro da sociedade cujas vias e veias de circulação eram os *boulevards* de Paris. Os valores, os códigos e os rituais da cultura da *Belle Époque*, na condição de teatro da civilização, espalharam-se, em maior ou em menor escala, pelas sociedades contemporâneas, dentre as quais Lisboa, Buenos Aires, São Petersburgo, Viena, Rio de Janeiro, Belém e Manaus (MAGALHÃES, 2014).

A França conquista, então, um importante renome científico que destacou sua capacidade de invenções e sua superioridade em desenvolvimento. Acontecimentos de grande importância, como as Exposições Universais⁵ de 1878, 1889 e 1900, foram realizados para revelar Paris ao mundo como sendo a capital modelo do progresso. Paris,

[...] capital de uma grande democracia progressista e lugar de uma verdadeira revolução urbana, acolhe três Exposições: a de 1878, a de 1889, a de 1900, numa

⁵ Também chamadas de: Exposição Internacional, Exposição Universal ou Feira Mundial.

espécie de escalada de excessos. A exposição de 1900 também está no cerne do mito da Belle Époque (ALBERTINI, 1995, p. 152)⁶ (Tradução livre).

Na época das exposições, a influência e a disseminação do uso das máquinas comprovaram que um modo de viver maquinal e acelerado surgira para, definitivamente, fazer parte da realidade social. É importante evidenciarmos uma das principais atrações da Feira Mundial do ano de 1889: a energia elétrica. Diz-se essa ser a causa do êxtase mundial perante a França. São inúmeras as menções à sua função durante o evento e ao encantamento avivado naqueles ali presentes. “A gigantesca estrela iluminada no topo do Pavilhão da Eletricidade, portanto, não apenas simbolizava uma inovação técnica, mas o emblema que guiaria a humanidade na nova fase histórica inaugurada pelas tecnologias modernas” (SEVCENKO, 1998, p. 10). Desse modo, a recém-chegada da eletricidade colocou-a como o grande destaque da Exposição Internacional parisiense de 1889.

Não apenas a eletricidade teve papel de destaque na feira. A Torre Eiffel arrebatou admirações e consagrou-se como marco instaurador da nova era tecno científica francesa. Segundo Sevcenko (1998, p. 22), a obra foi “[...] originalmente criada para a Exposição de 1889 como um elemento decorativo e sugestivo dos usos e da plasticidade das novas ligas e estruturas metálicas”.

A França, portanto, iniciou o século XX conquistando uma consolidada admiração pelas demais nações por motivos científicos e progressistas. As exposições universais da capital Paris anunciaram a atuante postura do país quando da Segunda Revolução Industrial e também desvelaram seu potencial inventivo, além de reforçarem traços análogos à democracia, à liberdade, à pompa e à elegância.

Para Pacaud (2004), além a expertise no campo científico, a França dessa época ocupara posto de destaque também na área das artes, sendo Paris, desde o Movimento Impressionista, a capital mundial das artes. Possuía importância invejável nas literaturas, pinturas, esculturas e supremacia, a datar de 1900, na arquitetura e nas artes decorativas. Vista como nação matriz do pensamento humano, a França ia além dos campos científico e industrial, atingindo as expressões da moda e do *chic*.

É ainda na *Belle Époque* que nasceu o cinema, também denominado de a “sétima arte”. Aproximadamente em 1895, as primeiras obras cinematográficas produzidas pelos irmãos Lumière não passavam de quadros que se movimentavam. O primeiro filme exibido para o

⁶[...] capitale d'une grande démocratie progressiste et lieu d'une véritable révolution urbanistique, accueille trois Expositions: celle de 1878, celle de 1889, celle de 1900, dans une sorte d'escalade de la démesure. L'exposition de 1900 est d'ailleurs au coeur du mythe de la Belle Époque (ALBERTINI, 1995, p. 152).

público, numa sala de cinema, o *L'arrivée d'un train en gare de La Ciotat*, durava quase um minuto apenas, e mostrava, ainda em cores preta e branca, um trem que chegava à estação. O interessante nesse relato é que de acordo com “[...] os boatos, o plano em perspectiva diagonal do trem se aproximando assustou os espectadores presentes, que acharam que o trem fosse invadir a sala, e em razão do desespero houve pânico e correria geral” (SILVA, 201, p. 23).

Na matéria das artes decorativas por sua vez, não poderíamos deixar de mencionar o *Art Nouveau*. Foi durante a *Belle Époque* francesa que o movimento encontrou seu ápice, refletindo o que a sociedade sentia e pensava. Esse novo conceito artístico manifestou-se principalmente nas artes plásticas, na escultura, no *design* e na arquitetura, trazendo como características os elementos naturais, a arte japonesa, o uso das linhas assimétricas, o negrito, as cores chapadas, o rococó e as artes decorativas medievais. Mesmo encontrando seu fim com a Primeira Guerra Mundial, o estilo marcou para a moda, por exemplo, a época em que os costureiros alcançaram o *status* de celebridade e que a indústria das vestimentas adquiriu maior reconhecimento.

Tida como marca cultural francesa, vale-nos escrever, também, um pouco sobre o conceito de vestir-se daquele período, cujas características principais eram o refinamento e o requinte representados pela curva em “S” dos vestidos e *tailleurs*. Usar espartilhos, ombros largos, golas altas, formas orgânicas e motivos florais, bem como a ornamentação em tecidos suaves, justificavam-se pelas crescentes mudanças sociais vividas pelas mulheres, que começavam a trabalhar e a participar mais ativamente de atividades religiosas, comunitárias e esportivas. Houve, então, o nascimento da *Haute Couture* e o comércio de roupas se desenvolveu de tal forma que daria as bases para as lojas de departamento do século XXI. Nos impactos gerados pelo avanço da urbanização, da industrialização, da ampliação e da diversificação de produtos, bem como no perfil dos consumidores, as mulheres francesas passaram de camponesas e donas de casa a operárias de Paris, tendo muitas delas conquistado posições dentro da aristocracia. A mulher, neste período (1871-1914), independentemente de sua classe social, passa a ser vista, diferentemente de antes, como consumidora em potencial, alimentando vários nichos de mercado que contribuíram com o processo inicial de autonomia feminina e também da popularização do *Art Nouveau* (MÉRCHÈRE, 2012).

Na *Belle Époque*, conforme apresentado, a França viveu um incrível crescimento científico, técnico e tecnológico que a elevou a um patamar ideal progressista e civilizatório em nível mundial. Após todo o relato aqui apresentado, a linha cronológica histórica que iniciamos antes de 1500 aproxima-se da Primeira Guerra Mundial e, nesse momento, muitas ambições do

França serão silenciadas ou anuladas. A *Belle Époque* francesa chega, portanto, à sua derradeira fase e a França passará a concentrar-se em suas defesas perante a rival Alemanha.

Em razão da condição cosmopolita da França da *Belle Époque*, os ideais de vida e pensamentos franceses (e afrancesados) irradiaram-se às outras nações, incluindo o Brasil. Em terras brasileiras, a *Belle Époque* Tropical levou algum tempo para se consolidar, mas permaneceu viva e para além dos anos de 1920, dado que a Grande Guerra não traria tantos impactos negativos ao Brasil.

No próximo tópico, discutiremos como as classes mais abastadas da sociedade brasileira portaram-se quando conheceram os avanços tecno científicos e como, novamente, a França estará presente na construção de mais um capítulo da construção histórica brasileira.

1.3 A Belle Époque brasileira

Para o pesquisador Needell (1993), a *Belle Époque* brasileira iniciou-se no fim do século XIX, com o mandato do então presidente Campos Sales (1898-1902). Sevcenko (1998), por sua vez, não traz clarezas sobre datas e sustenta que o momento brasileiro abrangeria, sem grande rigor, o intervalo de 1900 a 1920. Silva (2008), entretanto, destaca que a vitória do abolicionismo (1888) e do republicanismo (1889) pode ser vista como marco da inserção do Brasil na *Belle Époque*.

Apesar de não haver consenso certo de datas, podemos alocar a *Belle Époque Tropical*, como também é chamada, de meados de 1888 aos anos iniciais do XX, sendo identificada como a época em que a aristocracia do Brasil mais absorveu não só o estilo de vida afrancesado, mas também as ideias vindas da França. Conforme evidencia Sevcenko (1998), esse seria um tempo de grande bem-estar de inspiração internacional para as classes mais favorecidas pelo então recente sistema político. Nesse período de influência francesa notável, como um modelo, uma projeção cultural muito presente no Brasil, pode-se suscitar certa *francomania*, ou seja, uma dependência em relação a traços culturais franceses que se manifestavam na sociedade e na língua. Para Assis (2019), como já se afirmou, as fórmulas evocadas pelo espírito da *Belle Époque* refletiam-se também no uso da língua e, com isso, houve nela, na Língua Portuguesa brasileira, a inserção de diversos galicismos e de demais palavras advindas de idiomas estrangeiros.

O novo sistema de governo que se iniciava, a República, passou a ser vislumbrado pela sociedade elitista como uma singular circunstância histórica propícia, senão a única, que colocaria o Brasil no mesmo patamar das potências do século, fazendo-o incorporar-se de forma

definida ao ocidente. A crença na modernidade foi fortalecida pelas alterações na forma de trabalho e na forma de governo. Como sabemos, os anos iniciais da República foram bastante conflituosos, assinalados por entraves políticos e por inconstância econômica. Nesse sentido, o cenário que impulsionaria a (re)construção do Brasil surgiria apenas com as estratégias políticas de Campos Sales, presidente cujo plano de governo, para Needell (1993), favoreceu a solidez da economia e a reestruturação da política:

A belle époque carioca inicia-se com a subida de Campos Sales ao poder em 1898 e a recuperação da tranquilidade sob a égide das elites regionais. Neste ano registrou-se uma mudança sensível no clima político, que logo afetou o meio cultural e social. As jornadas revolucionárias haviam passado, as condições para estabilidade e para uma vida urbana elegante estavam de novo ao alcance da mão (NEEDELL, 1993, p.39).

Os anos comandados por Sales determinaram o começo de uma importante era. Recursos foram adquiridos em Londres na condição de empréstimos, representando o conjunto das ações da nova política administrativa. Assim, o governo confirmou, de modo categórico, a necessidade de maior contato internacional, principalmente o europeu, e deixou evidente o seu intento de encorajar e fortalecer esse contato.

O pesquisador Needell (1993) nos faz conhecer duas características marcantes do governo de Campos Sales, essenciais para os primeiros passos da República: i) foco na solidez da economia; ii) política que utilizou os estados como apoio financeiro para as ações do governo, oferecendo, em contrapartida, uma política federal de favorecimento às elites locais. Como resultado, diante do incentivo governamental ao acolhimento de ideias europeias e a fissura pelo moderno e pelo civilizado, a alta sociedade e o governo ansiavam por um projeto de remodelação para a cidade do Rio de Janeiro, então capital federal: tais mudanças representariam, posteriormente, o marco da *Belle Époque Tropical*. Reformar a sede do poder republicano brasileiro, ou seja, sua capital, fortaleceria a imagem da república enquanto um regime político vantajoso, além de elevar a cidade ao espírito francês belepoquiano através de ares europeizados que a transformariam em uma “Paris” tropicalizada.

O movimento da *Belle Époque* brasileira teve maior repercussão na capital, Rio de Janeiro, centro administrativo, cultural e econômico do país. Entretanto, os desejos de modernização e civilidade não se restringiram às elites cariocas e alcançaram outras importantes cidades brasileiras, como São Paulo, Belo Horizonte e Recife (MALLMANN, 2010).

Na gestão política seguinte, sob a presidência de Rodrigues Alves (1902-1906), deu-se sequência aos planos de remodelação do país, bem ao estilo parisiense, e a utopia tornou-se tangível: a cidade do Rio é submetida a significativas reformas baseadas em um “embelezamento” urbano. A primeira ação do presidente Alves foi trazer, para sua equipe de

trabalho, profissionais como o sanitarista Oswaldo Cruz e o engenheiro Pereira Passos. Oswaldo Cruz promoveu uma campanha de higienização na capital, o que contribuiu para a eclosão da Revolta da Vacina. Pereira Passos, por sua vez, procurou urbanizar a cidade, inspirando-se nos trabalhos do Barão de Haussmann realizados em Paris (ROSSI, 2017).

Segundo Needell (1993, p. 67), além das reformas físicas da cidade, o que também representou a *Belle Époque* brasileira foi o afrancesamento do Rio, posto que se desejava, a todo custo, “[...] atingir a Civilização por meio de mudanças concretas, de acordo com os modernos padrões europeus, ou seja, franceses”. Para as elites, as reformas atestavam que a aristocracia carioca estava abandonando um estado de barbárie graças ao processo de europeização. Assim, a capital assumiu o papel de detentora do progresso da civilização nacional e de centro urbano brasileiro mais profundamente influenciado por um estilo francês de ser.

Com o argumento de garantir melhores condições de vida à população que agora ocupava o Rio, o governo, com o intuito de modernizar a cidade, “bota-abaixo”⁷ a maior parte do centro da capital. As casas populares e os cortiços eram os principais alvos. Considerados pelas políticas públicas e pela medicina sanitarista da época o maior foco de epidemias (febre amarela e varíola), os cortiços eram a “vergonha” de uma cidade em pleno processo de remodelação. A busca pela modernização e pelo embelezamento, somada a visões higienistas, tinha como finalidade sanear a cidade e controlar a propagação de doenças.

Era preciso, pois, findar com a imagem da cidade insalubre e insegura, com uma enorme população de gente rude plantada bem no seu âmago, vivendo no maior desconforto, imundície e promiscuidade (SEVCENKO, 1986, p. 29).

Era necessário, conforme os critérios da elite burguesa, eliminar a antiga imagem da cidade velha e suja onde moravam os malandros, os negros e a maioria da população pobre.

Em lugar de ruelas e becos do “Rio antigo” surgem bulevares, jardins, avenidas, *cafés à la française* e vitrines cheias de luz e cor. A avenida Beira-Mar, por exemplo, além de permitir acesso à zona sul, onde moravam as famílias mais abastadas, era cenário das fachadas em *Art Nouveau* de bairros nobres como Botafogo, Jardim Botânico e Laranjeiras. Enquanto a pomposa burguesia carioca divertia-se nos *cafés chics* e nas confeitarias da recém-criada Avenida Central ou nos teatros dos bairros nobres, os populares, agora sem ter onde morar, procuravam abrigo nos cortiços que ainda ficaram de pé ou se refugiavam nos morros e subúrbios da cidade. O

⁷ “Bota-abaixo”: nome popular dado ao projeto de Pereira Passos de remodelar o Rio de Janeiro.

escritor Lima Barreto, lançando olhar sobre as modificações na aparência da cidade do Rio de Janeiro, e criticando o regime republicano, escreveu:

Não será, pensei de mim para mim, que a República é o regime da fachada, da ostentação, do falso brilho e luxo de *parvenu*, tendo como *repoussoir* a miséria geral? (BARRETO, “15 de novembro”, *Marginália*, 1961, p. 35).

O acontecimento que mais marcou as reformas, conforme afirma Sevcenko (1998, p. 26), tratou-se da abertura da larga e suntuosa Avenida Central. Para o autor, a obra compôs o coração do plano urbanístico da capital, sendo ornada por um segmento de frontarias de mármore e vidros finos e brilhantes, que a circundaram com uma arquitetura *Art Nouveau*, alinhando-a com os graciosos “lâmpadas da moderna iluminação elétrica e as luzes das vitrines das lojas de artigos finos importados”. Para Needell (1987), a construção da Avenida Central é aquilo que melhor expressa as alterações visuais na cidade ou, até mesmo, a própria *Belle Époque* carioca

Com sua perspectiva parisiense, a Avenida Central favoreceu o contato da sociedade burguesa carioca com o modo francês de viver: o cenário de prédios exuberantes e suas fachadas *Beaux Arts* juntavam-se à possibilidade de comprar produtos que estavam em voga em Paris e que, naquele momento, eram vendidos no Rio. O local também reunia os *flâneurs* elegantes que ajudaram a criar a atmosfera francesa junto à elite carioca. Outra rua importante, vista como um santuário para se comprar as novidades da moda, era a Rua do Ouvidor, que, para Needell (1993), ia muito além de uma versão carioca do *Palais Royal*.

As transformações pelas quais passou a cidade do Rio podem, também, ser analisadas, na concepção de Needell (1993), através de um viés ideológico, como figura e mecanismo da regeneração de uma nação e de um porvir de civilidade. Todas essas alterações afetaram diretamente o dia a dia dos cidadãos cujos estilos de vida baseavam-se em feições da vida europeia, especialmente a francesa. Para Needell, a ficção por ser/estar em conformidade à moda europeia mostrava-se tão incisiva no Rio como na Europa. Os integrantes das classes abastadas almejavam, a todo custo, uma identificação com valores franceses e, mesmo que tal associação possuísse um caráter supérfluo, ou seja, funcionasse apenas para que a elite pudesse destacar-se e mostrar sua distinção, Needell ressalva:

[...] apesar de sua função obviamente utilitária e instrumental, a cultura analisada era extraordinariamente profunda em sua influência. Ela estendia-se aos âmbitos individuais mais íntimos e criativos, no lar, em público, e na literatura, determinando escolhas, atitudes e expressões, disposições e gostos, e chegava ao próprio âmago da existência da elite carioca (NEEDELL, 1993, p. 272).

Pertencer a esse mundo francês indicava *status*, nobreza e superioridade e, conseqüentemente, significava pertencer a uma elite abastada. Moura (2007), em sua pesquisa, nos afirma que, nessa época, o importante era estar conectado/a aos mínimos detalhes da vida cotidiana europeia, e essa conexão fortalecia-se, também, no campo linguístico. Para a pesquisadora, a ideia principal era importar, além da arquitetura *Art Nouveau* (negando assim um modelo arquitetônico tradicional), os costumes, a moda e o estilo francês de falar. No seio da aristocracia carioca não havia quem não usasse um *robe de chambre* ou quem não degustasse com prazer (mais pelo prazer da língua do que do prato em si) um *filet de bœuf*. E para não nos restringirmos aos galicismos, havia ainda quem não dispensasse um *five o'clock tea* ou dama da sociedade que não frequentasse um *ladies club* (MOURA, 2007).

O galicismo estava sendo empregado pelos cariocas em vários contextos, principalmente em peças do vestuário, mas nem sempre com o mesmo significado aplicado na França, ainda assim, não seria de admirar que se vivesse, vestisse e escrevesse conforme os franceses. Muitas das palavras de origem francesa apresentadas pelo *Fon-Fon!*⁸ funcionavam como um código e um elo entre os membros do grupo social que utilizavam a língua e a cultura francesa (ZANON, 2005).

Os ricos da capital valiam-se, portanto, de tendências culturais europeias, inserindo-as em suas rotinas e em seus aspectos comportamentais de consumo, hábitos e forma de vida. Essa inspiração, baseada principalmente na França, ditava como os ricos da época trajavam-se, portavam-se, refletiam, alimentavam-se, apaixonavam-se e falavam sobre o matrimônio (NEEDELL, 1993), e por que não dizer que os ricos estariam apropriando-se de termos linguísticos franceses e inserindo-os em sua língua materna. Esse fato nos permite inferir, portanto, que talvez não fosse suficiente apenas comportar-se como um cidadão francês, ou do Velho Mundo, mas, sobretudo, utilizar a mesma língua do povo no qual se inspiravam. Os ares cosmopolitas que sopravam sobre o Rio de Janeiro, após as obras de Sales, eram tão intensos que, conforme aponta Sevcenko (1998), “[...] às voltas da Grande Guerra, as pessoas ao se cruzarem no grande bulevar não se cumprimentavam mais à brasileira, mas repetiam uns aos outros: ‘Vive la France!’”(SEVCENKO, 1998, p. 26).

⁸ A Revista *Fon-Fon!* foi um periódico carioca que circulou de 13 de abril de 1907 a 28 de dezembro de 1945. Da maneira irônica, cômica ou lírica das crônicas, o *Fon-Fon!*, ao descrever a vida mundana carioca, as notas sociais, a euforia da *Belle Époque* no Rio, contribuiu para documentar esse período tão instigante da história do Brasil, por meio da apresentação de uma sociedade de pequenos-burgueses, cavalheiros de fraque, damas elegantes e pomposas, todo tipo de rapaz saturado de pretensão e de esnobismo (SOUZA, 1986, p. 76). A língua francesa, na virada do século XX, era muito conhecida e os galicismos eram amplamente empregados. A própria Revista *Fon-Fon!* publicava uma seção, *Frimousses et Binettes*, assinada por Chambrenoir (pseudônimo de um de seus cronistas), que era inteiramente escrita em francês (ZANON, 2005, p. 25).

Além das mudanças arquitetônicas e de comportamento social acima apresentadas, o período literário da *Belle Époque* teve importante papel na relação entre a cultura e o modo de vida afrancesado para elite da época. Antes desse movimento, já se conhecia uma contribuição parisiense para a literatura brasileira, em parte explicada pelo patrocínio do Marquês de Pombal que, conforme aponta Needell (1993), financiava a diplomacia e as viagens dos estudantes a Paris, reforçando a presença francesa nas escolas e nos colégios mais refinados desde 1808, com a chegada da Família Real. Needell (1993) afirma que a literatura foi um dos importantes aspectos que integrou o consumismo e a ideologia franceses no Brasil, caracterizando a *Belle Époque*. Vendedores de livros, editores e datilógrafos, que eram, frequentemente, franceses, ao promoverem eventos em suas lojas, contribuíam para o alastramento da cultura francesa: o que também fez mudar o formato e as ilustrações dos livros e jornais cariocas, que adquiriram uma *appearance* parisiense.

Neste momento de nossa discussão, não poderíamos deixar de lado alguma abordagem, mesmo que superficial, sobre as vestimentas daquele período. O modo de vestir francês também chegou às terras tropicais como resultado dos novos costumes adotados pelos cariocas quando da *Belle Époque* brasileira. Entretanto, na ânsia de incorporar todos os costumes e hábitos estrangeiros, a sociedade carioca experimentava situações inusitadas, porque as vestimentas eram pesadas e quentes, adequadas ao clima europeu. O uso dessas vestimentas em plena cidade tropical era problemático, o que causava situações constrangedoras. Era comum ver o homem vestido de fraque, cartola, calça e casaco em dias muito quentes. Needell exhibe o relato da coluna “Binóculo”, de Figueiredo Pimentel, sobre o comportamento da classe rica diante da moda e destaca o sacrifício da mulher da sociedade para vestir-se *à la française*:

As senhoras vestem saias compridas, amplas, cheias de subsaias, sungadas a mão; mostram cinturinhas de marimbondo, os traseiros em tufo, ressaltados por coletes de barbatana de ferro [...] todas de cabelos longos, enrodilhados no alto da cabeça e sobre os quais equilibra-se um chapéu [...] usam, como fazendas, o surah, o faille, o chamelote, o tafeté e o merino; calçam botinas de cano alto, de abotoar ou presas a cordão, o infalível leque de seda ou gazena mão, sempre muito bem enluvada (NEEDEL, 1993, p. 201).

Todo esse refinamento refletiu uma europeização urbana e cultural, tanto na vida doméstica quanto nas relações tradicionais para legitimar poder e *status* superior, pois o período evocava

[...] abundância de riquezas, beleza arquitetônica, pessoas finas e bem vestidas, frequentando salas de baile e óperas – uma sociedade sofisticada, habitando uma moderna cidade, republicana e ligada nos gritos da moda parisiense (SEVCENKO, 1998, p. 52).

A imitação do comportamento, a transferência dos valores e a adoção de um vocabulário que reflete o bom gosto, a cultura e a civilidade da sociedade francesa são, portanto, a confirmação da função espetacular que tinha a França frente às personalidades influentes, cultas e elegantes da sociedade de Língua Portuguesa, tanto em Portugal, como no Brasil (ZANON, 2005). Conforme abordaremos adiante, na relação entre léxico, língua e cultura, os indícios dessa influência podem ser comprovados, inclusive, através da língua, visto que o idioma está ligado de forma íntima à cultura de um povo e registra toda sua experiência ao longo da história. Isso significaria que cada sistema linguístico classifica os dados da realidade e da experiência de uma maneira própria, ou seja: o léxico de cada idioma categoriza o mundo e a realidade social e cultural de acordo com o seu próprio modelo classificatório (BIDERMAN, 1984).

Vejamos, no próximo capítulo, um pouco de como os galicismos estiveram presentes no PB ao longo da história e os movimentos linguistas que surgiram como forma de crítica, e até mesmo, de defesa da língua contra essas incursões estrangeiras.

2 OS GALICISMOS E O MOVIMENTO PURISTA: MARCAS DE UMA MEMÓRIA

2.1 Os galicismos no Português Brasileiro

Nos dias atuais, o idioma que mais exerce influência no PB é o Inglês, especialmente o falado na América do Norte, seja por razões imperativamente econômicas, tecnológicas ou por fatores ligados à comunicação eletrônica.

Apesar de a Língua Inglesa ocupar esse atual posto de destaque, ao acessarmos a memória da língua e os registros escritos de seu passado não tão longínquo, verificamos que, além do Inglês, outro idioma que exerceu esse mesmo papel influente no PB foi a Língua Francesa.

Passando às línguas românicas faladas fora da Ibéria, a influência do *provençal* foi importante no período do trovadorismo e muitas vezes do *italiano* foram incorporadas ao português durante a Renascença e nos séculos seguintes (*gazeta*, *partitura*, *solfejar*), mas a língua românica que mais influenciou o léxico português foi o *francês*, que, em diferentes momentos, transferiu para o português termos ligados à guerra (*pistola*), à cultura filosófica e literária (*romantismo*) e à tecnologia (*compasso*) (ILARI; BASSO, 2006, p. 137).

Expressão de uma cultura em grande e predominante circulação, o francês deixou marcas profundas no vocabulário do PB. A influência foi tamanha, que o processo de adoção de termos franceses recebeu um nome especial, *Galicismo*. O nome, que designa os termos ou locuções afrancesadas que abundam a Língua Portuguesa, faz referência à Gália, nome da província romana que corresponde à atual França. O prefixo *galo* remete, portanto, à cultura desse país, como *galo-romance*, (romance falado na Gália), *galo-romano* (relativo à civilização romana na Gália) e *galofobia* (aversão aos franceses ou a tudo o que é próprio da França). Galicismo ou francesismo⁹ é, portanto, a palavra, expressão ou construção linguística de origem francesa utilizada em outro idioma. Para essa pesquisa utilizaremos o termo *Galicismo*, uma vez que ele restringe-se ao conceito linguístico, tema do trabalho que ora desenvolvemos.

Sobre o galicismo, João Ribeiro expõe:

Galicismos são as expressões e modos de dizer da lingua franceza introduzidos no idioma. Por terem importância maior, d'elle trataremos em capítulo especial (RIBEIRO, 1904, p. 246).

Galicismos são expressões e modos de dizer tomados da lingua franceza. Muitos e varios foram necessitados pelo desenvolvimento do progresso universal, ou pelo incremento das relações entre os povos latinos que a França espiritualmente domina;

⁹De acordo com o dicionário Aulete (versão *online*), ambos os termos possuem o mesmo significado, ou seja, referem-se à palavra ou expressão do francês adotada por outra língua, com ou sem adaptações. Entretanto, o termo *francesismo* assume, ainda, outro sentido: a imitação de hábitos e costumes próprios dos franceses.

outros, porém, foram introduzidos por descuido, ignorância das fontes clássicas, pelo mau gosto dos escriptores ou ainda pelo capricho da moda (RIBEIRO, 1904, XVI).

É importante deixarmos evidente que as mudanças que ocorrem na língua são resultado, em alguns dos casos, de alterações e forças existentes fora do sistema linguístico. Como apresentando anteriormente no capítulo 1, as intensas relações e trocas culturais entre Brasil e França se estenderam ao longo dos séculos, iniciando-se mesmo antes da colonização portuguesa, e deixando evidências na língua, uma vez que

[...] não se pode entender o desenvolvimento de uma mudança linguística sem levar em conta a vida social da comunidade em que ela ocorre. Ou, dizendo de outro modo, as pressões sociais estão operando continuamente sobre a língua, não de algum ponto remoto no passado, mas como uma força social imaneente agindo no presente vivo (LABOV, 2008, p. 21).

A partir da explicação de Labov, depreendemos que as inúmeras influências e experiências vividas por uma comunidade acarretam mudanças significativas na sua língua, principalmente no seu conjunto lexical, e uma análise desse conjunto oferece elementos eficazes para o resgate da memória da língua. Seabra (2015) também indica que a língua mostra-se como parte da cultura de uma sociedade e através do sistema linguístico, especificamente da sua estrutura lexical, que as pessoas expressam-se e explicitam seus valores e sua história. É por esse motivo, portanto, que o estudo da língua de uma cultura faz-se necessário.

As contribuições da França e de seu idioma são atestadas desde há muito tempo, inclusive quando da concepção do português. Os elementos advindos de demais línguas europeias passaram a entrar no português a partir da Idade Média e, nesse processo, o francês foi o idioma que mais contribuiu. Galicismos medievais seguiram em um fluxo ininterrupto, vindo tanto da *langue d'oïl*¹⁰, do norte frâncico, como *langue d'oc*, do sul provençal. Após os anos medievais, nos séculos vindouros, a França permaneceu sendo o modelo cultural europeu e sua influência continuava a ser sentida no léxico do português. Adaptando-se à estrutura que agora as acolhia, as novas palavras ampliaram o idioma e nomearam novas formas na vida da comunidade. No PB, no que lhe diz respeito, é a partir do século XVIII que essa influência do francês torna-se ainda mais presente (CARVALHO, 2010).

¹⁰ “A influência da *língua d'oïl* e da *língua d'oc* é muito forte durante o período do galego-português, e explica-se por uma série de causas convergentes: presença da dinastia de Borgonha, implantação das Ordens de Cluny e de Cister, chegada a Portugal de numerosos franceses do Norte e do Sul, influência direta da literatura provençal, etc. Daí os numerosos empréstimos vocabulares, de que damos alguns exemplos: a) Empréstimos do francês - *Dama* (<*dame*), *daian* (<francês antigo *deïen*, hoje “doyen”), *preste* (<francês antigo *prestre*), *sage*, *maison*, etc. b) Empréstimos do provençal - *Assaz* (<*assatz*), *greu*, “difícil”, *alegre*, *manjar*, *rouxinol* (<*rossinhol*), *talan*, “vontade, desejo”, *freire* (<*fraire*), *cobra*, “*copla*, *estrofe*” (<*cobla*), *trobar*, *trobador*, etc” (TEYSSIER, p. 29-30, 2014.)

A partir do século XVIII, intensificando-se no século XIX e atingindo as primeiras décadas do século XX, o mundo ocidental (e dentro dele o Brasil) tinha a França como modelo de civilização, língua e literatura. Essa forte penetração francesa deixou vestígios no vocabulário da moda (*godê, evasê, chique, tailleur, elegante*), da vida social (*carne, menu, bistrô, restaurante*), da literatura (*mal do século, jogos de espírito*) e das artes em geral (*art déco, silhueta, dublê, lilás, matinê*) (CARVALHO, 2010, p. 67-68).

Sob os mais diversos pontos de vista, a linguagem é tida como o processo mais fundamental na socialização de uma memória. A possibilidade de, através da investigação dos galicismos no PB, falar das lembranças é também a possibilidade de dar à memória (embaçada, confusa, fluida) da língua, certa organização. Assim, a linguagem não é apenas instrumental na (re)construção das lembranças; ela é constitutiva da memória, em suas possibilidades e seus limites, em seus múltiplos sentidos, e é fundamental na construção da história.

Seabra (2015) argumenta que, levando em consideração a dimensão social da língua, o léxico passa a configurar-se como patrimônio cultural de uma comunidade. Assim, o acervo lexical de uma língua constitui um arquivo que armazena e acumula as aquisições culturais representativas de uma sociedade, refletindo percepções e experiências multisseculares de um povo, podendo, por isso, ser considerado testemunho de uma época, ou seja, *mots-témoins*¹¹.

Traremos, adiante, a partir das concepções de alguns linguistas estudados para esta pesquisa, mais evidências sobre como a língua francesa esteve presente na construção da memória do PB.

2.2 Os galicismos na Língua Portuguesa do século XVIII e XIX

Nos final do século XVIII e início do XIX, grande número de itens lexicais franceses invadiram o português, em consequência da liderança francesa sobre o mundo, não só no plano intelectual (haja vista a influência do enciclopedismo, da Revolução Francesa e do Romantismo sobre o pensamento ocidental), mas também nos aspectos político, econômico e – no período napoleônico – militar, sobretudo em decorrência da *Belle Époque*.

Leva-se a crer, conforme alguns dos autores consultados, que a massiva presença do estilo francês na cultura e língua (portuguesa) brasileira tem início no século XVIII. Para Vilela (1982), é através de testemunhos da época que é possível percebermos que a sociedade elegante do século XVIII e da primeira metade do século XIX afrancesou-se no vestuário, nos costumes,

¹¹Matoré (1953, p.16). Para Matoré (1953), o léxico é uma testemunha de uma sociedade, de uma época – “mots-témoins”. É, portanto, um fato social – fora da sociedade a linguagem não encontra expressão – por isso, ela não pode ser estudada senão em conexão com outros fenômenos sociais.

na literatura e na língua. No quesito linguístico, por sua vez, há evidentes e claros depoimentos do uso intenso de palavras francesas no PB, conforme assegurado por Alves *et al.*

A partir do século XVIII, bastante frequentes foram as unidades lexicais de origem francesa, como resultado da influência que a França passou a exercer sobre os costumes dos brasileiros, particularmente no Rio de Janeiro. Essa relevante influência francesa suscita, como consequência, uma atitude denominada *purista* (ALVES *et al.*, 2004, p. 116).

A atitude purista, mencionada acima por Alves *et al.* (2004), mostra-nos que o modo francês estava sendo incorporado de tal forma, na cultura e na língua, que foi capaz de causar inquietação naqueles/as que defendiam a língua mãe. A posição defensiva/contrária à presença de termos franceses no PB durante o século XVIII é de extrema importância para a história e a memória da língua, uma vez que é nessa época em que nascem as primeiras ações de proteção que, muito em breve, farão parte do movimento purista. O linguista Mário Vilela (1982) faz-nos conhecer um pouco sobre esse movimento:

A expressão “norma purista” nada acrescenta à palavra “norma”, somente a situa numa determinada época: no século XVIII. Isto é, a ideia dominante, nesta época e em relação à língua, era a de preservar o “antigo e bom uso”, a de atender ao “gênio da língua”, a de libertar a língua do “refugado francesismo”, a de defender a “natural formosura da nossa linguagem”. Comumente designa-se a norma vigente ou ideada no século XVIII e na primeira metade do século XIX como “norma purista” e os seus propugnadores como “puristas” (VILELA, 1982, p. 49).

A partir de Vilela (1982), podemos atestar uma importante presença da língua e da cultura francesa agindo no português durante o século XVIII, já que nessa época o sentimento da norma purista contra os galicismos fazia-se legítimo. Adiante, veremos os relatos trazidos pelos linguistas a respeito desse fenômeno no âmbito do século XIX.

Encontramos alguns trabalhos que abordam, especificamente, o recorte temporal do século XIX e os movimentos do galicismo como fatores de mudanças no PB dessa época. Podemos citar, dentre eles, Carvalho (2009), que afirma que “no Brasil do século XIX a sociedade se movia ao ritmo discreto e digno das modas de Paris. Informes sobre moda feminina, cardápios, postais e poesias filtravam a realidade brasileira por lentes importadas da França” (CARVALHO, 2009, p. 67-68).

Um estudo mais completo encontrado sobre a questão dos galicismos no século XIX não nos vem de um linguista, e sim de um dos escritores da literatura brasileira. Aluísio Azevedo (1880), em uma de suas crônicas, narra que tanto Portugal como Brasil elevavam a França a um patamar de modelo em razão do enorme prestígio do país.

Nem só o movimento científico, como também o artístico, como o industrial, como o comercial, como enfim o movimento da moda, do *chic*, dos costumes e dos vícios. E aí está a razão porque a França, nem só sobre nós, porém sobre o resto do mundo, exerce um império inquestionável (AZEVEDO, 1880, p. 98).

Para Azevedo, não era possível conter o fenômeno dos galicismos na Língua Portuguesa:

Como não havemos de ter galicismos? Como não havemos de adotar a França como senhora, se é ela quem nos dá os costumes, as lições, a nomenclatura científica, a literatura moderna, o realismo, o teatro, a arte, a política, o canção e o deboche? Se é ela quem nos ensina a observar o que se passa em torno de nós, quem nos explica o que nós somos, o que são os fenômenos naturais que na história de Portugal se acham explicados pelo milagre. Se ela quem nos diz como devemos andar na rua, viver em casa – comer, beber, dormir e até multiplicar-nos; se é ela quem nos prescreve a moda, quem faz o caráter e os vestidos de nossa mulher e filhas, quem talha os pensamentos e as fardas de nossos ministros de Estado, de nossos conselheiros, se é ela quem destrói as nossas crises políticas e as nossas dispepsias?! Se é ela quem nos dá os tratados de economia política e o xarope La Rose?! (AZEVEDO, 1880, p. 98).

Nesse ponto, é importante deixarmos evidente que quando há uma intensa e constante influência de um idioma sobre o outro, movimentos em defesa da língua nativa passam a surgir. É o caso, como já mencionamos, do chamado purismo da Língua Portuguesa, iniciado em fins do século XVIII, sobre o qual abordaremos adiante.

Nessa lógica protecionista, eclodem vários escritores com obras, muitas vezes radicais, de caráter defensor da “formosura” de nosso idioma, como é o caso o Dr. Frederico José Correia e seu *Novo Glossário das Palavras e Frases Viciosas Introduzidas no Português e de Outras que a Necessidade Reclama*. A esse glossário, especificamente, Aluísio Azevedo posiciona-se com duras palavras através de sua crônica, dizendo:

Venham embora o Sr. Dr. Frederico com o seu Glossário, e mais todos os clássicos e puristas com um tratado de bom português debaixo do braço, mas não conseguirão que o Brasil se não ressinta da corrente elétrica de idéias que jorram da França, como um jato de luz, sobre o resto do mundo (AZEVEDO, 1880, p. 87).

A produção literária brasileira foi uma interessante fonte consultada para descobrirmos um pouco sobre os galicismos oitocentistas. Uma rápida consulta às obras dos principais autores, especialmente a partir do século XIX, demonstrar que os escritores brasileiros utilizaram largamente os galicismos nas formas anteriormente citadas. No *Dicionário de Galicismos*, elaborado pelo professor Carlos Góis, temos um exemplo que particularmente nos interessa: o vocábulo *emprestar*. Góis recorreu à obra *Inocência*, de Taunay (cuja história se passa no Estado de Mato Grosso), para exemplificar esse galicismo.

Emprestar de (por “tomar emprestado a alguém”; Cf. o fr. *Emprunter de*). É curioso que este galicismo é corrente, não nas grandes cidades e nos meios cultos do Brasil (onde é por completo ignorado), mas no interior do país, notadamente no alto sertão,

no seio das classes mais iletradas. Dizem: “Emprestei *de João* cinco cruzeiros” – por – Tomei emprestado cinco cruzeiros *a João*, ou João *emprestou-me* cinco cruzeiros. Taunay testifica o fato em sua obra *Inocência*, cuja ação decorre toda no interior do Brasil (GÓIS, 1949, p. 65).

Com os relatos apresentados, inclusive pela postura purista de alguns estudiosos, parece-nos que a influência francesa sobre o PB nos séculos XVIII e XIX havia atingido níveis significantes. Entretanto, é apenas no século XX, com a expansão da *Belle Époque*, que a presença dos galicismos chegará ao seu ápice: a influência do francês sobre o léxico brasileiro manifesta-se desde o século XVIII e foi muito marcante na primeira metade do século XX, tendo desencadeado, como consequência, uma atitude reacionária por parte de jornalistas, escritores e gramáticos, conhecidos como ‘puristas’, que se insurgiram contra o emprego de tantos galicismos em nosso idioma (ALVES, 2002).

2.3 Os galicismos na língua portuguesa do século XX

Chegando-se ao século XX, principalmente em seus anos iniciais, a presença da cultura e da língua francesa no PB atingiu seu maior nível. Muitos dos trabalhos consultados citam esse período como sendo o momento em que o PB absorveu mais itens lexicais franceses.

Como já apresentado no capítulo anterior, a *Belle Époque Tropical*, importante momento histórico-cultural brasileiro, aconteceu no fim do século XIX no começo do século XX e marcou o auge da influência francesa sobre o modo de vida, os hábitos e a língua dos brasileiros, sobretudo da elite. “A França sempre exerceu um grande fascínio no Brasil, mas nunca, como na *Belle Époque*, ela deixou tantos vestígios de sua influência” (ZANON, 2005, p. 28).

Há várias literaturas que nos oferecem provas sobre a influência francesa no Brasil durante a *Belle Époque*, período principal do recorte histórico que comporá esta pesquisa. Uns desses interessantes trabalhos são os de Zanon (2005 e 2009), em que autora nos apresenta muitos desses traços:

Diante do prestígio da França, então no apogeu, a classe dominante brasileira decide transportar para os trópicos o mesmo clima de euforia, civilidade e modernidade da grande metrópole; portanto, não seria de admirar que vivêssemos, vestíssemos e escrevêssemos pelas receitas parisienses (ZANON, 2009, p. 224).

Como resultado de toda a incursão francófona bellepoquiana surgiu, na contramão, um outro movimento cujo objetivo era proteger a Língua Portuguesa dessas “ameaças” estrangeiras. O linguista Fiorin (2004) aponta que, no começo do século XX, inicia-se uma

corrente purista, preocupada com os galicismos, pois o francês era a língua que mais fornecia palavras ao português.

No início do século, houve, como já mencionamos, uma corrente purista, que estava preocupada com os galicismos, pois o francês era a língua que mais fornecia empréstimos. Havia listas de formas vernáculas para substituir os galicismos, as escolas ensinavam-nas a todos os alunos. Subsidiariamente, havia listas para substituir palavras provindas de outras línguas. De nada adiantou. Ninguém fala *lucivelo*, *casa de pasto*, *ludopédio*, *bufarinheiro*, *engate*, *endentar*, *lanço*, *fato de malha ou beberete*, *mas abajur*, *restaurante*, *futebol*, *camelô*, *embreagem*, *engatar*, *etapa*, *maiô ou coquetel* (FIORIN, 2004, p. 42).

A corrente purista também é abordada por Zanon (2005, p. 35), segundo a qual “[...] vários puristas apontaram os barbarismos invasores e impróprios, além de proporem criações em língua vernácula para nomear novos referentes apresentados pelos empréstimos com a finalidade de substituí-los”. Em seu artigo, a autora traz o exemplo de algumas importantes obras que se dedicaram a essa atitude reacionária, sendo elas: *Neologismos indispensáveis e barbarismos dispensáveis*, de Antonio de Castro Lopes (1909); *Galicismos*, de Laudelino Freire (1921); *Galicismos léxicos e fraseológicos*, de Leonardo Pinto (1936); *Glossário de incertezas, novidades, curiosidades da língua portuguesa, e também de atrocidades da nossa escrita actual*, de Agostinho de Campos (1938); *Língua e má língua: graças da fala e nódoas na escrita*, de Agostinho de Campos (1945); *Gramática expositiva*, de Carlos Eduardo Pereira (1950) e *Estrangeirismos*, de Cândido de Figueiredo (1956).

Pelo fato de o uso de palavras francesas representarem, naquele contexto, um sentimento de pertença a uma elite europeia afrancesada, ligada ao progresso, e que muitas vezes resvalava num esnobismo social, muitos galicismos eram considerados desnecessários. Oriundos do modismo, alguns foram usados por certo período, caindo em desuso posteriormente. Outra parcela, entretanto, permaneceu no idioma fazendo parte da contemporaneidade do PB sem que suas raízes estrangeiras fossem percebidas.

Para compreendermos um pouco sobre esse processo de entrada, permanência e desuso de galicismos no PB, podemos nos valer de obras puristas, as quais funcionam como verdadeiros registros e memória da influência francesa que o português sofreu durante a *Belle Époque*. Os autores puristas, como aquelas apresentadas por Zanon (2005), através de suas críticas, nos fornecem indícios dos itens lexicais muito presentes no falar e no escrever da época. Ora, se tais itens foram veemente criticados, há forte indício de eles terem sido amplamente usados na língua.

Adiante, conheceremos um pouco mais sobre esse movimento que se preocupava em proteger o vernáculo.

2.4 O Purismo da Língua Portuguesa nos séculos XIX e XX

E se formos só ler os clássicos e não pensarmos no tempo de hoje, então teremos uma língua, eventualmente perfeita, eventualmente pura, eventualmente formosa, mas que já não será deste mundo

(SARAMAGO, 1991, p. 193-194).

Em seu trabalho sobre as características do purismo na Língua Portuguesa, a linguista Marli Quadros Leite (2006), especialista no assunto, sustenta que o purismo é complexo e não se resume a um conceito simplista baseado apenas na preocupação em se atender a normas gramaticais. Para um melhor entendimento, elencaremos as explicações trazidas por três diferentes dicionários de linguística.

Na primeira edição do *Dicionário de Linguística e Gramática* de 1956, Mattoso Câmara apresenta-nos o seguinte conceito de purismo:

Atitude de extremado respeito às formas linguísticas consagradas pela tradição do idioma, que muitas vezes se assume na língua literária; a língua é considerada à maneira de uma água cristalina e pura, que não deve ser contaminada. Daí, a hostilidade aos estrangeirismos, aos neologismos e a todas as formas linguísticas não autorizadas pelo uso literário tradicional (MATTOSO CÂMARA JR., 2002, p. 202).

A explicação proposta pelo linguista brasileiro faz referência às “formas linguísticas consagradas pela tradição”. Tais formas consagradas seriam aquelas aceitas pela literatura e pelo uso tradicional, excluindo-se, portanto, os estrangeirismos, os empréstimos, os neologismos e os registros da língua coloquial.

Na obra *Dicionário de Linguística*, publicada pela primeira vez em 1973, Dubois propõe a seguinte definição:

Comportamento de certos falantes para com a língua, caracterizado pelo desejo de fixá-la num estado de sua evolução, considerado como norma ideal e intangível, à qual devem ser reduzidos todos os desvios; o purismo busca justificar-se por meio de considerações de ordem moral (preservação da pureza da língua) (DUBOIS, 1999, p. 495).

No conceito apresentado pelo linguista francês destaca-se o aspecto da preservação da língua em um de seus estados de evolução, sendo o purismo definido como uma postura avessa a qualquer desvio da norma considerada “ideal”. Na definição de Dubois, nota-se que a justificativa para a busca do purismo na língua extrapola a questão linguística, sendo considerada pelo autor como “de ordem moral”.

Valendo-se, agora, dos estudos de Trask, em seu *Dicionário de Linguagem e Linguística*, com primeira edição 1999, o purismo seria

A crença de que as palavras, e outros elementos linguísticos, de origem estrangeira são uma forma de contaminação que mancha a pureza da língua. Quase todas as línguas estão em contato com outras línguas, e todas as línguas recebem palavras, e às vezes outros elementos, dessas línguas vizinhas. Às vezes, os falantes da língua receptora protestam contra a presença em sua língua desses “estrangeirismos”, que eles consideram como “impurezas”, e iniciam movimentos para que eles sejam eliminados e substituídos por elementos nativos. Essa atitude chama-se purismo e é muito difundida (TRASK, 2004, p. 243).

Diferentemente das definições propostas por Mattoso Câmara e Dubois, Trask destaca, especificamente, o tema dos itens lexicais estrangeiros aplicados ao purismo, os quais são tomados pelos falantes nativos como um processo de corrupção da sua língua nativa. Os aspectos sobre desvios da norma padrão e das formas não autorizadas pela tradição literária não são citadas por Trask.

Ao realizarmos uma leitura mais atenta dos conceitos propostos acima pelos três linguistas, percebemos que todos os verbetes trazem o sentido de purismo como um movimento de “[...] defesa e preservação da história e da cultura do homem, pela língua que usa” (LEITE, 2006, p. 50). Nas conclusões de Leite (2006), a atitude purista extrapola o âmbito da língua, recuperando posições ideológicas nela amalgamadas.

Nesse sentido, tomada a língua como expoente cultural e histórico de um povo, vale-nos destacar o papel da consciência nacional na formação do purismo linguístico, conforme apontam os estudos de Thomas (1991). Para o pesquisador, a associação entre purismo e nacionalismo é tão habitual que tanto os leigos como os estudiosos do assunto identificam o purismo como um epifenômeno do nacionalismo. Com efeito, segundo o pensamento nacionalista, somente a língua nacional pode ocupar o lugar de símbolo de autoidentificação com a cultura de uma nação. Assim, sendo o componente da cultura nacional, a língua nativa funciona como um cartão de identidade que deve ser cuidadosamente diferenciado de qualquer outra língua e, logicamente, protegido.

A preocupação em proteger o idioma nacional como parte da cultura de um povo é o meio para justificar as atitudes puristas contra as ameaças externas ou contra a sua própria desintegração interna. O purismo linguístico, além de assegurar a superioridade de uma cultura nativa, expressa um comportamento reativo de defesa à admiração de uma cultura alternativa (de outro povo ou nação). Thomas conclui, portanto, afirmando que “A dialética entre essas visões antitéticas pode tomar a forma de um debate público, uma polêmica entre membros da elite intelectual ou um conflito interno para um indivíduo”¹² (THOMAS, 1991, p. 48).

¹²Tradução nossa. The dialectic between these antithetical views may take the form of a public debate, a polemic between members of the intellectual elite, or an internal conflict for an individual (THOMAS, 1991, p. 48).

Após trazermos diferentes visões e conceitos sobre o movimento purista, é importante que se juntem a essas teorias as palavras de Câmara Jr. (1996, p. 202), as quais explicam que o purismo é uma

[...] atitude de extremado respeito às formas lingüísticas consagradas pela tradição do idioma (v.), que muitas vezes se assume na língua literária... Daí a hostilidade aos estrangeirismos (v.), aos neologismos (v.) e a todas as formas lingüísticas não autorizadas pelo uso literário tradicional.

Dentre todas as afirmações apresentadas, acreditamos que o movimento purista surge a partir de uma percepção que identifica a existência de vários usos de uma língua, porém apenas um, dentre esses diferentes usos, é eleito (às vezes sem rigor lingüístico) como a melhor forma de falar e de escrever, tornando-se o padrão a ser seguido. Tal padrão é exclusivamente estabelecido com base em um modelo lingüístico escrito, uma vez que a língua escrita, aos olhos puristas, é sinônima da boa linguagem, calcada na total aversão aos elementos lingüísticos advindos de outros idiomas.

A atitude purista, pautada no desejo de conservar a língua numa forma imutável em atendimento às ideologias de uma elite de letrados, trazia ao movimento uma caráter plenamente excludente. Na prática, essa força de preservação pretendia valorizar o erudito, modelo lingüístico utilizado por pessoas que possuíam maior prestígio sociocultural e político-econômico. Observamos, com isso, que as pessoas menos letradas eram marginalizadas pelo suposto mau uso que faziam da língua. Excluía-se, portanto, principalmente os pobres, discriminados por não privilegiarem a norma culta da Língua Portuguesa. Ou seja, com uma visão preconceituosa e elitizante, o fortalecimento do culto ao formal interferiu até mesmo no campo da crítica, que passou a ser exercida a partir de um pretensão purismo que se apresentava como padrão para as aferições de valor. Não se conseguia, assim, equilibrar a força conservadora da arte com a receptividade ao novo (SANTOS, 2004).

A partir das palavras de Santos, inferimos que uma das características da escrita purista era a presença de um estilo baseado na opulência verbal: parâmetro a que se submetiam os escritores do movimento. Além disso, a crítica literária também fazia todo um esforço em torno do purismo lingüístico; a oratória parlamentar aferrava-se a modelos distantes e as formas desinteressadas e unilaterais de erudição alcançavam a valorização máxima.

Sendo assim, pode-se afirmar que o purismo é uma atitude de preservação de norma e não apenas de correção, uma vez que a língua é por natureza ideológica e o purismo é um fato decorrente do uso da língua. A norma é imposta ao indivíduo, limitando sua liberdade de expressão e restringindo as possibilidades de realização do sistema.

Esse culto purista, tomado corpo no século XVIII e reaceso na época da *Belle Époque Tropical*, não lograria reputação inquestionável, nem mesmo continuidade no Brasil dos séculos XIX e XX, país que até então era considerado analfabeto, sem núcleos de difusão cultural, com um número mínimo de escolas e população vivendo espalhada pelas fazendas, nas quais a língua (oral) seguia sem controle normativo.

É importante trazermos para esse debate que no campo da literatura, o Romantismo, por exemplo, à época purista, pregava o nacionalismo que se caracterizava pelo combate aos estrangeirismos, a valorização do vernáculo e a utilização de regionalismos. Nesse cenário, viram-se polêmicas, como aquelas envolvendo a linguagem “descuidada” de José de Alencar, que usava muitos neologismos e galicismos. As discussões diziam respeito à utilização de termos não autorizados, entretanto presentes na fala e na escrita de pessoas cultas (ASSIS, 2008a).

José de Alencar sofreu dura crítica de Pinheiro Chagas a respeito da língua empregada na obra *Iracema*. Chagas disse que Alencar era ótimo literato, mas não era bom escritor, pois havia incorreções de linguagem no seu texto. Ao criticar o literato, Pinheiro Chagas estendeu a crítica a todos os escritores brasileiros, como se vê no trecho em destaque:

O defeito que eu vejo nessa lenda, o defeito que eu vejo em todos os livros brasileiros e contra o qual não cessarei de bradar intrepidamente, é a falta de correção na linguagem portuguesa, ou antes, a mania de tornar o brasileiro uma língua diferente do velho português, por meio de neologismos arrojados e injustificáveis, e de insubordinações gramaticais que (tenham cautela) chegarão risíveis se se quiserem tomar as proporções de uma insurreição em regra contra a tirania de Lobato¹³.

José de Alencar não suportou a crítica injusta e decidiu responder. Assim, encontram-se no *Pós Escrito à 2ª edição de Iracema* as seguintes palavras:

Minhas opiniões em matéria de gramática têm-me valido a reputação de inovador, quando não é a pecha de escritor incorreto e descuidado. Entretanto, poucos darão mais, se não tanta importância à forma do que eu; pois entendo que o estilo é também uma arte plástica, por ventura muito superior das outras destinadas à revelação do belo. Como se explica portanto essa contradição? (...) cumpre-me dizer que *recolher* na significação neutra por mim empregada encontra-se nos bons clássicos e especialmente em J. de Barros – *Clarimundo*¹⁴.

Na prática, então, o purismo deve ser considerado em relação ao discurso, ao idioma e à ideologia da classe dominante. Sobre isso, Cunha (1986, p. 45), ao discutir a questão da norma culta brasileira, diz:

¹³In: PIMENTEL PINTO, Edith. *O Português do Brasil*. Textos Críticos e teóricos. 1820/1920. p. 67-86.

¹⁴In: PIMENTEL PINTO, Edith. *O Português do Brasil*. Textos Críticos e teóricos. 1820/1920. p. 67-86.

De admirar, porém, é que num país como o Brasil, em que se impõe a adoção de uma pedagogia verdadeiramente democrática para que todos os seus filhos possam responder ao desafio da construção de uma identidade nacional, que incorpore as particularidades, haja professores – e até lingüistas – que defendam a posição elitista de uma aristocracia do discurso, na qual obviamente não tem acesso a imensa maioria dos locutores.

Há que se considerar, também, que a língua está em constante modificação e, nas palavras de Cunha (1986), petrificar a língua é matar o idioma. Quanto a esse fenômeno, o da mudança linguística, Faraco (2005) afirma que as línguas humanas não degeneram nem progridem, apenas mudam com o passar do tempo. Em outras palavras, as línguas humanas não constituem realidades estáticas; ao contrário, sua configuração estrutural altera-se continuamente no tempo.

Faraco (2005) ainda completa que estudos empíricos vêm sugerindo que fatores sociais têm influência direta ou indireta nos processos de mudança das línguas. Desse modo, “não parece adequado tratar a língua como uma realidade autônoma, imune à história de seus falantes” (FARACO, 2005, p. 61). Por isso, buscar uma metodologia que integre história interna e história externa é diretriz básica para muitos linguistas históricos. O que se justifica nas palavras de Cunha (1985, p. 85), ao refletir sobre as mudanças linguísticas:

[...] a língua que utilizamos hoje reflete a civilização atual, rápida no enunciado, em virtude da própria rapidez vertiginosa do desenvolvimento material, científico e técnico: processos acrossêmicos, reduções às iniciais de longos títulos, interferências de vocabulários técnicos e científicos, intercomunicação de linguagens especiais, tudo vulgarizado imediatamente pelo jornal, pelo rádio, pela tevê. E, ainda, a petrificação lingüística é a morte letárgica do idioma. A linguagem é, por excelência, uma atividade do espírito, e a vida espiritual consiste em um progresso constante.

Nesse sentido, é necessário observar que à época purista o país estava mudando, assim como os valores, hábitos e costumes. Portanto, a língua também deveria mudar. Diante disso, nas primeiras décadas do século XX, esse movimento começou a perder sua força:

[...] aquele rigorismo formal, a tendência ao apuro e à limpeza no uso do idioma, a obediência disciplinada ao modelo que a tradição proporcionava, acabando por transferir ao instrumento um caráter finalista, com uma exigência artesanal levada ao desconhecimento vai moldando seu fim (SODRÉ, 1964, p. 432).

Voltando nosso olhar para as primeiras décadas republicanas, finalmente, pode-se considerar que, nesse período, ainda vigorava uma força contrária à evolução da língua. Isso só começou realmente a mudar com a chegada do Modernismo, que rompeu com o passado e propôs a valorização da língua praticada no Brasil.

[...] o papel que o movimento teve na atualização das ideias, na disseminação da nossa cultura e na valorização da língua de expressão local por meio da arte literária. Neste sentido, a rejeição de velhos parâmetros classificadores importados da metrópole e o

interesse aprofundado na particularidade da vida brasileira foram passos importantes na busca de autonomia no campo da criação artística e literária (FONSECA, 2013, s.p.).

A partir das discussões que trazemos com base nos inúmeros autores pesquisados, podemos inferir que o comportamento purista não se restringiu às discussões sobre os a utilização de palavras estrangeiras – ainda que haja uma forte relação entre as duas noções – e atingiu a realidade do uso da língua e suas variantes. Não obstante a toda investigação e descoberta sobre o comportamento das línguas, o receio de que um idioma sucumba a uma descaracterização ou aniquilação por influências de outro ainda vive em alguns corações e mentes, especialmente naqueles mais suscetíveis ao alarmismo, sendo a mudança linguística, não raro, ao contrário do que ocorre em outros setores da vida, encarada como fator de decadência.

Quando se aborda o assunto purista é inevitável não mencionar o Projeto de Lei n.º 1.676, de 1999, do então deputado Aldo Rebelo (PC do B/São Paulo). Esse projeto dispunha sobre “a proteção, a defesa e o uso da língua portuguesa” e visava à proibição do uso de palavras estrangeiras, sobretudo os anglicismos, no PB. Seguem alguns trechos do projeto:

Art 2º. § 2º. À Academia Brasileira de letras incumbe, por tradição, o papel de guardiã dos elementos constitutivos da língua portuguesa usada no Brasil.

Art 4º. Todo e qualquer uso de palavra ou expressão em língua estrangeira, ressalvados os casos excepcionados nesta lei e na sua regulamentação, será considerado lesivo ao patrimônio cultural brasileiro, punível na forma da lei;

I – Prática abusiva, se a palavra ou expressão em língua estrangeira tiver equivalente em língua portuguesa.

Á época, o assunto gerou grande revolta entre a comunidade linguística, que se manifestou contrariamente ao projeto (FARACO, 2004; FIORIN, 2004; GARCEZ; ZILLES, 2004; MASSINI-CAGLIARI, 2004a; 2004b; ZILLES, 2004; CARVALHO, 2009). Posteriormente, o projeto foi reformulado e aprovado pelo Senado em uma nova versão, proposta pelo senador Amir Lando, em 28 de maio de 2003.

O pensamento que prega a existência de uma língua única, sem qualquer diferença linguística, sem marcas representativas de diferentes grupos, sem possibilidade de identificação de classes individuais e que torna todo brasileiro igual a outro é, no mínimo, ingênua. De fato, essa língua não existe. Parece-nos estranho que essa visão de homogeneidade linguística não considere as quase cento e oitenta línguas faladas em território brasileiro. Nelas, incluímos as línguas das diferentes comunidades europeias, asiáticas e as línguas indígenas também (FARACO, 2001).

2.5 Purismo versus galicismos

Os galicismos são corsários que me não vencem nunca ao primeiro assalto
(FIGUEIREDO, 1928, p. 115).

O movimento purista na Língua Portuguesa não se trata de um fenômeno recente. Como apresentamos no início desta sessão, já nos idos do século XVIII a ideia de proteger o idioma dos invasores estrangeiros vigorava na mente de alguns estudiosos da língua.

O fortalecimento do espírito da *Belle Époque* no passar do século XIX para o século XX, que deu forma a um modelo de vida baseado em práticas europeias, principalmente as parisienses, fez ecoar, também, no uso da língua, esse mesmo sentimento: a entrada de galicismos no português (falado e escrito) foi intensa e eminente. Em contrapartida, concomitantemente à adoção economiástica de um espírito francês social e vernáculo surgiu, como consequência, um preciosismo, uma preocupação exacerbada com a proteção do português. Deu-se início, portanto, durante os séculos XIX e XX, a um forte movimento purista que se mostrou avesso, principalmente, ao uso de galicismos justamente em pleno período de grande influência francesa no mundo. Brasil e Portugal, inclusive, participaram desse momento histórico de tamanha galicofobia¹⁵ (MANZOLILLO, 2015).

Pimentel Pinto (1981, p. 34) afirma que, ao final do século XIX, “[...] abre-se o reinado dos puristas, que, *grosso modo*, perduraria até o limiar do movimento modernista”. Segundo a autora:

Nesse período, esvaziada parcialmente a questão dos neologismos denominativos (ditos “brasileirismos”), pela integração à língua daqueles que, por serem indicativos de objetos, seres ou conceitos próprios da nova comunidade, tornavam-se indispensáveis, e a rejeição sistemática dos que se destinavam a marcar na língua escrita a presença da fala, o centro de interesse dos teóricos recai sobre o grau de purismo e, conseqüentemente, reforça-se a campanha contra os neologismos de importação, notadamente os galicismos, que ninguém mais ousava defender [...] (PIMENTEL PINTO, 1981, p. 34).

No contexto da lusofonia, tratando-se de Brasil e Portugal, especificamente, o uso do galicismo era inadmissível. Havia, entretanto, entre os letrados, menos hostilidade para com os elementos importados de outras línguas irmãs, como o Italiano e o Espanhol, e que apresentavam estruturas mais próximas às da Língua Portuguesa. Objetivando atestar a nociva presença do francês e de seu prestígio, alguns autores estabeleciam um paralelo situacional com

¹⁵A situação era idêntica na Itália. Tagliavini (1993, p. 448) aponta: “O léxico francês penetrou fundo no italiano, com empréstimos e decalques, suscitando inclusive, mais de uma vez, protestos violentos ou acalorados de puristas nostálgicos contra o galicismo invasor”.

outras línguas, como o fazem, respectivamente, i) Barreto (1980b, p. 364, nota 1), ii) Nunes (1975, p. 408) e iii) Vasconcellos (1966, p. 329):

i) [...] mas a influência exercida no nosso idioma pelo espanhol e pelo italiano não foi nefasta, como foi depois a do francês, porque espanhol e italiano são línguas mais conformes à índole da nossa: o francês distancia-se mais do português.

ii) A par do francês, também o *espanhol* nos transmitiu alguns vocábulos, mas contrariamente aos daquele idioma, em número muito limitado, não obstante o convívio literário, dantes muito íntimo, e a contiguidade territorial, o que se explica decerto pelo mais estreito parentesco das duas línguas e grande comunidade vocabular.

iii) Os nossos autores dos séculos XV e XVI sabiam espanhol, italiano e latim; eram as respectivas literaturas o que sobretudo lhes alimentava o espírito. O francês então cultivava-se pouco. Ora, a influência exercida no nosso idioma por aqueles não foi nefasta, como depois a do francês, do século XVII em diante, quando ele começou verdadeiramente a dominar. O francês, de facto, distanciava-se mais do português do que o espanhol e o italiano; o latim era língua-mãe.

A mobilização do movimento purista, principalmente nos séculos XIX e XX, contra os termos franceses, pode ser atestada com o auxílio das obras que abordaram o assunto. É através de paráfrase que ilustramos nossa pesquisa, reforçando que o purismo tinha como objetivo: evitar a influência excessiva da língua francesa¹⁶; não incorporar galicismos defesos à língua para que não venham enxertá-la de vocábulos impuros, que lhe deslustrem o brilho e lhe pervertam a índole¹⁷; desterrar os galicismos da linguagem, e não dar-lhes guarida; condenar o uso exacerbado de galicismos, contra os quais devemos estar premunidos, pois estes desvirtuam e deturpam o vernáculo¹⁸; propugnar a pureza do vocabulário, defendendo-o contra a invasão de toda sorte de elementos estrangeiros, muito especialmente dos galicismos, que lhe tiram o sabor nativo e tornam-no um português mestiço, inelegante e obscuro e outras tantas justificativas¹⁹.

A língua francesa era, então, considerada uma legítima inimiga voraz armada de palavras e expressões que iam “[...] mareando cada vez mais o brilho da língua nacional” (PEREIRA, 1932, p. 249). Em um certo tom de exagero, havia até rumores sobre o “[...] desmoronamento da língua” (VASCONCELLOS, 1966, p. 330), tal qual, incontestavelmente, não ocorreu. As impressões de desvantagem e inferioridade diante de outros povos também

¹⁶ LOPES, Castro. Neologismos indispensáveis e barbarismos dispensáveis. Rio de Janeiro: yp. de G. Leuzinger & Filhos, 1889.

¹⁷ FREIRE, Laudelino. Gallicismos. Rio de Janeiro: S. A. Litho-Typographia Fluminense, 1921.

¹⁸ PEREIRA, Eduardo Carlos. Grammatica Expositiva: curso superior. 2ª Ed. São Paulo: Duprat & Comp., 1909.

¹⁹ PIMENTEL PINTO, Edith. O Português do Brasil: textos críticos e teóricos – 1 – 1820/1920 – Fontes para a teoria e a história. São Paulo: Edusp, 1981.

faziam-se presentes: “[...] se noutros países se respeitam e defendem as respectivas línguas (...), por que haveremos nós de continuar desinteressando-nos da nossa? Será ela menos digna que as demais, em seus predicados?” (AMARAL, 1944, p. 45).

Assim, na esteira das ideias puristas que vigoravam à época, segundo Pimentel Pinto (1981), críticos e escritores em geral passam a apegar-se aos clássicos e às normas da língua:

Penas prestigiadas como as de *Rui Barbosa*, *Taunay*, *Euclides da Cunha*, *Bilac*, escudadas na teoria gramatical e filológica de *João Ribeiro*, *Laet*, *Carneiro Ribeiro*, *Mário Barreto* e outros, realizam literariamente os ideais puristas e se empenham na contestação do dialeto brasileiro – manto acobertador de todas as mazelas da língua, segundo *Rui Barbosa* (PIMENTEL PINTO, 1981, p. XXXV).

No final do século XIX e em boa parte da primeira metade do século XX, o temor do galicismo, exacerbado pelos clamores puristas, levou à publicação de diversas obras cujo objetivo era de alerta, doutrinação e condenação. E essa condenação, em geral pouco serena, dificilmente poderia ter, naquela época, fundamentação linguística.

Na então conjuntura de destaque francês nas esferas linguística e cultural, facilmente surgiam listas de palavras (os chamados glossários) contendo termos e construções tidas como proibidas, as quais deveriam ser evitadas exatamente por serem consideradas galicismos. O objetivo pretendido com essas obras era o de “reeducar” a população e resgatar o caráter límpido e autossuficiente da língua. Considerando as informações trazidas por Cunha (1981, p. 33),

[...] em princípios do século XIX, o perigo era considerado de tal monta que a Academia Real das Ciências (de Lisboa) incluiu como assunto prioritário no programa de 1810, da classe de literatura portuguesa, a elaboração de um “Glossário, ou catálogo de palavras e frases, em que se mostre com toda a individuação as que são próprias da língua francesa, e que por descuido ou ignorância se tem introduzido na locução portuguesa moderna, contra o antigo e bom uso, e principalmente as que forem contra o gênio da nossa língua, e como tais inadotáveis nela”. Foi para satisfazer à aspiração dos seus confrades que Frei Francisco de São Luís [ou cardeal Saraiva, 1766-1845] escreveu o *Glossário das palavras francesas*, publicado em 1827 às expensas da própria Academia.

O movimento purista, que ressurgiu no Brasil quando a metalinguagem que registra esse tipo de atitude veio a lume com o *Glossário das Palavras e Frases da Língua Francesa, que por Descuido, Ignorância ou Necessidade se Tem Introduzido na Locução Portuguesa Moderna*, do Cardeal Saraiva, publicado em 1816, nasceu do desejo das classes dominantes de distinguirem-se das classes pobres, inclusive pela linguagem.

É evidente, além de óbvio, que o discernimento dos criadores dos glossários não seria capaz de controlar o uso (oral ou escrito) do português. Diversos vocábulos franceses desaprovados naquela época ainda sobrevivem até hoje, tendo, inclusive, acontecido o

movimento contrário: isto é, palavras consideradas úteis naquelas circunstâncias não são mais utilizadas e acabaram por desaparecer.

Analisando a história, poderíamos comparar a presença atual dos anglicismos com o emprego dos galicismos em fins do século XIX e princípios do século XX devido à irradiação da cultura francesa via *Belle Époque*. Como afirma Cunha (1970), os puristas portugueses e brasileiros viam na entrada dos galicismos uma nova “ofensiva dos bárbaros”. O termo *barbarismo* chegou mesmo a ser empregado como sinônimo de *galicismo*.

Na empreitada de combate aos galicismos, um grupo de letrados, seguindo a lógica do glossário do Cardeal Saraiva, debruçou-se sobre a criação de palavras “genuinamente” portuguesas como resposta à importação dos termos franceses. Lembremos, por exemplo, das palavras com formações latinas, criadas Castro Lopes, como substitutas dos galicismos: *choribel* por *carnet*; *concião* por *meeting*; *ludâmbulo* por *turista*; *premagem* por *massagem*; *runitmol* por *avalanche*.

No contexto do PB, o Dr. Antônio de Castro Lopes não foi o único a criar palavras para a substituição dos termos estrangeiros, com foco maior, logicamente, nos galicismos. Segundo Cunha (1991), a palavra *s.v. véspera*, no sentido de comemoração/festa ou apresentação/espetáculo que se realiza durante a tarde, “[...] foi introduzido na língua portuguesa para traduzir o galicismo *matinée*, por Cláudio de Sousa, em 1920”. Por sua vez, o Visconde de Taunay (1843-1899), escritor romântico brasileiro e autor de *Inocência*, sugeriu, num ato que conquistou ampla aceitação, a palavra *necrotério* em substituição ao galicismo *morgue*. Um outro exemplo é *chofer*, item lexical “[...] considerado galicismo pelos puristas, que sugeriram em seu lugar: *motorista*” (Houaiss e Villar, 2001, *s.v. chofer*).

O medo de que a grande quantidade de empréstimos devastasse ou fizesse a língua nacional sucumbir não se tratava de um sentimento luso-brasileiro em exclusividade. Equitativamente, a postura brasileira de combate aos estrangeirismos, como aquela adotada por Castro Lopes, pôde ser percebida, inclusive, em outros países e, conforme nossas investigações, resultados mais profícuos foram alcançados. É isso que se depreende de Störig (1987, p. 140):

[...] durante algum tempo palavras estrangeiras chegavam à Alemanha em tal quantidade que se temia que viesse a língua a perder suas características próprias. Contra isso lutaram muitas personalidades importantes, chamadas então de “puristas”, que eram até mesmo ironizadas. O próprio Goethe zombou do purista J. H. Campe, que, por volta de 1800, procurou e propôs substitutos alemães para vários estrangeirismos. Com o decorrer do tempo muitas de suas novas criações acabaram por ser aceitas.

Curiosamente, observamos que até mesmo os puristas mais radicais cometiam, em alguns momentos, os mesmos “deslizes linguísticos” contra os quais se levantavam. Esse movimento pode ser identificado em Vasconcellos (1966, p. 355), onde o autor exime-se da culpa ao concluir o “exame de delinquências gramático-vocabulares” uma vez que, porventura, também tenha cometido algumas das infrações comentadas. Numa ótica similar, de certa aceitação à presença dos galicismos, Barreto (1982, p. 311) afirma:

Em matéria de galicismos (...) todos pecamos, porque os mamamos com o leite. Ainda sabendo que são galicismos, eles escorrem-nos pela pena sem darmos fé. Nem os escritores mais puros logram livrar-se do extenso contágio francês que nos rodeia. Não podemos ser inimigos sistemáticos do galicismo.

Ainda, tomando como base alguns pensamentos de Barreto (1986), e fazendo uma rápida análise de um trecho da sua obra, *Através do dicionário e da gramática*, percebemos, por parte dos puristas, a aquisição de uma postura menos intransigente em relação à importação de termos. Barreto passa a reconhecer o processo de entrada de termos franceses em outras línguas, além do português, e passou a externar opiniões menos inflexíveis acerca do assunto. “Não querem (os puristas) ver que as línguas só se desenvolveram e se desenvolvem, graças à assimilação de provincianismos e até de barbarismos, e à criação contínua de neologismos, nas construções e nas palavras” (BARRETO, 1986, p. 291-292).

A fragilidade dos argumentos puristas e os questionamentos dirigidos aos conceitos por eles sustentados são atestados em Cunha. O linguista consagrou um capítulo completo – cujo nome justamente intitula-se *O Terrorismo Purista* – de sua obra *Língua portuguesa e realidade brasileira* ao estudo do movimento purista. De início, questiona:

Quando gramáticos e escritores, para resguardo da pureza idiomática – entendida como suprema virtude da expressão –, propõem uma rigorosa barreira alfandegária à entrada de termos e construções estrangeiras, que conceito têm de *pureza*? O português é o latim numa evolução de vinte séculos, ao qual cedo se incorporaram elementos gregos, das línguas indígenas da Península Ibérica, dos conquistadores godos e árabes e, posteriormente, uma quantidade enorme de palavras francesas, provençais, italianas, espanholas, inglesas, alemãs e, também, das línguas africanas, asiáticas e americanas. Que significa então português *puro*? (CUNHA, 1981, p. 29).

Na segunda metade do século XX, os galicismos já haviam perdido a força que tinham até então, a qual perdurara senão durante o período em que a França exercia fascínio e deslumbramento perante o Brasil. Muitos dos galicismos apontados como invasores, cujo emprego refletia os hábitos da *Belle Époque*, diluíram-se com o passar dos anos e não se fixaram no léxico do Português (ZANON, 2005). O movimento dos galicismos conta a história do Brasil e do PB na virada do século ao revelar e resgatar, através da memória da língua, os comportamentos, as atitudes e as idiossincrasias da elite diante de valores europeus. Esses fatos

linguísticos, revelados pelo léxico, são os testemunhos da história e caminham juntamente com a evolução social, cultural e política da nação.

2.6 Castro Lopes e sua obra

O purismo na Língua Portuguesa propagou-se a partir de artigos de jornais e livros da época que alertavam sobre o papel “ameaçador” representado pela grande entrada de termos estrangeiros na língua oficial, listando, principalmente, os galicismos encontrados no dia a dia, na imprensa e na literatura, e até propondo a recuperação de termos genuinamente portugueses. Ao final do século XIX, mais precisamente nos anos de 1870 a 1890, vemos surgir as obras de Joaquim Norberto de Souza Silva e de Antônio de Castro Lopes, que tratavam exclusivamente do tema, além dos escritos de filólogos como Fausto Carlos Barreto e Antônio Estevão da Costa e Cunha²⁰.

Algumas outras obras, como as de Cândido de Figueiredo²¹, por sua vez, apesar de serem produzidas por um estudioso português, também refletiam sobre a situação do PB e dirigiam seus pensamentos para o público deste lado do Atlântico. Os demais textos aos quais fazemos referência, neste momento, são de autores nacionais, que podem ser divididos entre os que incluíram o problema dos galicismos em suas preocupações filológicas mais amplas, como Antônio Trajano e Gustavo de Andrade²², e os que dedicaram obras especiais ao problema, como Elpídio Pimentel, Carlos Góes e Laudelino Freire²³.

Utilizando-se de obras puristas como fontes de pesquisa, esta dissertação tomará como base a obra do latinista Castro Lopes, *Neologismos indispensáveis e barbarismos dispensáveis*, em sua primeira edição de 1889. Por essa razão, traremos adiante algumas informações sobre a obra e seu autor. A escolha desse livro justifica-se por ele complementar nosso objetivo inicial de verificarmos a presença de galicismos no léxico do PB enquanto resultado da influência

²⁰ Joaquim Norberto de Souza Silva, *Galicismos, palavras e frases da língua franceza introduzidas por descuido, ignorancia ou necessidade na língua portugueza*. Estudos e reflexões de varios autores. Rio de Janeiro: B. L. Garnier; 1877; Fausto Carlos Barreto, *Archaismos e neologismos da lingua*. Rio de Janeiro: Typographia Litteraria, 1879; Antônio Estevão da Costa e Cunha, *Manual do examinando de portuguez*. Rio de Janeiro: J. Azevedo. Paris: Pillet et Dumoulin, 1883; Antônio de Castro Lopes, *Neologismos indispensaveis e barbarismos dispensaveis*. Rio de Janeiro: Leuzinger, 1889.

²¹ Cândido de Figueiredo, *Os estrangeirismos*. Lisboa: A. M. Teixeira, 1923 (4a edição), e *Falar e escrever*. Lisboa: A. M. Teixeira, 1906.

²² Antônio Trajano, *Estudo da língua vernacula*. Rio de Janeiro: Companhia Typographica do Brazil, 1903; Gustavo de Andrade, *Cacolexias, ou vicios de linguagem*. Salvador: Cincinnato Melchiades, 1910.

²³ Elpídio Pimentel, *Um punhado de galicismos. Pelo vernáculo!*. Vitória: Diário da Manhã, s.d. [1917]; Carlos Góes, *Diccionario de gallicismos*. Belo Horizonte: Imprensa Official do Estado de Minas Geraes, 1920; Laudelino Freire, *Galicismos*, Rio de Janeiro: S.a. Litho-typographia fluminense, 1921.

francesa na língua portuguesa durante a *Belle Époque*. A obra, por ter sido publicada em época similar ao acontecimento da *Belle Époque* e, ainda, por trazer abordagens referentes ao uso de galicismos, torna-se elemento ideal como ponto de partida para essa pesquisa. Soma-se a isto fato de a obra ter causado bastante impacto à época, seja pela sua natureza inovadora ou audaciosa, chamando a atenção de leitores e escritores, inclusive despertando as críticas de Machado de Assis.

O Dr. Antônio de Castro Lopes (1827-1901) foi uma figura curiosa das letras brasileiras no século XIX. Latinista famoso, publicou dicionários e livros de caráter linguístico, além de uma variedade de escritos sobre astrologia, espiritismo e homeopatia, também exercendo o ofício de professor, médico, teatrólogo e poeta. Segundo Bortolanza (1999), fundou o primeiro banco hipotecário do país, o “Banco Predial”, além da “Companhia Serviço Doméstico”, da “Caixa Mutuante” e da primeira “Sociedade Cooperativa de Consumo”. Era conhecedor de tudo, um “Larousse ambulante” nas palavras de V. de Algerama (BORTOLANZA, 1999), que tinha resposta para qualquer questão, mesmo que nem sempre bem fundamentada. Castro Lopes é lembrado até os nossos dias, não somente por sua resistência aos vocábulos estrangeiros, mas, sobretudo, pelos neologismos propostos na obra sobre a qual nos debruçamos, entre os quais, *nasoculos*, citado por Carlos Góes, e ludopédio²⁴, em substituição a futebol, entre outros que acabaram assinalando um ar jocoso à sua obra.

Exímio latinista, autor de uma gramática latina e de um dicionário latino (atesta seu filho que o teria destruído), além de 915 versos latinos, procurou, como ele próprio diz, suscitar a língua de Varrão e de Ovídio e, na busca insana de filólogo, polemizou intensamente contra os galiciparlas e por uma etimologia “genuína” do Português. Repercutem, até hoje, os exageros por ele cometidos, como pode ser verificado no trecho do artigo de Otto Lara Resende:

Hoje, “chauffeur” virou “chofer”. Todo mundo já esqueceu que vem de “chauffer”, esquentar. E também se diz motorista, brasileirismo que se deve a Medeiros e Albuquerque. Mas o prof. Castro Lopes deu tratos à bola e criou a palavra “cinesíforo”, a partir do grego. Não pegou, mas ficou no ar, envolto na aura de pilhéria que até hoje cerca o nome do seu criador. Melhor sorte teve com outros neologismos também saídos da caturrice de seu bestunto. “Menu”, por exemplo, virou cardápio (“Palavras Inventadas”, Folha de São Paulo, p. 02, caderno 1, col. 3 e 4, de 05/04/1992).

E essa “aura de pilhéria”, que cerca suas etimologias, por vezes muito criativas, e esse “preciosismo” de açodado defensor da pureza da língua portuguesa, constituem o legado

²⁴ O vocábulo ludopédio encontra-se dicionarizado por Houaiss (2001, p. 1789), embora não tenha passado pelo critério de seleção e adoção dos falantes da língua. Em contrapartida, Castro Lopes criou o vocábulo cardápio, para substituir o galicismo *menu*, que foi aceito e incorporado na língua (HOUAISS, 2001, p. 623).

veiculado de sua extensa produção científica e literária. Os livros que despertaram maior discussão, além das polêmicas diárias através da imprensa, foram, sobretudo, *Origens de anexins, proloquios, locuções populares, siglas, etc.* (edições de 1886 e 1893); *Neologismos indispensáveis e Barbarismos dispensáveis* (edições de 1889 e 1909); e mesmo a coletânea póstuma *Artigos Philologicos*, publicada por seu filho Domingos de Castro Lopes em 1910. Conforme comenta Martins (1988, p. 65), “[...] o latinista e médico Doutor Antônio de Castro Lopes ficou tristemente famoso por duas obras – uma, por propor explicações estapafúrdias à origem dos anexins; outra, por sugerir substituições gregas e latinas para os estrangeirismos”.

Antes de lançar sua obra *Neologismos*, Castro Lopes iniciou, em 1889, uma série de pequenos artigos na *Gazeta de Notícias*, propondo a substituição de estrangeirismos frequentes no PB por vocábulos novos elaborados por ele mesmo, a maioria a partir do latim.

A série de artigos de Castro Lopes foi publicada até maio de 1889 com frequência irregular. Cada escrito funcionava de forma independente, mas, ao seu final, sempre havia uma nota direcionando o leitor à data de publicação do escrito precedente. Ainda muito incomodado com a grande circulação de palavras vindas de fora, Castro Lopes lançou, naquele ano, o mencionado livro *Neologismos indispensáveis e barbarismos dispensáveis*, uma espécie de extensão dos artigos vinculados na *Gazeta*. Logo, o periódico passou a divulgar em seus últimos folhetos o anúncio do novo projeto do latinista, apresentado na Figura 1. Publicado em “muito mais de cem páginas”, a obra continha aproximadamente quarenta artigos.



Figura 1: Anúncio de *Neologismos Indispensáveis e Barbarismos Dispensáveis* (1889).

Fonte: *Gazeta de Notícias*, 16 abr. 1889.

Em 22 de maio de 1889, aparece no referido jornal uma pequena nota sobre a publicação, em que se informa que o “elegante volume” também possuía, além dos artigos já conhecidos pelo público leitor, um texto sobre ortografia etimológica e um vocabulário reunindo tanto os novos vocábulos como os considerados “bárbaros”. Aparentemente, as propostas linguísticas relacionadas aos neologismos empreendidas pelo filólogo alcançaram certa notoriedade, o que oportunizou a impressão da obra.

Em sua obra, criou uma variedade de neologismos, baseados principalmente na língua latina, para substituir galicismos e anglicismos comuns ao português falado na época. Podemos dizer que a obra de Castro Lopes tenha sido o aspecto mais contundente e direto da galofobia: as curiosas tentativas de Antônio de Castro Lopes de criar palavras aportuguesadas a partir do grego e do latim para termos franceses da *Belle Époque*. É importante deixarmos evidente que além das criações de Castro, algumas outras propostas de substituição eram palavras já existentes no léxico no PB.

Na obra em análise, os galicismos para os quais Castro Lopes propôs substituições, a partir de criações produzidas a partir de bases, sobretudo, latinas, ou a partir de palavras já existentes, foram, na edição de 1889:

Quadro 1: Lista de substituições propostas por Castro Lopes

Galicismos da obra (grafias conforme a obra)	Substituições propostas por Castro Lopes (grafias conforme a obra)
Abât-jour	Lucivéo ou lucivélo
Aplomb	Desempeno ou prumo
Atelier	Officina
Avalanche	Runimol ou runimól
Cabotagem/Cabotagen	Costeagem/Costeagen
Cache-nez	Focále
Carnet	Choribel
Chalet	Castellête ou castellejo
Champignons	Cogumelos ou tortulhos
Charivari	Penilúdio
Crêche	Estrebaria, estabulo, ou presepio
Elite	Flor, fina flor, nata, gemma
Engrenage	Entrosagem
Enveloppe	Sobrecarta
Etiqueta (Étiquette)	Rotulo, letreiro
Feerico (Féerique, francez) ²⁵	Fádico, fádica
Gare	Estação, embarcadouro
Lendemain	Postridio
Marron	Castanha; côr de castanha
Menu	Chardapio (cardapio)
Mise-en-scène	Encenação
Ouverture	Protophonía
Parvenu	Plutenil
Peignoir	Roupão; penteador
Pendant	Symetria; respondencia
Petits-pois	Hervilhas miudas
Pince-nez	Nasoculos
Pose	Attitude, postura, posição artistica, posição academica
Poser	Posturar; pôr em posição artistica
Reclame	Preconnicio
Robe de chambre	Rocló
Tamponnement	Operculisação

Fonte: Adaptado de Castro Lopes (1889).

²⁵ Lopes 1889, p. 55.

Lopes ganhou fama com suas invenções, sendo, inclusive, afrontado pelo escritor Machado de Assis que criticou, zombeteiramente, em três crônicas²⁶, o interesse do latinista Castro Lopes.

Pego na pena com bastante medo. Estarei falando francês ou português? O Sr. Dr. Castro Lopes, ilustre latinista brasileiro, começou uma série de neologismos, que lhe parecem indispensáveis para acabar com palavras e frases francesas. Ora, eu não tenho outro desejo senão falar e escrever corretamente a minha língua; e se descobro que muita coisa que dizia até aqui, não tem foros de cidade mando esse ofício à fava, e passo a falar por gestos (ASSIS, 2008, p. 247).

Até a publicação dessa crônica, a 7 de março de 1889, Castro Lopes já havia escrito artigos sugerindo três substituições: “réclame” deveria ser trocada por “preconício”; “pinenez”, por “nasóculos”; “cache-nez”, por “focale”. Por essas e outras propostas, o cronista não pouparia críticas ao latinista, chegando mesmo a dizer, na crônica de 22 de março de 1889, que, antes do último neologismo proposto por Castro Lopes, “tinha eu suspeita, nunca revelada, de que o fim secreto do nosso eminente latinista, era pôr-nos a falar volapuque”²⁷, exemplificando: “no dia em que eu, pondo os meus nasóculos, comprar um focale e um lucivelo, para fazer preconício no Concião, se não falar volapuque, é que estou falando cartaginês”²⁸. Sem pudor algum, dirá o cronista no texto de 7 de março de 1889 que

[...] nunca comi croquettes, por mais que me digam que são boas, só por causa do nome francês. Tenho comido e comerei filet de boeuf, é certo, mas com a restrição mental de estar comendo lombo de vaca. Nem tudo, porém, se presta a restrições; não poderia fazer o mesmo com as bouchées de dames, por exemplo, porque bocados de senhoras dá ideia de antropofagia, pelo equívoco da palavra (ASSIS, 2008, p. 247).

O fato é que nem mesmo um purista convicto como Cândido de Figueiredo via de forma muito positiva essa prática de Castro Lopes. A respeito dela, assim ele manifestou-se numa ocasião: “É óbvio que, na substituição de um estrangeirismo, sobretudo se ele está vulgarizado, é mil vezes preferível aportuguesá-lo, ou substituí-lo por palavra já conhecida, a criar vocábulos eruditos, que o povo não percebe nem aceita facilmente” (FIGUEIREDO, 1928, p. 284).

Muitos dos neologismos criados por Castro Lopes acabaram caindo no esquecimento público, como “runimol”, proposto para substituir avalanche, e “sineciforo”, forjado para ocupar o lugar de “*chauffeur*” (nosso atual “chofer”), termos inviáveis e pernósticos na opinião de Magalhães Júnior (1985). Outros vocábulos sobreviveram de forma abatida, sendo

²⁶ Publicadas nos dias 7 e 22 de março e 20 de abril de 1889 (cf. ASSIS. Bons dias!, p. 247-251; 257-259; 265-267).

²⁷ ASSIS. Bons dias!, p. 257. O volapuque foi uma língua artificial propagada em 1879, para comunicação internacional, pelo padre alemão Johan Martin Schleyer (ASSIS. Bons dias!, p. 145n).

²⁸ ASSIS. Bons dias!, p. 257.

registrados em alguns dicionários como sinônimos das palavras originais, embora muito pouco empregados na fala, como os raros *lucivelo*, para substituir *abajour*, *nasoculos*, no lugar de *pince-nez*, e *preconício*, em troca de *reclame*. A invenção de maior sorte foi, sem dúvida, a palavra *cardápio* (GLEDSON, 2008). O termo proposto para substituir “menu” obteve grande popularização, embora a forma francesa continue também sendo utilizada. Conforme se lê em Neves (2003), *s.v. cardápio*, a criação de Castro Lopes é mais usada do que a unidade léxica francesa: 69% contra 31%. Melhor sorte, talvez, esteja reservada à *réclame*, pelo menos enquanto nos lembramos do apresentador Fausto Silva quando anunciava “os reclames do Plim-Plim”.

Dando continuidade à nossa discussão, apresentaremos, a seguir, as teorias que deram embasamento científico a esta pesquisa.

3 REFERENCIAL TEÓRICO: UMA BREVE ANÁLISE SOBRE AS CIÊNCIAS DO LÉXICO

[...] as palavras freqüentemente empregadas perdem seu efeito (...); se o único ofício da linguagem fosse de falar à inteligência, as palavras mais comuns seriam as melhores: a nomenclatura da álgebra não muda. Mas a linguagem não se dirige somente à razão: ela quer comover, ela quer persuadir, ela quer agradar.

(BRÉAL, 1992, p. 185).

Este capítulo tem o objetivo de apresentar as considerações teóricas utilizadas para o estudo dos galicismos na Língua Portuguesa do Brasil. É de extrema importância que compreendamos, para a abordagem lexicográfica das palavras francesas nos dicionários analisados, alguns conceitos presentes neste trabalho, especificamente aqueles pertencentes à lexicologia, a ciência que estuda o léxico. Este é o propósito do capítulo: apresentar sucintas discussões teóricas sobre esses conceitos e, em certa medida, justificar as opções que fizemos para o seu uso ao longo de nosso trabalho.

3.1 O Léxico: Definições e Conceitos

O léxico constitui o acervo do saber vocabular de um determinado grupo sócio-linguístico cultural e está relacionado ao processo de: i) nomeação dos seres e dos objetos; e ii) cognição da realidade (BIDERMAN, 2001). Nesse sentido, a realidade é interpretada/categorizada cognitivamente e armazenada na memória desses sujeitos que, pertencendo a uma comunidade de fala, atualizam-se nas práticas discursivas. Assim, o léxico permite percepção e atuação coletiva na realidade, sendo uma ferramenta capaz de registrar os conhecimentos acumulados pela humanidade ao longo dos tempos.

Nessa lógica, Isquierdo e Alves argumentam que

O léxico, saber partilhado que existe na consciência dos falantes de uma língua, constitui-se no acervo do saber vocabular de um grupo sócio-linguístico-cultural. Na medida em que o léxico configura-se como a primeira via de acesso a um texto, representa a janela através da qual uma comunidade pode ver o mundo, uma vez que esse nível da língua é o que mais deixa transparecer os valores, as crenças, os hábitos e costumes de uma comunidade, como também, as inovações tecnológicas, transformações sócio-econômicas e políticas ocorridas na sociedade (ISQUERDO; ALVES, 2001, p. 9).

Durante toda a sua trajetória de existência, o ser humano influenciou o meio social e físico em que vive através do processo de nomeação, de categorização e de conceituação de objetos e seres, moldando a realidade. Essa, por sua vez, é concebida pelo ser humano a partir de uma rede de colaborações em que cada indivíduo coopera com o desenvolvimento do outro e, do mesmo modo, como o seu próprio. Nesse sentido, o léxico favorece a construção coletiva

das relações sociais, dos valores e das visões de mundo, além de uma reflexão acerca da construção do conhecimento humano em comunidade.

A partir do momento em que o ser humano procede à nomeação dos seres e dos objetos, automaticamente ele também os classifica. Nomeando sua realidade, o ser humano dá início à construção do seu percurso individual rumo ao conhecimento do mundo. Ao nomear, o ser humano determina semelhanças e diferenças entre os seres e os objetos, estrutura o mundo que o cerca e apropria-se da realidade. É desse processo de nomeação e rotulação da realidade que se originou o léxico das línguas naturais. As palavras são os signos linguísticos que representam o conhecimento da realidade e a categorização da experiência do ser humano (BIDERMAN, 2001). Portanto, afirmamos que tudo aquilo que faz parte da vida dos seres humanos possui um nome que, então, passa a fazer parte e a compor o léxico, que, por sua vez, abarca o saber linguístico compartilhado pelos falantes de uma comunidade linguística. O conhecimento linguístico de uma determinada comunidade é envolvido pelo léxico e depende dos seus falantes para que se perpetue.

Assim, Biderman declara que

[...] no processo de aquisição da linguagem, o Léxico é o domínio cuja aprendizagem jamais cessa durante a vida toda do indivíduo. A incorporação paulatina do Léxico se processa através de atos sucessivos de cognição da Realidade e de categorização da experiência, através de signos linguísticos: os lexemas. A percepção, a concepção e a interpretação dessa Realidade são registradas e armazenadas na memória, através de um sistema classificatório que é fornecido ao indivíduo pelo léxico. A forma como se dá tal armazenamento nos é desconhecida. É certo, porém, que a memória registra, de maneira ordenada, o sistema lexical (BIDERMAN, 2001, p. 180-181).

De acordo com Vilela (1997), o léxico pode ser compreendido sob duas perspectivas que se fundamentam na codificação de um saber compartilhado: a perspectiva cognitivo-representativa ou a perspectiva comunicativa. No campo cognitivo-representativo, o léxico codifica a realidade extralinguística (conhecimento de mundo, vivências e experiências) daqueles envolvidos na situação comunicativa interiorizada no saber de uma determinada comunidade. Já no contexto comunicativo, o léxico é classificado como o conjunto de palavras usadas pelos membros de uma comunidade linguística para se comunicarem. A partir do momento em que se assume que o léxico é a totalidade de palavras de uma língua, fazemos referência ao léxico externo, ou seja, ao conjunto de palavras encontradas nos enunciados ou registradas nos dicionários. Do ponto de vista da gramática internalizada, o léxico não engloba somente as palavras utilizadas pelo falante, mas sobretudo o conhecimento de padrões gerais de estruturação que permitem a interpretação ou a produção de novas formas. Assim, o léxico interno é constituído por uma lista de formas já feitas e por um conjunto de padrões (processos

de formação de palavras) que determinam estruturas e funções tanto de formas já existentes, quanto de formas ainda a serem construídas (VILELA, 1997).

A língua, socialmente formada e falada por um povo, é fator que determina e influencia a maneira pela qual tal sociedade cria a sua realidade. É o que indica, por exemplo, a hipótese Sapir-Whorf, que aponta que o meio cultural influencia a língua. Segundo essa hipótese, a língua de uma determinada comunidade organiza sua cultura, sua visão de mundo, pois uma comunidade vê e compreende a realidade que a cerca através das categorias gramaticais e semânticas de sua língua. Há, portanto, uma interdependência entre linguagem e cultura. Um povo vê a realidade através das categorias de sua língua, mas sua língua se constitui com base em sua forma de vida (MARCONDES, 2010 apud CUNHA, 2011). Portanto, dentro desta perspectiva, linguagem e cultura são indissociáveis.

Diante desta afirmação, Isquierdo e Alves postulam que

[...] o léxico de uma língua conserva uma estreita relação com a história cultural de uma comunidade. Desse modo, o universo lexical de um grupo sintetiza a sua maneira de ver a realidade e a forma como seus membros estruturam o mundo que os rodeia e designam as diferentes esferas do conhecimento. Assim, na medida em que o léxico recorta realidades do mundo, define também, fatos da cultura (ISQUERDO; ALVES, 2001, p. 8).

A somatória de toda a existência de uma sociedade, aliada ao acervo cultural construído através das idades, constitui o seu sistema lexical. Os integrantes dessa sociedade estão incumbidos, mediante uma ordem intrínseca e natural, de expandir, perpetuar e reelaborar o léxico do qual vivem, através de mudanças sociais e culturais a qual são submetidos. Com esse movimento de renovação, alimentado pelos falantes, muitos termos são incorporados à fala e à escrita, enquanto outros caem no esquecimento.

A capacidade mutável do léxico, que lhe confere facilidade de adaptação conforme as forças extralinguísticas, faz com que, conforme aponta Biderman (2001), o léxico de uma determinada comunidade deixe transparecer suas crenças, seus hábitos, seus valores, seus costumes, e também, o registro de inovações tecnológicas e transformações sociais, econômicas e políticas ocorridas nessa referida comunidade e num período de tempo específico (BIDERMAN, 2001). Nesta pesquisa, através da análise dos galicismos criticados por Castro Lopes, analisaremos como o léxico pode ser o reflexo de fenômenos extralinguísticos e culturais de um grupo. Isto é, sendo o léxico uma unidade indissociável da língua, e que faz conhecer valores, ideologias e visões de mundo (GIL, 2006), olhar para as ocorrências lexicais é uma forma de olhar para a memória da língua sendo oficializada nos dicionários. Outrossim, as variações lexicais são reflexos das modificações das práticas humanas, mostrando os

movimentos contínuos que o ser humano realiza em seus costumes sociais e culturais, quando manifestados no uso da língua.

Estando em constantes movimentos de atualização, os sistemas lexicais das incontáveis línguas naturais (ainda vigentes ou esquecidas) são, para Biderman (2001), padrões distintos tomados no processo de cognição e aquisição do conhecimento. As línguas formam sistemas muito específicos em si e diversificados, apesar de se basearem em processo de conceptualização universal. Biderman (1998) afirma que

A conceptualização da realidade configura-se linguisticamente em modelos categoriais arbitrários não coincidentes. As categorias linguísticas não são nem coincidentes, nem equivalentes, embora possamos admitir que as línguas naturais tenham tipos de semântica universalmente compreensíveis (BIDERMAN, 1998, p.92).

Tais modelos de categorização, mencionados por Biderman (1998), uma vez fundamentados na taxionomia, estruturam-se de acordo com as construções específicas de cada cultura. Todavia, podemos afirmar que as línguas naturais são dotadas de significados que permitem ser compreendidos por todos. Podemos inferir que um sistema ordenado e estruturado de categorias léxico-gramaticais descreve o universo conceptual de uma língua natural. As palavras originadas dentro desse sistema são rótulos usados pelo ser humano para criar interação cognitiva com o seu meio (BIDERMAN, 2001).

Conforme Biderman (2001), a geração do léxico básico das línguas naturais representa a fase mais primitiva de cognição da realidade. A partir do instante em que o ser humano aprimorou progressivamente seu conhecimento da realidade e passou a conquistar espaços pelo mundo, a ciência e suas técnicas também emergiram. Assim, ao atingir esse estágio de conhecimento, o homem deparou-se com a necessidade de expandir o repertório dos signos lexicais capazes de representar a realidade que passara a conhecer: surgem rótulos que nomeiam invenções e conceitos que explicam as ciências e as técnicas, justificando, portanto, o contínuo processo de expansão do léxico das línguas vivas. Em razão do importante avanço das técnicas, das ciências e dos meios de comunicação de massa, aliado à integração das culturas e dos povos no mundo atual, o léxico das línguas modernas, incluindo o da Língua Portuguesa, insere-se um crescimento simétrico (BIDERMAN, 2001).

Desse modo, podemos entender o léxico como o patrimônio vocabular de uma dada comunidade linguística o qual é construído ao longo da sua história pois, na concepção de Biderman

O léxico de qualquer língua constitui um vasto universo de limites imprecisos e indefinidos. Abrange todo o universo conceptual dessa língua. Qualquer sistema léxico é a somatória de toda a experiência acumulada de uma sociedade e do acervo de sua cultura através das idades. Os membros dessa comunidade funcionam como sujeitos-agentes, no processo de perpetuação e re-elaboração contínua do léxico de sua língua. Nesse processo em desenvolvimento, o léxico se expande, se altera, e às vezes, se contrai. As mudanças sociais e culturais acarretam alterações nos usos vocabulares; daí resulta que unidades ou setores completos do léxico podem ser marginalizados, entrar em desuso e vir a desaparecer. Inversamente, porém, podem ser ressuscitados termos que voltam à circulação, geralmente com novas conotações. Enfim, novos vocábulos, ou novas significações de vocábulos já existentes, surgem para enriquecer o Léxico (BIDERMAN, 2001, p. 178).

Sendo assim, o falante incorpora o vocabulário que nomeia a realidade já conhecida e na qual se insere, juntamente com os modelos formais configurados no sistema lexical. Nos últimos tempos, por exemplo, como resultado do crescimento da informática e da *internet*, os anúncios publicitários na mídia escrita, televisiva e comercial fizeram com que o PB recebesse uma quantidade expressiva de termos procedentes da língua inglesa, que começaram a fazer parte do nosso cotidiano linguístico.

Alves (2006) reafirma a relação entre léxico e cultura, atribuindo essa intimidade à constante renovação lexical, ou seja, à criação de palavras, tal como apontado por Biderman (2006). Segundo a linguista,

[...] ao mesmo tempo em que muitíssimos novos termos são criados devido a novas necessidades, alguns são reempregados com outro significado ou entram em novas formações [...] outros tornam-se desusados e outros, ainda, são substituídos por formações mais adequadas do ponto de vista comunicacional. Renovam-se, assim, de forma contínua (ALVES, 2006, p. 34).

Coelho (2008, p. 14), por sua vez, conceitua o léxico como “[...] o inventário das unidades significativas responsáveis pela conceituação e representação do universo empírico natural e do sociocultural produzido pela atividade dos homens em sociedade”. Desta forma, o léxico é um inventário de signos linguísticos que permitem à humanidade expressar-se e comunicar-se.

Em concordância, Oliveira (2009, p. 45) define o léxico como

[...] a área de estudos da linguagem que mais amplamente espelha a realidade linguística, cultural e social de uma comunidade (...) uma vez que ele é constituído por palavra e, somente, através dele é que se torna possível a transmissão de todo conhecimento adquirido e acumulado ao longo da história de um povo, nas mais variadas áreas do saber, de uma geração a outra. Assim sendo, a história de um povo, sua cultura, sua maneira de viver, ver e sentir o mundo são documentados através das escolhas lexicais que esse povo faz.

Ainda sobre a relação entre léxico e cultura, Carvalho (2010) destaca que língua e cultura formam um todo indissociável adquirido cotidianamente. A língua não possui função

em si, existindo apenas para expressar a cultura e possibilitar a informação. E isso é feito essencialmente por meio do léxico.

Bernardo e Mendes (2012, p. 7) definem léxico como sistema de signos linguísticos por meio dos quais o homem se expressa e se comunica. Também atribuem a ele a característica de ser a estrutura da língua que melhor manifesta o ambiente físico e social dos falantes. Segundo os autores, “[...] é por intermédio dos signos linguísticos que as aquisições culturais são ensinadas e conseqüentemente passadas de uma geração a outra (...). A língua é o principal meio de comunicação do homem e representa seu universo cultural”.

Entende-se, portanto, com base em tudo que foi apresentado, que o léxico é o aspecto linguístico que está mais conectado ao mundo extralinguístico e que melhor representa o universo empírico-social do falante e da comunidade de fala, pois é indissociável da realidade, sendo, na verdade, resultado dela e da experiência humana e, por isso, é heterogêneo e suscetível a constantes mudanças. Ele é constituído por meio do processo de nomeação, que se fundamenta na categorização, que, por sua vez, se deve ao conhecimento de mundo e à capacidade cognitiva do falante.

3.1.1 *A Lexicologia*

Lexicologia, um dos ramos da linguística, refere-se ao estudo científico do léxico ou dialeto de uma língua e das relações e mudanças na sua forma, em seu aspecto diacrônico e sincrônico, como: frequência, distribuição, conteúdo, autonomia ou dependência de uma gramática, tanto em relação ao significado e acepções de uma palavra, como nas relações recíprocas entre estas (derivação, composição, homonímia, sinonímia). Pode-se afirmar, ainda, que a lexicologia tem como função perscrutar a forma interna de organização do léxico e suas íntimas conexões com as demais estruturas da língua (semântica, sintaxe, fonologia e morfologia) pois, para Biderman (2001, p. 16), “[...] a lexicologia faz fronteira com a semântica, já que, por ocupar-se do léxico e da palavra, tem que considerar sua dimensão significativa”.

Segundo Gil (2016),

No âmbito linguístico, a lexicologia tem uma conexão mais próxima com a semântica, por se concentrar no estudo do significado e suas relações com o significante, ao tratar de temas como monossêmia, polissemia, homonímia e parassinonímia, e com a morfologia, por abordar aspectos estruturais do léxico, como os processos de formação de palavras. A lexicologia, portanto, ocupa-se tanto dos significados lexicais quanto dos gramaticais (GIL, 2016, p. 446).

A lexicologia estuda o léxico das línguas de modo integrado e completo. Nesse caso, um estudo completo do léxico refere-se à observação tanto das palavras gramaticais quanto das

palavras lexicais. Biderman (2001) afirma que é possível constatar uma subdivisão no acervo das palavras de uma língua, acervo este que é formado por dois grupos extensos: o das palavras gramaticais e o das palavras lexicais.

O primeiro grupo, o das palavras gramaticais, é menor, mais limitado, mais restrito e não se expande. A este grupo são inseridos os pronomes, os artigos, as preposições, as conjunções e os morfemas gramaticais, todos com a função de estruturar o sistema linguístico. O grupo das palavras gramaticais tem um caráter funcional, portanto é um grupo que não muda e não se expande com facilidade, pois ele dá sustentabilidade ao sistema linguístico (SANTOS, 2013).

Já no grupo das palavras lexicais encontram-se aquelas totalmente integradas ao “universo natural e antropocultural” (SANTOS, 2013, p. 20) e que dão nomes aos fenômenos naturais, às práticas humanas e aos objetos concretos e abstratos. De acordo Vilela (1997), a palavra léxica (ou lexema), mostra-se direta e imediatamente vinculada à realidade extralinguística.

O grupo de palavras lexicais de uma língua refere-se diretamente a fatos culturais e sociais e aos elementos físicos do mundo natural. Para acompanhar as mudanças que ocorrem no mundo extralinguístico (a palavra na ação social), esse grupo de palavras sofre constantes modificações para adequar-se às necessidades da comunidade social a que serve dentro de uma determinada época.

Haensch (1982) também define lexicologia como

[...] a descrição do léxico que trata das estruturas e regularidades dentro de todo o léxico de um sistema individual ou coletivo. Se for apenas sobre as regularidades formais que se referem aos significantes dentro do campo da lexicologia, chamaremos de ‘morfologia léxica’, e se se tratar de regularidades nas relações lexicais com outros fatores da comunicação linguística (especialmente com o conteúdo dos significantes), no campo da lexicologia, falaremos de ‘semântica léxica’²⁹ (HAENSCH, 1982, p. 92-93) (Tradução livre).

Em sua pesquisa de doutorado, Lucca (2001) sugere que a lexicologia pode ser subdividida em seções, sendo elas: i) a semântica léxica, ii) a fonologia, iii) a morfologia e a iv) estatística léxica.

²⁹[...] la descripción del léxico que se ocupa de las estructuras y regularidades dentro de la totalidad del léxico de un sistema individual o de un sistema colectivo. Si se trata sólo de las regularidades formales que se refieren a los significantes dentro del campo de la lexicología, hablaremos de ‘morfología léxica’, y si se trata de regularidades en las relaciones del léxico con otros factores de la comunicación linguística (especialmente con el contenido de los significantes), dentro del campo de la lexicología, hablaremos de ‘semántica léxica’ (HAENSCH, 1982, p. 92-93).

i) *Semântica lexical*: é o estudo do significado das palavras, enunciados e frases, assim como dos problemas relacionados com o significado.

ii) *Fonologia*: parte da lexicologia que estuda os constituintes sonoros das unidades lexicais. Para Dubois (1973), a fonologia pode ser dividida em dois grandes domínios:

A *Fonemática*: estuda as unidades distintivas mínimas ou fonemas, em número limitado em cada língua, os traços distintivos ou traços pertinentes que opõem os fonemas diferentes de uma língua entre si, as regras que presidem a combinação dos fonemas na cadeia da fala; as duas operações da fonemática são a *segmentação* e a *comutação*.

A *Prosódia*: estuda os traços suprasegmentais, isto é, os elementos fônicos que acompanham a realização de dois ou mais fonemas e que têm, igualmente, uma função distintiva: o acento, o tom, a entoação.

iii) *A Morfologia*: parte da lexicologia que estuda as palavras segundo as suas categorias gramaticais. A morfologia subdivide-se em: taxionomia e etimologia.

iv) *A Estatística lexical*: aplicação dos métodos estatísticos à descrição do vocabulário. A estatística lexical é muito usada para determinar o *corpus* de uma obra ou as palavras mais correntes da língua. É muito útil na identificação de palavras mais frequentes da língua e, portanto, aquelas indispensáveis à macroestrutura de um dicionário da língua ou especializado.

3.1.2 A Lexicografia

A lexicografia é a arte, a prática e a técnica de elaboração e compilação de dicionários e também a análise linguística dessa técnica. A lexicografia pode ser prática ou teórica: a prática é aquela em que o objetivo é sua compilação (redação, técnica, macro e microestrutura e apresentação bibliográfica). A teórica, por sua vez, analisa os dicionários sob o ponto de vista de sua história, estrutura, tipologia e metodologia. Deste modo, a teoria é a compreensão de ciência lexicográfica e a prática é a própria elaboração de dicionários (LUCCA, 2001).

Conhecida como a ciência dos dicionários, Biderman (2001) relata que a lexicografia, assim como a lexicologia, é uma atividade antiga e tradicional, iniciando-se nos princípios dos tempos modernos. A autora ressalta que, embora tivesse precursores nos glossários latinos medievais, essas obras não passavam de listas de palavras explicativas para auxiliar o leitor de textos da antiguidade clássica e da Bíblia na sua interpretação. Biderman (2001) aponta com o início da lexicografia os séculos XVI e XVII, com a elaboração dos primeiros dicionários monolíngues e bilíngues (latim e uma língua moderna). O *Vocabulario Portuguez e Latino* de

Raphael Bluteau (1712-1728) e o *Diccionario da Lingua Portuguesa* de Antonio de Moraes Silva (1789) são citados por ela como os primeiros dicionários em língua portuguesa dignos do nome.

A análise da significação das palavras, segundo Biderman (2001), tem sido o objeto principal da lexicografia. A autora ainda ressalta que entre nós é recente o advento de um fazer lexicográfico fundamentado numa teoria lexical e com critérios científicos.

Os codificadores lexicográficos, como denominados, são, em geral, os glossários, os vocabulários e os dicionários. Esses discursos individuais podem ser o recorte i) dos principais termos de um texto literário ou científico (glossário); ii) dos termos de uma área técnica (vocabulário); ou ainda iii) as unidades léxicas representativas da língua de uma coletividade humana (dicionário).

3.2 Unidades de Tratamento Lexicográfico

3.2.1 O Glossário

O conteúdo dos *glossários*, no uso prático, baseia-se nas palavras principais ou naquelas de mais difícil compreensão, de um texto geralmente técnico. Em sua pesquisa, Lucca (2001) exemplifica o termo, dizendo que na revista PC Magazine Brasil (1995), é possível encontrar um glossário de termos técnicos de informática, tais como *backup completo*, *backup diferencial*, *backup incremental* e *bit de armazenamento*. O mesmo acontece na revista PC Magazine (1986), em que é oferecido ao leitor um *Glossary of terms* onde são definidos termos relativos à área de finanças, tais como *capital gain/loss*, *dividends*, *short-term* e *treasury Bill*.

Os glossários são constantemente confundidos com os vocabulários. É muito comum encontrarmos glossários associados a um texto, conforme os exemplos anteriores. Se, portanto, o *léxico* é o conjunto de vocábulos de uma língua e o vocabulário, o conjunto de termos de uma técnica, ciência ou pessoa, o glossário é o conjunto dos vocábulos mais importantes, mais difíceis, e mais frequentes encontrados em um texto, as chamadas *palavras-chave* e, por isso, são frequentemente e principalmente encontrados devidamente definidos ao final de obras específicas como os livros de economia, finanças, estatística, engenharia, computação etc. (LUCCA, 2001).

3.2.2 O Vocabulário

Há muitos conceitos errôneos que utilizam o termo dicionário para identificar o que, na verdade, são vocabulários. Greimas (1979, p. 492) nos esclarece que “[...] vocabulário é a lista exaustiva das palavras de um *corpus* (ou de um texto), por oposição a léxico, entendido como inventário de todas as lexias de um estado de língua natural”. Encontramos assim, corretamente descritos como vocabulários, as seguintes obras:

EMBRAER. **Vocabulário** Técnico Português-Espanhol. São José dos Campos. EMBRAER. 1983. 2 vols.

IBGE. **Vocabulário** Geográfico do Estado de Santa Catarina. Rio de Janeiro. IBGE, 1950.

ABNT. **Vocabulário** de termos de iluminação. Rio de Janeiro. ABNT/Gráfica Olímpia. 1953.

Na terminologia linguística, assim como descreve Greimas (1979), Dubois (1973) também refere-se ao vocabulário como uma lista exaustiva das ocorrências que figuram num *corpus*. Para o linguista, a incompatibilidade conceitual entre léxico e vocabulário não é sempre colocada em prática: em expressões como vocabulário-base, vocabulário comum, vocabulário geral, vocabulário do francês elementar, nada indica se as palavras que constam na lista figuram enquanto ocorrências levantadas num *corpus* ou enquanto unidades da língua.

Vilela (1997), por sua vez, também afirma que podemos distinguir léxico e vocabulário, sendo o segundo uma subdivisão do primeiro. Nessa lógica, sendo o vocabulário um recorte do léxico, Vilela (1997) complementa que

Ao distinguir-se vocabulário e léxico, não se trata pois de uma diferenciação entre partes e todo, visto que o léxico é o conjunto das palavras fundamentais, das palavras ideais duma língua; o vocabulário é o conjunto dos vocábulos realmente existentes num determinado lugar e num determinado tempo, tempo e lugar ocupados por uma comunidade linguística. O léxico é o geral, o social e o essencial; o vocabulário é o particular, o individual e o acessório (VILELA, 1997, p. 31-32).

O professor Vilela (1997) ainda realiza considerações acerca do tema, afirmando que é possível sob outra ótica, realizar distinções através da chamada ‘coleção de unidades’, em que a lógica do vocabulário afasta-se dos dicionários e dos glossários: enquanto o dicionário é a recolha ordenada dos vocábulos duma língua, o vocabulário é a recolha de um setor determinado duma língua e o glossário é o vocabulário difícil de um autor, de uma escola ou de uma época.

3.2.3 Os Dicionários

Os dicionários representam o registro do conjunto de unidades que formam a língua de uma comunidade ou de uma atividade humana. O dicionário, em oposição ao léxico, é reservado ao discurso, enquanto o léxico é para a língua. Para Biderman (2001)

O dicionário de língua faz uma descrição do vocabulário da língua em questão, buscando registrar e definir os signos lexicais que referem os conceitos elaborados e cristalizados na cultura. [...]. Exercendo funções normativas e informativas na sociedade, esse produto cultural deveria ser de uso obrigatório para todos os usuários da língua (BIDERMAN, 2001, p. 17-18).

Assim, conforme Biderman (2001), o dicionário pode ser visto como um produto cultural de informação, no qual são registradas palavras formuladas e enraizadas por uma determinada cultura. É, portanto, a coleção de unidades lexicais de uma língua.

Para Biderman

[...] o dicionário como depositário físico do tesouro léxico abstrato da língua atua como arquivo fixador das lexias orais que poderiam morrer facilmente, senão fosse esse arquivo que as recolhe e preserva, às vezes, por séculos. O processo de dicionarização de um neologismo reflete a continuidade do seu uso no vocabulário geral. Ou seja, o vocábulo novo só é dicionarizado quando ele já foi aceito por toda a comunidade que fala aquela língua (BIDERMAN, 2001, p. 212).

Os dicionários podem ser semasiológicos ou onomasiológicos. A diferença entre ambos parte do princípio de que os primeiros são organizados a partir da forma para se chegar ao conceito, enquanto os segundos são organizados priorizando-se os conceitos para então chegar-se à forma. Para Babini (2001), o propósito de um “dicionário comum”, em outras palavras, o semasiológico, seria explicar o significado das palavras, estando sua problemática relacionada ao fornecimento do significado ou ideia que uma determinada palavra transmite. Quanto ao onomasiológico, Babini (2006) explica que o ponto de partida é o significado. Assim, neste tipo de obra lexicográfica, deve-se encontrar um termo ou palavra desconhecida partindo do significado.

Os dicionários têm função descritiva e normativa nas sociedades contemporâneas, pois simultaneamente inscrevem o(s) vocabulário(s) cristalizado(s) na cultura das comunidades, e atuam na orientação e prescrição dos usos dos signos lexicais para todos os que fazem uso de uma língua. Portanto, “dicionário é o porta voz de uma comunidade linguística” (BIDERMAN, 2001, p. 19).

É de extrema importância, para esse trabalho, trazer informações sobre os dicionários que foram utilizados nesta pesquisa, a saber: *Vocabulario Portuguez e Latino* de Raphael Bluteau, *Diccionario da Lingua Portuguesa* de Antonio de Moraes Silva, *Grande e*

Novíssimo Dicionário da Língua Portuguesa de Laudelino Freire e *Novo Dicionário Aurélio da Língua Portuguesa*, de Aurélio Buarque de Holanda Ferreira. Os dicionários serão utilizados, principalmente, para nos certificarmos se os galicismos da obra de Castro Lopes foram, ou não, dicionarizados, ou seja, registrados oficialmente no PB.

A obra de Bluteau é um dicionário bilíngue português-latim, em oito volumes e mais dois suplementos, que traz definições e comentários enciclopédicos em português e, ao final do verbete, equivalentes em latim. É considerado por alguns como o primeiro dicionário de língua portuguesa por já trazer definições em português. O dicionário de Moraes, por sua vez, é um monolíngue elaborado com base no dicionário de Bluteau, mas com definições concisas, sem os extensos comentários enciclopédicos apresentados por seu antecessor (NUNES, 2006).

Com a inserção desses dicionários no território brasileiro, ocorre uma expansão da Língua Portuguesa. Moraes Silva, criador do primeiro dicionário monolíngue, era brasileiro, natural do Rio de Janeiro, o qual como muitos outros da época, partiu para realizar seus estudos em Portugal, onde elaborou o dicionário. O nascimento dessa obra marcou a relação entre Brasil e Portugal quando da criação do primeiro monolíngue. Ao reformular os volumes de Bluteau, Moraes produz uma outra discursividade, a qual é caracterizada pelo contexto em que se localiza, marcado por práticas iluministas (NUNES, 2006).

O *Vocabulario Portuguez e Latino*, de Rafael Bluteau (1712-1728), é o primeiro grande dicionário com definições em português. Seus extensos verbetes lembram os ornamentos barrocos e produzem uma imagem da “eloquência”. Nunes (2006) comenta que à época de Bluteau considerava-se que a língua portuguesa era acusada de consistir em uma corrupção do castelhano, de modo que o trabalho de arquivo com os autores portugueses para a criação do dicionário favoreceu a nacionalização da Língua Portuguesa. Bluteau, considerado o primeiro a realizar esse trabalho, afirma ter consultado aproximadamente trezentos autores portugueses com os quais efetua a abonação de artigos. Para Nunes (2006), ser um autor português na época era também escrever sobre as colônias de Portugal, e é por essa via que o Brasil começa a ser mencionado nos dicionários portugueses.

A concisão do dicionário de Moraes mostra-se desde o prefácio, redigido em duas páginas. Moraes se apoia em seu predecessor, Bluteau, dizendo ter retido “o bom que neles há, muito melhorado”. A paráfrase que Moraes realiza de Bluteau corresponde a um gesto de atualização dos sentidos através de cortes, reformulações e acréscimos, oferecendo ao leitor uma obra resumida. A redução dos extensos volumes de Bluteau está em conformidade com os ideais iluministas de simplicidade e clareza que influenciaram os estudos de línguas e os métodos de ensino então disseminados em Portugal e Brasil (NUNES, 2006).

O primeiro lexicógrafo brasileiro foi Antonio de Moraes Silva. Entretanto, por morar em Portugal, a sua grande obra, em sua segunda edição, de 1813, que é considerada “[...] muito avançada para os padrões lexicográficos da época” (BIDERMAN, 1984, p. 4) foi publicada naquele país e não deu a devida atenção ao português brasileiro. Mesmo assim, “[...] tida por alguns como portuguesa, é aqui considerada como brasileira em virtude de o autor ser brasileiro de nascimento e do impedimento de sua publicação na colônia” (FINATTO, 1993, p. 60).

Eis, para tanto, as próprias palavras de Moraes:

Acompanhei este estudo com os auxílios de Bluteau, que achei muitas vezes em falta de vocábulos, e frases, e mui freqüentemente sobreje em dissertações despropositadas, e estranhas do assunto, que fazem avolumar tanto a sua obra. Este último reparo me animou a escolher para meu uso tudo o que ele traz propriamente português, deixando somente os termos da Mitologia, os da História Antiga, e das línguas vivas. E ainda eu quisera omitir muitos vocábulos de cargos, officios, navios, e outras cousas da Ásia, e Etiópia, que vem nas Histórias daquelas partes, explicadas ai mesmo pelos Autores, e de que ninguém usou depe mas receei que me acusassem dessa omissão e lá os conservei³⁰.

A passagem de Bluteau (1712-1728) a Moraes (1789) significa a mudança do dicionário etimológico e enciclopédico ao dicionário de definição. O primeiro traz, além de definições, comentários e explicações; o segundo reformula as definições, retira os comentários enciclopédicos e limita a etimologia à indicação da origem. Muitas das definições de Bluteau foram retomadas e modificadas por Moraes (1789), de maneira que há uma intertextualidade de um a outro. Essa retomada desencadeia um processo parafrástico, com mecanismos de substituição, reformulação, sinonímia etc. (NUNES, 2006).

No final da década de 1930, aparecem os outros importantes dicionários brasileiros de língua portuguesa. É um momento de separação: os dicionários brasileiros ganham autonomia em relação aos portugueses e esse movimento é fruto da atuação de editoras independentes. Pela editora A Noite, sai em 1939-1944 o *Grande e Novíssimo Dicionário da Língua Portuguesa*, de Laudelino Freire, considerados um dos primeiros dicionários brasileiros de língua portuguesa.

O *Grande e Novíssimo Dicionário da Língua Portuguesa*, elaborado com a colaboração de João Luís de Campos, é o primeiro grande dicionário generalista elaborado no Brasil. Os seus cinco volumes foram publicados entre 1939 e 1944, com reedição ou reimpressão em 1954. Antes dessa empreitada, entre 1924 e 1928, Laudelino envolvera-se com o *Dicionário*

³⁰ Antonio de Moraes Silva. Dicionario da Lingua Portuguesa, composto pelo Padre D. Rafael Bluteau, reformado, e acrescentado por Antonio de Moraes Silva natural do Rio de Janeiro Lisboa: Officina de Simão Thaddeo Ferreira, 1813, Prologo ao Leitor.

Brasileiro da Língua Portuguesa, título dado ao projeto que apresentara para o dicionário da Academia Brasileira de Letras, logo após ter sido empossado como membro. Por discordâncias, acabou afastando-se e levando a termo um dicionário autoral, cuja nominata e número de acepções para cada artigo são bastante extensos. Ressalta-se na microestrutura o número de abonações, coletadas em autores do século XIX ao início do século XX, em sua maioria escritores consagrados: românticos, parnasianos e realistas (NUNES, 2013). Elas servem, sobretudo, para ilustrar regências verbais, a que o lexicógrafo dispensou “carinhoso interesse”. Em sua composição, inclui grande número de regionalismos brasileiros, mas não os indica como de uso restrito do país ou de determinadas regiões. Identifica, porém, com parcimônia, os lusitanismos, os afro-lusitanismos e os asio-lusitanismos (CARMO, 2015).

Eis as palavras do próprio Laudelino:

No registro dos termos de gíria e conversação, tive empenho em evitar as corrutelas que conduzem a erros crassos ou se traduzem em chulices, e em proscrever os barbarismos e solecismos que tanto desprimoram e achincalham o idioma. Léxico não é portão de feira franca, aberto a disparates de gírias, troças e plebeísmos de esquina, chulismos de mangalaças e pulhices desprezíveis, que se originam na ignóbil corrupção vocabular ou do instinto não menos grosseiro da plebe³¹.

Embora o *Grande e Novíssimo Dicionário* de Laudelino buscasse preencher uma lacuna cultural brasileira, de fato tentou atender a consulentes do Brasil e de Portugal, ignorando o problema posto pelas divergências existentes entre as duas variedades do português, tanto no domínio lexical, no qual elas são mais abundantes, como também no gramatical e sintático. Laudelino Freire indicou os vocábulos usados em Portugal como lusitanismos, bem como os do português da África e da Ásia, considerando que fazia um dicionário para brasileiros. Esse dicionário tentou padronizar a ortografia, problema extremamente sério para as sociedades de língua portuguesa naquela época, dado o caos ortográfico em que se vivia. Não obteve grande sucesso e não chegou a uma segunda edição (BIDERMAN, 2003).

Desde a fundação da Academia Brasileira de Letras (ABL), Machado de Assis programara a elaboração de um vocabulário de brasileirismos. Em 1926-27 a ABL começou a imprimir e rever a primeira parte desse trabalho, que não chegou a ser publicado. Posteriormente houve tentativas frustradas de retomar o empreendimento. Laudelino Freire apresentou um projeto de dicionário à Academia [...]. Como o projeto da ABL se desenvolvia lenta e precariamente, Laudelino decidiu elaborar um dicionário do português e montou sua equipe para tal fim. O Grande e novíssimo dicionário da língua portuguesa, organizado por Laudelino Freire, foi publicado no Rio de Janeiro de 1939 a 1944. Organizado em cinco volumes, o dicionário [...] prima pela riqueza vocabular, com a inclusão de muitas locuções e expressões. Neologismos e termos técnicos, além de outras qualidades como numerar as acepções das palavras-entrada. Entre outros problemas apresenta o de não ter cuidado com a inclusão de

³¹ FREIRE, Laudelino. Introdução. In: _____. Grande e novíssimo dicionário da língua portuguesa, p. viii.

vocábulos meramente virtuais e não documentados na língua. [...] Não obteve grande sucesso e não chegou a uma segunda edição (BIDERMAN, 2003, p. 57).

Em 1975, surge o *Novo Dicionário da Língua Portuguesa*³², de Aurélio Buarque de Holanda Ferreira, publicado pela editora Nova Fronteira, em 1975, no Rio de Janeiro. Representa um momento em que os dicionários brasileiros passam a ser mais utilizados que os portugueses. Seguindo outra característica do período, esse dicionário traz locuções e exemplos elaborados pelo lexicógrafo, o que mostra, de um lado, o trabalho com a língua em uso, e, de outro, a constituição de uma discursividade edificadora através de exemplos elaborados (NUNES, 2004).

O *Novo Dicionário da Língua Portuguesa*, também chamado de *Dicionário Aurélio*, alcançou a repercussão esperada pela Academia Brasileira de Letras e consagrou, de forma incontestável, o léxico do Português Brasileiro. A primeira edição, datada de 1975, já se caracteriza como obra de grande porte em razão da extensão da nomenclatura, próxima a 150 mil entradas. A exaustividade dos registros também tipifica a obra de Aurélio como uma espécie de *thesaurus*. Nas duas edições subsequentes (1986 e 1999), amplia-se a nomenclatura. A segunda acresce cerca de 300 mil entradas e a terceira (2004) e última edição são apresentadas como totalizando 435 mil verbetes. O *Dicionário Aurélio* assume uma posição de destaque no quadro dos dicionários fundadores da lexicografia brasileira, ocupando, praticamente sozinho, o cenário editorial da lexicografia da segunda metade do século XX. O nome de Aurélio tornou-se sinônimo de dicionário, constituindo-se, de fato, em obra de referência dos usos e sentidos da língua falada e escrita no Brasil. E como tal, estabelece definitivamente a lexicografia brasileira (KRIEGER et al., 2009).

A escolha dos quatro dicionários justifica-se por serem obras de referência na Língua Portuguesa e por representarem um marco na história da lexicografia nacional. A escolha do dicionário (bilíngue) de Bluteau se dá por ser considerado o primeiro grande dicionário da Língua Portuguesa. A escolha de Moraes, por sua vez, justifica-se por esse ser o primeiro dicionário monolíngue do português. A utilização do dicionário de Laudelino Freire justifica-se por ser considerado um dos primeiros dicionários brasileiros de língua portuguesa. Por fim, quanto ao dicionário Aurélio, sua escolha deve-se ao motivo de toda a sua expressão lexicográfica, além de se enquadrar como um dicionário geral da língua.

³² Novo Dicionário da Língua Portuguesa de Aurélio Buarque de Holanda Ferreira é publicado nas suas três edições (1975, 1986, 1999) pela editora Nova Fronteira. Na primeira e segunda edição permanece com o mesmo título. Na terceira, recebe o título de Novo Dicionário Aurélio da Língua Portuguesa, o Aurélio Século XXI. No entanto, na reimpressão pela editora Positivo (2004), o título é alterado para Novo Dicionário Aurélio da Língua Portuguesa (KRIEGER et al., 2009).

3.3 Léxico e Cultura: uma Harmonia Uníssona

A língua mostra-se como elemento cultural de um povo e é através do sistema linguístico, especialmente do léxico, que seus integrantes comunicam-se, comunicam suas crenças e constroem sua história. Língua e cultura são indissociáveis, sendo aquela o traço cultural mais expressivo de uma sociedade. Essa língua é organizada por palavras que, por sua vez, organizam-se em frases e formam o discurso. Nesse processo, cada palavra escolhida atesta as características sociais, econômicas, etárias e culturais de quem a profere. A partir dessa lógica, analisar e estudar o léxico de uma língua permite ao pesquisador conhecer a história social do povo que a utiliza. Assim, na concepção de Seabra (2015), o patrimônio lexical de uma língua constitui um arquivo que armazena e acumula as aquisições culturais representativas de uma sociedade, refletindo percepções e experiências multisseculares de um povo, podendo, por isso, ser considerado testemunho de uma época. A herança linguística é o maior patrimônio de um povo, e é constituída a partir das experiências culturais vivenciadas ao longo do tempo. Como aponta Abbade (2011, p. 1332), “[...] estudar o léxico de uma língua é abrir possibilidades de conhecer a história social do povo que a utiliza”.

Quando comparamos o léxico a outros níveis linguísticos, percebemos que ele é a estrutura que possui maior contato com o ambiente cultural (extralinguístico) porque exerce, por sua essência, função referencial. Ao passo que a realidade molda-se, o léxico também adéqua-se, ou seja, os signos alteram-se em virtude das mudanças culturais. Deste modo, o léxico permanece em contínua mudança, tal qual a realidade. Segundo Carvalho (2010, p. 420), “[...] palavras são emblemas culturais, símbolos com significados sociais, que conservam a experiência da atividade humana”. Ou seja, o léxico carrega em si as marcas da realidade. Segundo Biderman (2001), qualquer sistema léxico é a somatória de toda a experiência acumulada de uma sociedade e do acervo da sua cultura através das idades, de modo que mudanças sociais acarretam alterações nos usos vocabulares. Assim, resgatamos e reforçamos a ideia apresentada anteriormente de que o patrimônio lexical de uma língua constitui um arquivo que armazena e acumula as aquisições culturais representativas de uma sociedade, refletindo percepções e experiências multisseculares de um povo, podendo, por isso, ser considerado testemunho de uma época, *mots-témoins* (MATORÉ, 1953).

As inúmeras influências e experiências vividas por uma comunidade acarretam mudanças significativas na sua língua, principalmente no seu conjunto lexical, e uma análise desse conjunto oferece elementos eficazes para a leitura da memória da língua. Oliveira e Isquardo (2001) também nos fazem conhecer um pouco mais sobre a íntima relação entre léxico

e cultura.

O léxico, saber partilhado que existe na consciência dos falantes de uma língua, constitui-se no acervo do saber vocabular de um grupo sócio-linguístico-cultural. Na medida em que o léxico configura-se como a primeira via de acesso a um texto, representa a janela através da qual uma comunidade pode ver o mundo, uma vez que esse nível da língua é o que mais deixa transparecer os valores, as crenças, os hábitos e costumes de uma comunidade, como também, as inovações tecnológicas, transformações socioeconômicas e políticas ocorridas numa sociedade. Em vista disso, o léxico de uma língua conserva uma estreita relação com a história cultural da comunidade. Desse modo, o universo lexical de um grupo sintetiza a sua maneira de ver a realidade e a forma como seus membros estruturam o mundo que os rodeia e designam as diferentes esferas do conhecimento. Assim, na medida em que o léxico recorta realidades de mundo, define, também, fatos de cultura (OLIVEIRA; ISQUERDO, 2001, p. 7).

Levando-se em consideração que examinar uma língua é investigar também a cultura, tomando-se como base que o sistema linguístico, especialmente o nível lexical, guarda e reúne as aquisições culturais representativas de uma sociedade, o estudo lexical de dicionários antigos pode fornecer dados que apontam para elementos significativos relacionados à história, ao sistema de vida, à visão de mundo de um determinado grupo. Desde modo, ao se examinar um dicionário específico, analisa-se e caracteriza-se não apenas a língua, mas também o fato cultural que nele se deixa transparecer. Essa perspectiva de análise favorece uma melhor compreensão do próprio homem e da sua maneira de ver e de representar o mundo, sendo o léxico um relevante caminho para o estudo de aspectos sociais da linguagem.

Nessa pesquisa, portanto, analisaremos como o léxico do PB foi capaz de registrar a presença francesa quando do acontecimento da *Belle Époque*.

3.4 A Essência Mutável do Léxico

Por seu caráter dinâmico, o sistema lexical de uma língua está constantemente inovando-se e, assim, evidencia sua vitalidade, mostrando-se uma estrutura não fechada de unidades de significados. Para Biderman (1984), o léxico constitui um conjunto aberto em qualquer sistema linguístico e, por conseguinte, não apenas vastíssimo quando comparado com outros setores e níveis da língua (fonológico, morfológico, sintático), mas também em permanente expansão, sobretudo numa língua de civilização.

Esse processo de mudança, embora aconteça de maneira inconsciente, é realizado pelos usuários da língua, que são justamente os criadores e os mantenedores das unidades lexicais de determinado idioma. Como estamos sempre (re)produzindo e (re)conhecendo novos seres, objetos e relações, precisamos de um sistema dinâmico, passível de expansão à medida que se manifesta a necessidade de novas unidades de designação e construção de enunciados

(BASILIO, 2004). Tal expansão é igualmente marcada pela mudança de sentido de algumas unidades, devido à atribuição de novos significados, e pelo desuso de outras que se tornaram arcaicas, enfraquecidas pela diminuição do uso.

Schaff (1964, p. 261) já anunciava o processo de constante modificação da língua e seu enriquecimento lexical. Ele diz que “[...] as línguas não são imutáveis. Pelo contrário, sofrem modificações constantes, sobretudo na sua matéria semântica” e as transformações na vida social acarretam a necessidade de se modificarem as unidades lexicais e/ou seus significados, o que acontece, frequentemente, com o contato entre culturas e línguas diferentes.

Por possuir uma forte conectividade com a realidade exterior, não linguística, o léxico não se cristaliza, mas expande-se e altera-se. Esse movimento caracteriza-se pela criação de novas unidades dentro do próprio sistema e pela incorporação de unidades vindas de outros sistemas. A essência mutável do léxico caminha juntamente com o aprimoramento das sociedades, com a evolução tecnocientífica, com as transformações econômicas e políticas e com o alargamento das fronteiras (físicas, virtuais ou do pensamento). Há que se nomearem as novas realidades, os novos modos de ser, de pensar, de produzir e de relacionar-se.

A partir dessas considerações, assumimos nesta pesquisa que o léxico abarca palavras usadas pelos falantes da língua em situações socioculturais e comunicativas, que podem gerar novas palavras e/ou novos sentidos para as já existentes segundo as necessidades que os próprios falantes identificam nas interações. Entende-se, portanto, com base em tudo que foi apresentado, que o léxico é o aspecto linguístico que está mais conectado ao mundo extralinguístico e que melhor representa o universo empírico-social do falante e da comunidade de fala, pois é indissociável da realidade, sendo, na verdade, resultado dela e da experiência humana e, por isso, é heterogêneo e suscetível a constantes mudanças. O fato de o léxico ser o domínio linguístico flexível e estar em constante expansão é um dos fatores explicativos para nele se encontrarem inúmeros elementos estrangeiros, sendo o neologismo um dos processos pelos quais o léxico se renova.

3.5 Os Neologismos

O léxico de uma língua será sempre ampliado se ele permanecer como meio de comunicação oral e escrito. Portanto, conforme Biderman (2001), é quase impossível que os lexicógrafos consigam registrar nos dicionários todos os vocábulos e seus respectivos significados que estão sendo usados na língua. Tais processos, que têm como resultado novas unidades lexicais, novas acepções para unidades já existentes ou novas unidades vindas de

outros sistemas, são chamados, generalizadamente, de neologia. As unidades surgidas a partir deles são chamadas de *neologismos*. Esse é um termo que tem sua origem no latim: *neo* (nova) e *logos* (palavra). Nesse sentido, “o neologismo implica algo de novo que entra na língua” (VILELA, 1997, p. 40). Nessa lógica, utilizaremos, nesta pesquisa, as terminações propostas por Biderman (2001) para neologia, como sendo a denominação do processo de entrada de termos estrangeiros e neologismo como o termo que designa a palavra estrangeira adodata no idioma de destino.

Matoré (1953) conceitua o neologismo como uma acepção nova, inserida no vocabulário de uma língua em uma determinada época. Segundo o autor, essa nova acepção pode manifestar-se:

- através de uma palavra nova criada, como *ex nihilo* (gaz), ou por uma onomatopéia (*tic-tac*), ou de um nome de pessoa (*Bottin*);
- através de uma palavra já empregada, mas à qual se atribui uma nova acepção, como é o caso de *magasin*, que já era existente no francês antigo, mas que toma a significação de “loja elegante e de grandes dimensões”, por volta de 1825;
- através de uma mudança de categoria gramatical, como por exemplo o adjetivo *ideal* que passou a ser tratado como substantivo a partir de 1830.

Alves (2002), por sua vez, sugere que o neologismo se dá através de um processo autóctone, ou seja, oriundo de mecanismos da própria língua, ou por um processo alóctone, através de vocábulos oriundos de outras línguas. A autora ainda afirma que esses dois processos têm sido empregados, diacrônica e sincronicamente, na língua portuguesa.

Existem, contudo, controvérsias e diferenças na consideração e na nomenclatura dos processos. Segundo Cano (2007), “[...] há tempos tem-nos inquietado a falta de critérios claros na literatura para a caracterização do neologismo” (CANO, 2007, p. 137). Entretanto, como para o nosso trabalho interessam-nos apenas as novas unidades vindas de outras línguas, nos limitaremos a tecer breves considerações sobre essas unidades e sobre como elas são abordadas e nomeadas na literatura da área.

3.6 Tipos de Neologia

Para o desenvolvimento das questões sobre os tipos de neologia e suas características, trataremos uma breve apresentação de diferentes conceitos/terminologias defendidos por alguns estudiosos do fenômeno.

O linguista francês Louis Guilbert (1975) considera a existência de quatro tipos de neologia: a *fonológica*, a *semântica*, a *sintagmática* e o *empréstimo*. Alves (2002), pesquisadora brasileira, segue o mesmo modelo de tipologia sustentado por Guilbert, entretanto, não utiliza a terminologia *neologismo sintagmático* para se referir a um mecanismo de produtividade da língua, conceituando o processo como *neologismo formal* ou *neologismo sintático*. Apesar dessa pequena diferença entre disposições conceituais, tanto a terminologia de Guilbert como a de Alves tratam das mesmas questões: a combinação de elementos tomando como base o morfema para a formação de uma nova palavra e a análise no nível frástico, levando-se em conta tanto os caracteres morfológicos como os semânticos para a constituição de uma unidade léxica.

Por sua vez, a linguista brasileira Nelly Carvalho (2002), em sua obra *Publicidade: a linguagem da sedução*³³, apresenta uma estruturação mais sucinta e classifica os neologismos utilizando os mesmos critérios de Boulanger, subdividindo-os em duas categorias: 1) *neologismos semânticos*, ou seja, os termos dicionarizados em outra acepção; e 2) *neologismos formais*, os termos não-dicionarizados. Outra classificação também mais concisa é apresentada por Biderman (2001) e Dubois (1973) os quais referem-se aos neologismos dividindo-os em duas classes: como *neologismo conceptual/neologismo formal* e *neologia de sentido/neologia de forma*, respectivamente.

Diante dessa breve exposição, optamos, para a nossa discussão, pela proposta de divisão de neologismos apresentada por Guilbert (1975) por parecer-nos mais ampla, didática e adequada ao objetivo desta pesquisa. A partir dessa organização lógica, traremos mais conceitos sobre as especificações.

3.6.1 Neologia fonológica

A neologia fonológica relaciona a unidade lexical a certos ruídos e gritos, sendo esse recurso muito raro, dado que a palavra é criada, na maioria dos casos, sem base em nenhuma lexia já existente na língua. Ela é representada em maior grau pelas onomatopeias, como o caso dos exemplos tirados do francês: *haaaa* (rir), *plouf* (queda na água), *paf*, *gnap*, *clap*, *touk* (barulhos de instrumentos de música pop).

Em relação a esse processo, Valter Kehdi (1992, p. 49) diz que esse era o modo pelo qual “[...] se denominavam os vocábulos criados com a preocupação de imitar o som ou a voz

³³ CARVALHO. *Publicidade: a linguagem da sedução*. 2002, p. 136.

de coisas ou de animais. De um modo geral, são monossílabos, frequentemente reduplicados, com ou sem alternância vocálica [...]”.

Guilbert (1975, p. 62) oferece-nos criações onomatopaicas que correspondem a designação de um novo referente, como *bip-bip*, barulho do primeiro *Sputnik* e *pingpong*, designação de tênis de mesa. O autor complementa: “[...] a onomatopéia é uma forma de expressão à característica lexical pela dimensão da palavra, ainda que sintaticamente ela corresponda frequentemente a uma frase, e ela permite todos os tipos de criações cujo princípio é essencialmente fonológico (1975, p. 62)”³⁴.

Como exemplos de neologia fonológica, temos as interjeições, cuja criação pode, ou não, basear-se em palavras já existentes no léxico para exprimir emoções, sensações e estados de espírito. Essas expressões funcionam como frases, pois sua significação está relacionada ao momento de sua utilização e pode transmitir um sentido completo na comunicação: a interjeição *ah!* pode exprimir alegria, espanto ou surpresa; *ufa!*, alívio ou cansaço; *psiu!*, um pedido de silêncio; *caramba!*, *puxa!*, espanto ou surpresa.

3.6.2 Neologia Semântica

A neologia semântica caracteriza-se pelo empréstimo de sentido. É um recurso em que um significante já existente na língua tem a si incorporado uma nova acepção. A mudança semântica comumente ocorre por recursos estilísticos, como metáfora, metonímia, sinédoque etc. Sobre a neologia semântica, Guilbert (1975, p. 64) sentencia: “Toda criação semântica de caráter lexical se traduz por uma nova união entre um significante e significado”³⁵.

Sandmann (1992, p. 42) comenta sobre a transposição de sentidos ao referir-se à metáfora e à metonímia: “Quando o fundamento de se aplicar o significante de um signo lingüístico a outro referente repousa na semelhança entre os referentes, dizemos que temos uma metáfora, em outras palavras, há uma transferência baseada na semelhança [...]”.

E mais adiante, continua:

Quando o significante de um signo lingüístico passa a ser aplicado a outro referente do nosso universo com fundamento na contigüidade ou na concorrência espaço-temporal dos referentes, dito de outra maneira, quando a transferência se dá com base

³⁴“L’onomatopée est donc une forme d’expression à caractère lexical par la dimension du mot, quoique syntaxiquement elle correspond souvent à une phrase, et elle permet toutes sortes de créations dont le principe est essentiellement phonologique”.

³⁵ “Toute création sémantique de caractère lexical se traduit par une nouvelle union entre un signifiant et un signifié”.

na contigüidade física, dizemos que o composto é metonímico [...] (SANDMANN, 1992, p. 43).

Isto posto, para melhor compreendermos e explicarmos o funcionamento dessa neologia, analisemos um típico exemplo de neologia semântica, representado pelo vocábulo “arara”: *Nossa! O chefe ficou uma arara quando soube dos últimos acontecimentos.*

Reservando-nos a um olhar analítico análise sobre o “real” significado a que se refere o termo em destaque, percebemos, obviamente, que se trata de um pássaro. No entanto, de acordo com o contexto em que se dá a comunicação e, sobretudo, levando-se em consideração o objetivo pretendido pelo emissor, sabemos que a expressão está relacionada a um comportamento/estado de humor humano; a um determinado posicionamento adquirido pelo sujeito que pratica a ação.

3.6.3 Neologia sintagmática

A neologia sintática emprega lexias já existentes na língua para criar novas unidades. Trata-se de um dos recursos mais produtivos de uma língua. Guilbert (1975, p. 31) também denomina esse processo como neologia lexical. Para ele, “[...] a neologia lexical se define pela possibilidade de criação de novas unidades lexicais, em virtude das regras de produção incluídas no sistema lexical”³⁶.

Câmara Jr. (1975) explica que é possível a ampliação e a renovação do acervo lexical de um sistema linguístico porque o português, assim como toda língua viva, dispõe de mecanismos gramaticais que possibilitam esses processos em função das palavras já existentes. O autor estabelece como mecanismos gramaticais aqueles herdados do latim: a composição e a derivação.

Na composição, associam-se duas palavras distintas, preservando-se suas estruturas, e o resultado dessa junção é uma nova unidade que apresenta a combinação das significações das que a constituem. Temos, por exemplo, as palavras *político-galã* e *outono-inverno*, dois substantivos em que cada elemento constituinte mantém sua individualidade e juntos formam novas lexias. Os exemplos foram utilizados por Alves (2002, p. 41-45).

Temos, ainda, a composição sintagmática, um processo em que os elementos da frase encontram-se intimamente relacionados sintático, morfológico e semanticamente, como *seguro-desemprego*. Como exemplo, valemo-nos de Alves (2002, p. 53): “Em troca de uma

³⁶“La néologie lexicale se définit par la possibilité de création de nouvelles unités lexicales, en vertu des règles de production incluses dans le système lexical”.

trégua nos movimentos grevistas, o ministro acenava com a correção integral de salários, produtividade de até 5%, *seguro-desemprego* e outras vantagens”.

Pode ocorrer, ainda, a associação entre dois substantivos, como *couve-flor*, ou o caso em que o primeiro elemento é uma forma verbal seguida de um nome (*guarda-chuva*), ou ainda por dois adjetivos (*latino-americano*), e também por bases verbais (*casa-descasa*), entre outros. Esses tipos são denominados composições por justaposição.

Em contrapartida, há a composição por aglutinação, quando os elementos se fundem num todo só fonético e com uma única tonicidade, quando conveniente, como em *boquiaberto* ou *pernalta*.

Além dos tipos de composição já trabalhados, Alves (2002, p. 56) acrescenta a composição por siglas, que são utilizadas para maior eficácia no processo comunicativo, como no exemplo: “O Exército Revolucionário do Povo (*ERP*), de orientação trotskista, foi uma das dezenas de grupos guerrilheiros surgidos na América Latina na década de 60 [...]”.

Há também, as derivações das siglas, como no caso “[...] a *otenzização* que consiste em fixar os preços e contratos em OTN estabelecendo, na prática, uma nova moeda na economia” (ALVES, 2002, p. 58).

Já a derivação é um processo em que um vocábulo é complementado com afixos, prefixos e sufixos.

O prefixo, ao unir-se a uma base lexical, tem a função de acrescentar variados significados, por isso encontramos prefixos de caráter negativo e opositivo, como *anti-ético*; os que acrescem um exagero, *hiperinflação*; os que expressam temporalidade, *pré-Aids*, e diversos outros.

Quanto à derivação sufixal, há os sufixos nominais, que formam substantivos e adjetivos: i) por meio das partículas *-ismo* e *-ista*, *brizolismo/malufismo* ou *brizolistas/malufistas*; ii) por meio dos sufixos verbais em *-ar* e *-izar*, como *malufar, papalizar*; em alguns casos, ocorre até a conjugação, como *tucanou*; iii) por meio de sufixos adverbiais *-mente*, designando modo, como *geralmente e mormente*; iv) por meio de sufixos que exprimem pejoratividade, como é o caso de *-aço, panelaço*, ou *-esco, aventurasca*, ou *-óide, tucanóide*.

Outro tipo de derivação é a parassintética, que consiste na inserção de um prefixo e de um sufixo a um mesmo radical, como o verbo *apalharçar*. A exclusão de uma ou outra partícula resulta numa forma inaceitável.

Deve-se comentar, também, sobre a derivação regressiva, fenômeno em que se retira o sufixo para formar uma nova unidade lexical. Alves (2002, p. 71) exemplifica com a forma

substantiva *amasso* relativa ao verbo *amassar*: “É que quando ele me viu dando uns *amassos* em alguém, contou que sabe massagear os pés com perfeição, que é um tremendo especialista”.

Percebemos que as possibilidades de ampliação lexical são fundamentadas pelo próprio sistema lexical. Os exemplos mostrados, a partir dos processos de formação de novas unidades lexicais, as neologias, demonstram a criatividade do falante, o que contribui para o enriquecimento do acervo de uma língua.

3.7 Neologia por Empréstimo

Como mencionado anteriormente, o empréstimo é um fator de ampliação e renovação do léxico de uma sociedade. Trata-se de um mecanismo que favorece ao emprego e à adoção de uma unidade lexical estrangeira por um novo sistema linguístico. Essa situação decorre dos contatos e relações que acontecem entre línguas e culturas de comunidades distintas, em que uma comunidade exerce maior influência sobre a outra. Para essa pesquisa, portanto, nos debruçaremos sobre neologismos por empréstimo, uma vez que é essa categoria que engloba o estudo dos galicismos.

Alves (2002) explica que quando uma unidade lexical de um sistema linguístico passa a fazer a parte do léxico de outra língua, de maneira provisória ou definitiva, fenômeno de ampliação lexical, temos a chamada neologia por empréstimo.

Deve-se destacar que toda comunidade linguística está suscetível ao fenômeno dos empréstimos, pois tal processo acompanha as evoluções e as modificações sociais. Sírio Possenti (2001, p. 165), no artigo *A questão dos estrangeirismos*, na obra *Estrangeirismos: guerras em torno da língua*, diz que:

Sobre as línguas serem meios de dominação, como a história o mostra: trata-se da mais absoluta verdade, mas é ainda mais verdadeiro que as línguas apenas acompanham a invasão de homens (exércitos), negócios, produtos, costumes.

Dessa forma, atestamos que é certamente impossível que uma nação viva isoladamente em torno de seu próprio sistema linguístico e de sua estrutura social, sem que receba algum tipo de influência de externa.

Assumimos, nesta pesquisa, que o empréstimo linguístico é, portanto, um processo neológico que proporciona a entrada de um elemento novo ao sistema importador. Refere-se a uma criação em que o signo linguístico (palavra importada) integra-se à estrutura lexical da língua receptora, podendo sofrer modificações fonéticas, gráficas, morfossintáticas e semânticas, de acordo com as regras da língua importadora.

Assim, Rey-Debove (apud HUMBLEY, 1984, p. 52) define o empréstimo deste modo:

[...] no sentido estrito do termo /*é*/ o processo pelo qual uma língua L1, cujo léxico é acabado e determinado no instante T, adquire uma palavra M2 (expressão e conteúdo) que ela não tinha e que pertence ao léxico de uma língua L2 (igualmente fixa e determinada).

Pelo fato de a língua evoluir quando da produção dos discursos dos falantes da sociedade (isso ocorre no âmbito da *parole*), segundo Deroy (1956), é nesse domínio que o empréstimo encaixa-se, afetando a fonética, a morfologia, a sintaxe e o léxico da língua. É nessa última esfera que o termo neologismo remete-se ao empréstimo linguístico. Nas palavras do autor, “[...] a palavra emprestada é, com efeito, por essência, um neologismo, isto é, uma acepção nova introduzida no vocabulário de uma língua em uma época determinada” (1956, p. 4)³⁷.

Conforme Bloomfield (1933), os empréstimos podem ser classificados em três categorias: íntimos, culturais (externos) e dialetais. O empréstimo cultural é o resultado dos contatos políticos, culturais ou comerciais com povos de outros países. O empréstimo dialetal ocorre entre falares da mesma língua, isto é, variantes regionais, sociais e jargões especializados. Já o empréstimo íntimo realiza-se através da convivência de mais de duas línguas no mesmo território. Neste trabalho, trataremos do empréstimo cultural as unidades lexicais surgidas graças ao contato com as culturas/línguas.

3.7.1 Terminologias e definições

Na concepção de Carvalho (1989), a incorporação de uma unidade lexical alóctone inicia-se pela entrada da palavra da língua fonte (A) na língua receptora (B). Para a autora, esse processo é dividido em quatro categorias: C1) unidade lexical estrangeira (existente na língua A); C2) estrangeirismo (usado na língua B); C3) empréstimo (adaptação de qualquer tipo na língua B); C4) xenismo (ausência de adaptação para a língua B).

³⁷ “[...] le mot emprunté est en effet, par essence, un néologisme, c’est-à-dire une acception nouvelle introduite dans le vocabulaire d’une langue à une époque déterminée”.

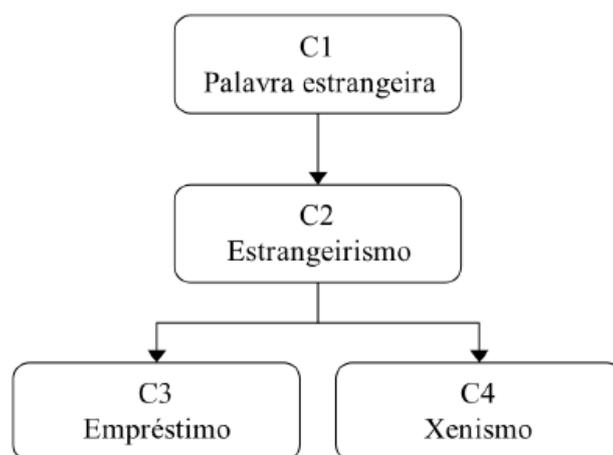


Figura 2: Processo de integração de uma unidade estrangeira apresentado por Carvalho (1889).

O estrangeirismo, para Carvalho (1989), nasce na fase inicial de instalação e adaptação da unidade lexical. Nessa fase, a unidade lexical estrangeira ainda não faz parte do acervo lexical da língua receptora. Muitas vezes, na forma escrita, ela é seguida da correspondente tradução ou de uma explicação do significado. Carvalho estabelece um paralelo interessante para esclarecer melhor a distinção entre estrangeirismo e empréstimo:

Tomando como paralelo o caso dos permanentes e valiosos empréstimos monetários feitos pelo Brasil, embora o governo brasileiro receba em dólares, estes são transformados em cruzados para uso no território nacional. Assim, o empréstimo é o estrangeirismo adaptado de várias formas (CARVALHO, 1989, p. 47).

Designa-se xenismo a unidade lexical que permanece na forma original, como nomes próprios, nomes de lugares etc., sem adaptações. O item lexical *show* é entendido como xenismo quanto à forma escrita, conforme afirmação de Carvalho: “Se o termo é importado, mas permanece na grafia original, mesmo sendo muito usado, será um xenismo. É o que acontece com *show* (...) (CARVALHO, 1989, p. 43).

Finalmente, conforme Carvalho, o empréstimo ocorre quando o termo alóctone se manifesta através de qualquer tipo de adaptação, tais como adaptação fonética, gráfica, morfossintática ou semântica.

Além das etapas que acabamos de examinar, podemos considerar um outro processo chamado calque, termo usado por Carvalho. Segundo a autora, esse processo consiste na versão literal do item lexical estrangeiro para a língua receptora, como o sintagma *arranha-céu*, decalcado no inglês *skyscraper*. É a reprodução de uma estrutura lexical estrangeira com os elementos da língua A, formando, assim, uma nova lexia. Todavia, este processo não é o mais

comum e dificilmente o falante da língua receptora percebe a origem da nova unidade lexical. Segundo Carvalho (2009, p. 56), “o falante não percebe a origem alógena do termo”.

Sobre o decalque, Alves também tece algumas observações. Em sua concepção, esse fenômeno “[...] consiste na versão literal do item léxico estrangeiro para a língua receptora” (ALVES 2002, p. 79). O xenismo pode ser observado em diversas palavras estrangeiras que se mantêm graficamente inalteradas, porém, essa classificação não consegue ser aplicada na fala.

Ainda no campo da distinção conceitual entre empréstimo e estrangeirismos, valemos, também, de Alves. A autora faz uma diferenciação desses dois termos ao explicar os níveis em que cada um manifesta o processo de neologismo por empréstimo. Para Alves (2002), o elemento estrangeiro é visto como externo ao vernáculo da língua receptora na primeira etapa, quando ele ainda não faz parte do acervo lexical desse idioma. Neste caso é denominado estrangeirismo. Ao empregar um estrangeirismo, em muitos contextos, a unidade lexical estrangeira é acompanhada de tradução ou de definição do seu significado.

[...] numa primeira etapa, o elemento estrangeiro, empregado em outro sistema lingüístico, é sentido como externo ao vernáculo dessa língua. É então denominado estrangeirismo, ou seja, ainda não faz parte do acervo lexical do idioma [...] A fase propriamente neológica do item léxico estrangeiro ocorre quando se está integrando à língua receptora, integração essa que pode se manifestar através de adaptação gráfica, morfológica ou semântica (ALVES, 2002, p. 72-77).

Para Alves (2002), portanto, podemos concluir que o estrangeirismo apresenta-se como aquele item lexical que ainda não sofreu adaptações na língua de destino.

Ao observarmos as definições de Carvalho e Alves, podemos notar algumas divergências. Quando uma unidade lexical proveniente de outras línguas passa por qualquer tipo de adaptação, Carvalho a designa empréstimo em oposição ao xenismo, que permanece na forma original.

Utilizando o exemplo da palavra *show* acima apresentada, Carvalho a considera como um xenismo. Mas, como sabemos, a palavra *show* sofre adaptações morfológicas. Isto é, o item lexical *show* recebe tanto a flexão de gênero (masculino, *o show*) quanto de número (plural, *shows*). Segundo o critério de Carvalho, uma unidade lexical que passa por qualquer tipo de adaptação, inclusive a adaptação morfológica, é designada empréstimo. No entanto, contraditoriamente, o item lexical *show* acima, embora flexionado, é considerado um xenismo pela autora.

Uma lacuna na definição de Carvalho sobre este fenômeno linguístico é a ausência de um critério estabelecido para diferenciar um estrangeirismo de um xenismo. É necessário esclarecer a partir de quando um estrangeirismo se torna um xenismo.

A definição proposta por Alves também apresenta um ponto de questionamento. A autora mostra alguns exemplos de estrangeirismos, em seu livro *Neologismo: criação lexical*, que ainda não fazem parte do acervo lexical, como *pole-position* e *flying lap*:

Ayrton Senna foi o *pole-position* pela 13ª vez em uma temporada de 16 corridas (...) Faltavam dois minutos para o final da última sessão classificatória para GP australiano quando Ayrton fez a sua *flying lap* (volta rápida) (ALVES, 2002, p. 73).

Ao observarmos o exemplo acima, percebemos que existe o mesmo problema que na definição de Carvalho. Ainda que as duas unidades lexicais sofram adaptação morfológica (masculino/singular em *pole-position* e feminino/singular em *flying lap*, respectivamente), elas são classificadas como estrangeirismos.

Se dependermos do critério morfossintático, quanto à escrita, muitas vezes torna-se difícil distinguir a unidade lexical vernácula da estrangeira, visto que qualquer item lexical, seja vernáculo seja externo, uma vez inserido no contexto da língua portuguesa, recebe alguma influência morfossintática, como se observa nos exemplos acima.

Ao verificarmos as definições Alves e Carvalho podemos notar algumas semelhanças e divergências. O conceito de decalque, por exemplo, possui o mesmo valor em Alves e Carvalho: a tradução literal da palavra estrangeira. O processo de incorporação da grafia original pode ser comparado ao xenismo e/ou empréstimo em Carvalho e ao conceito de empréstimo e/ou estrangeirismo em Alves.

Buscando, então, encontrar um equilíbrio e um ponto de harmonia entre os conceitos de Alves (2002) e Carvalho (1989), utilizaremos, em nosso trabalho, a terminologia de Carvalho sobre empréstimos, e a concepção de Alves sobre os estrangeirismos. O conceito de xenismo em Carvalho não será aplicado neste estudo. Assim, designaremos estrangeirismo as unidades lexicais alóctones sem adaptação; designaremos empréstimos as unidades lexicais alóctones que apresentam qualquer tipo de adaptação, sendo ela fonética, gráfica, morfossintática e/ou semântica como se vê na Figura 3:

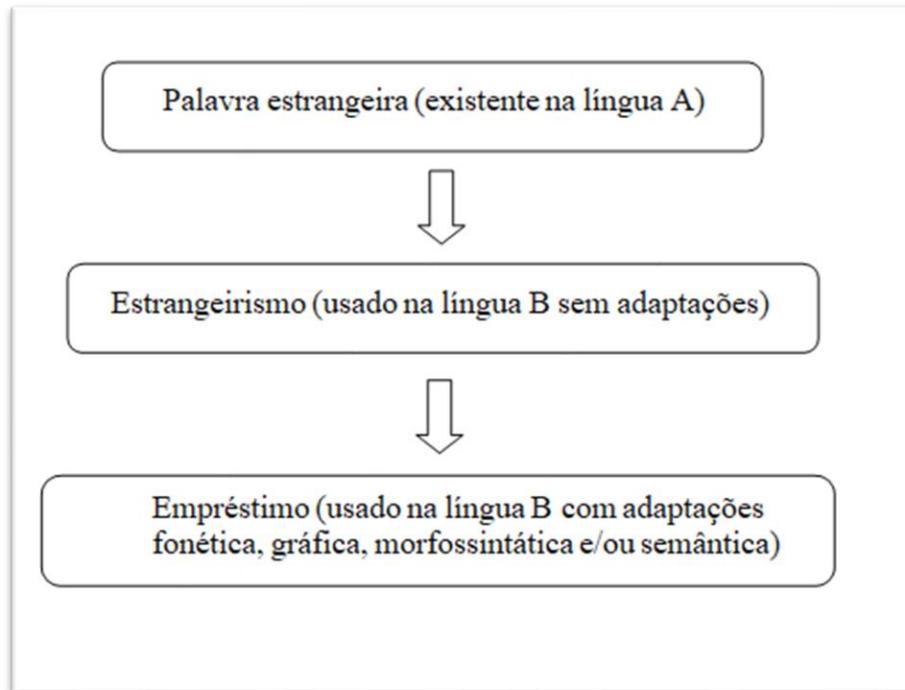


Figura 3: Terminologia baseada em Alves (2002) e Carvalho (1989).

3.8 As Adaptações do Empréstimo

Para que uma unidade lexical estrangeira seja incorporada ao léxico da língua receptora, isto é, para uma unidade lexical estrangeira tornar-se um empréstimo, é preciso passar por um processo de adaptação. Essas adaptações podem ser de natureza fonética, ortográfica, morfossintática ou semântica. Vejamos, a seguir, as suas especificações.

3.8.1 Adaptação fonética

A adaptação fonética de uma unidade lexical estrangeira está intimamente ligada ao processo de adaptação ortográfica. É por meio da grafia que se percebe a mudança fonética. Segundo Monteiro (2002), a adaptação fonética consiste na substituição dos fonemas inexistentes na língua por outros aproximados.

Alves (1984, p. 124) exemplifica-nos e afirma que “A adaptação fonológica do termo estrangeiro revela-se por uma adaptação ortográfica: o *birô* (francês *bureau*) [...]”.

Porém, há casos, em menor número, em que não há mudança ortográfica, como por exemplo, a palavra *menu* (fr. *menu*). Nesta unidade ocorre uma adaptação fonética, alterando o fonema francês /y/, marcado pela grafia *u*, pelo correspondente português /u/.

Sobre esse critério de adaptação, Carvalho (1989, p. 45) diz que: “[...] a adaptação fonológica é feita pelo falante comum ao sistema fonológico de sua língua materna, sem

nenhuma preocupação de fidelidade à língua de origem. Os fonemas da língua exportadora não se conservam na língua importadora”.

Carvalho constata a diferença entre o processo da adaptação fonética pela via oral e pela escrita da seguinte forma: “entre as adaptações fonéticas, surgem algumas singulares porque se afastam muito do modelo original e são adaptadas aos hábitos fonéticos do ouvinte da forma como ele as interpreta” (CARVALHO, 1989, p. 41). A autora dá exemplos como *escrete* (inglês – *scratch*), *pontajur* (francês – *point-à-jour*), *chulipa* (inglês – *sleeper*). Por outro lado, pela via escrita, a grafia original se mantém, havendo prioridade à forma gráfica sobre a forma fônica. Acrescenta, ainda, que a importação de novas idéias e conceitos sempre se dá pela forma escrita.

Há autores que tratam da adaptação fonética com a designação de adaptação fonológica. Correia e Lemos (2005), por exemplo, referem-se da seguinte forma:

Ao nível fonológico, são distintas as adaptações que um empréstimo pode apresentar, podendo destacar-se a substituição de segmentos não existentes na língua de chegada por outros nela existentes, mudança no acento da unidade lexical e perda da distinção em relação à quantidade das vogais (CORREIA; LEMOS, 2005, p. 54).

3.8.2 Adaptação gráfica

As adaptações gráficas acomodam as unidades léxicas de acordo com a grafia do idioma que as recebe e está relacionada à adaptação fonética. Segundo Alves (2002), a incorporação ortográfica de uma unidade lexical não possui uma regra. Há casos em que o empréstimo já está assimilado em nossa língua, como *abajur* e *xampu*, mas concorrem com as formas originais *abat-jour* e *shampoo*.

É o caso de *turnê*, do francês *tournée*. Nota-se sua adaptação gráfica por meio da substituição das vogais *ou*, que representam o fonema [u] em francês, para a grafia que apresenta o mesmo som em português. Há ainda, através da substituição do fonema [e], grafado em francês por *é*, pelo seu correspondente fonológico no sistema português [e]. Trata-se, claramente, de um exemplo que abarca íntima relação entre adaptação ortográfica e adaptação fonética.

Outro caso de adaptação que ocorre é através da inserção de uma vogal temática, como nos exemplos *chique* (fr. *chic*), *clube* (ing. *club*), *filme* (ing. *film*), *surfe* (ing. *surf*).

Além do acréscimo de uma vogal temática, nossa língua exige como forma de adaptação do empréstimo a inclusão também de outra vogal, em posição inicial, em unidades lexicais cujas formas originais iniciam por encontros consonantais (*st*, *sn*, *sc*), como *estresse* (ing. *stress*), *esnobe* (ing. *snob*), *escopa* (it. *scopa*), *escâner* (ingl. *scanner*).

3.8.3 Adaptação morfossintática

Todos os estrangeirismos e empréstimos utilizados na língua importadora tendem a sofrer um processo de adaptação morfossintática, isto é, a unidade lexical se flexionará em gênero e número e formará compostos e derivados.

Alves (1984, p. 122) diz que: “Quando emprestado a línguas que se flexionam quanto ao gênero, o termo estrangeiro quase sempre segue a língua original, como os elementos franceses *fourreau* e *tour* (*um fourreau* e *seu tour*)”. Temos, ainda, como exemplo *o menu* (fr. *le menu*) e *um tailleur* (fr. *un tailleur*).

Sobre a falta de flexão em alguns idiomas, como inglês, a autora (2002) acrescenta que a unidade lexical mantém a flexão do idioma receptor e, no caso da língua portuguesa, é comum adotar o gênero masculino. Alves (2002, p. 81) exemplifica-nos: “No ano passado, foi Luciana quem trouxe de Cuba uma contraproposta que pode gerar bons negócios para a *trading* do grupo, a primeira no *ranking* das *tradings* privadas do País”. O exemplo foi retirado pela autora da revista *Isto é/Senhor*, de 01 de agosto de 1988. No caso de *ranking*, a unidade inglesa seguiu o gênero masculino. Mas, também, pode ocorrer a flexão com o equivalente português da unidade lexical emprestada, como a *trading* = a *negociação*.

Quanto à flexão de número, a unidade segue a língua de que procede. Sandmann (1992, p. 72) exemplifica com as unidades *campus* – *campi* (lat.), *hobby* – *hobbies* (ing.), *poster* – *posters* (ing.). Mas, segundo Alves (1984, p. 123), na medida em que a unidade lexical estrangeira se integra à língua importadora, tende a adaptar-se ao seu sistema de formação de plural: *as genuínas trattorias* (it.). De acordo com o plural italiano, *trattorie* é a flexão de número de *trattoria*, mas a unidade seguiu o padrão da língua portuguesa.

Alves (2002, p. 82) nos dá outro exemplo de flexão de número que segue o padrão do idioma original da unidade lexical: “O presidente Sarney passou diante dos guardas suíços, alabardas de prontidão, encontrando na sua frente uma quinzena de senhores de fraque e condecorações: são os *gentiluomini* de Sua Santidade”. O exemplo foi extraído do jornal *O Estado de São Paulo* do dia 11 de abril de 1986. Nesse caso, a vogal final *i*, em *gentiluomini*, na língua italiana, é a marcação de plural.

Devemos, também, destacar que na incorporação dos termos estrangeiros ao nosso sistema linguístico, as unidades distribuem-se, principalmente, na classe gramatical dos substantivos, e, em poucos casos, nos adjetivos e verbos. Temos *shopping center*, *bergère*, *shiatsu*, *software*, *spray*, *smash*, entre outros que se referem a empréstimos substantivais; *sexy*, adjetivo; *bye-bye*, interjeição. As unidades lexicais emprestadas seguem a classe gramatical da

língua de origem, porém, em certos momentos, podem sofrer alterações. Alves (2002, p. 80) exemplifica a mudança ocorrida com o substantivo *hot stamping* que na frase desempenha a função de adjetivo: “Agora, por exemplo, os painéis frontais receberam novo *design* pelo processo *hot stamping*”.

Outra situação de adaptação morfossintática se dá por processos de derivação e composição. Kehdi (1992, p. 7) diz que: “Quando um vocábulo é formado por um só radical, ao qual anexam-se afixos (prefixos e sufixos), tem-se a derivação”. “A composição ocorre quando dois ou mais radicais se combinam”.

Exemplos como *antidoping* e *antiapartheid* (derivação prefixal), *jazzístico* e *surfista* (derivação sufixal), *watt-hora* e *vestido-housse* (composição), são formas que tiveram produtividade em nosso meio linguístico.

Já Correia e Lemos (2005, p. 25) distinguem a derivação da composição em quatro aspectos:

- na derivação existe apenas uma unidade de significado lexical, a base de derivação à qual se junta um afixo (prefixo ou sufixo), ou dois (prefixo e sufixo, no caso da derivação parassintética), para formar uma nova unidade lexical;
- na composição há pelo menos duas unidades de significado lexical, autônomas ou não autônomas, previamente existentes na língua, que se unem para formar uma nova unidade lexical;
- a derivação é um processo de formação de palavras mais regular dado que o número de afixos derivacionais de uma língua é um conjunto limitado; além disso, a derivação é um processo governado por regras que permitem: determinar a categoria da base; determinar a categoria de derivado; prever o significado do derivado a partir dos dois elementos anteriores;
- os afixos derivacionais caracterizam-se fundamentalmente por serem portadores de informação meramente gramatical (ou relacional, ou instrucional) e por pertencerem a classes de limitadas de unidades.

Por fim, trazemos, novamente, Guilbert (1975, p. 97), que comenta sobre essa possibilidade de produtividade lexical:

Para decidir sobre a instalação no léxico, os critérios morfossintáticos nos parecem mais pertinentes. Uma palavra estrangeira, desde o momento em que ela serve de base

a uma derivação segundo o sistema morfossintático francês está verdadeiramente integrada a nossa língua³⁸.

3.8.4 Adaptação semântica

Trata-se apenas de uma mudança de significado. No momento inicial de seu acolhimento pelo sistema linguístico importador, a unidade estrangeira é introduzida com um único significado. Após sua aceitabilidade pela sociedade, ela tende tornar-se polissêmica, devido ao interesse do usuário em empregá-la na situação em que deseje.

Guilbert (1975) diz que:

[...] o processo de entrada de um termo estrangeiro em uma língua se realizava semanticamente com um significado monossêmico. O fato que um termo, uma vez introduzido, pode recobrir uma disponibilidade semântica que lhe permite assumir o papel de significante de vários significados testemunha sua inserção definitiva no sistema lexical da língua que o acolhe³⁹.

Alves (2002, p. 79) nos mostra-nos o caso das unidades lexicais *jeans* e *lingerie* que, quando foram introduzidas na língua portuguesa, designavam peças de vestuário, mas, com o passar do tempo, passaram a definir o tecido que confecciona tais peças: “Sob o *jeans* surrado ou o austero *tailleur* se esconde o puro luxo da mais sofisticada *lingerie*”. O exemplo foi retirado pela autora do jornal *O Globo*, do dia 11 de fevereiro de 1989.

³⁸Pour décider de l’installation dans le lexique, les critères morpho-syntaxiques nous semblent beaucoup plus pertinents. Un mot étranger, dès le moment où il sert de base à une dérivation selon le système morphosyntaxique français est véritablement intégré à notre langue.

³⁹ Le processus d’entrée d’un terme étranger dans une langue se réalisait sémantiquement avec un signifié monosémique. Le fait que le terme, une fois introduit, puisse recouvrir une disponibilité sémantique qui lui permet d’assumer le rôle de signifiant de plusieurs signifiés témoigne de son insertion définitive dans le système lexical de la langue d’accueil.

4 ANÁLISE E APRESENTAÇÃO DE DADOS

4.1 Apresentação dos dados

O *corpus* desta pesquisa é composto pelas palavras identificadas como galicismos (de origem francesa) pelo latinista Antonio de Castro Lopes em sua obra *Neologismos indispensáveis e barbarismos dispensáveis*, na primeira edição de 1889. É importante, neste momento, retomarmos a justificativa que nos levou à escolha dessa obra. O livro de Castro Lopes complementa o nosso objetivo inicial de verificarmos a influência da língua francesa na construção do léxico do PB. A obra, por ter sido publicada em pleno período de manifestação da *Belle Époque* e, ainda, por trazer abordagens referentes ao uso de galicismos no PB, torna-se elemento ideal como ponto de partida para esta pesquisa. Some-se a isso o fato de a obra ter causado bastante impacto à época, por sua natureza inovadora e audaciosa, chamando a atenção de leitores e escritores, inclusive a de Machado de Assis.

Já é sabido que Castro Lopes apresentou palavras, algumas criadas por ele próprio, para substituir o uso de palavras de origem francesa no PB. Entretanto, para essa análise, nos debruçaremos apenas sobre os galicismos, e não sobre os termos propostos, uma vez que o nosso objetivo também é analisar o registro dessas palavras francesas no léxico do PB.

É importante resgatarmos a lista dos galicismos questionados por Castro e as substituições propostas pelo escritor. Vejamos:

Quadro 2: Lista de substituições propostas por Castro Lopes.

Galicismos da obra (grafias conforme a obra)	Substituições propostas por Castro Lopes (grafias conforme a obra)
Abât-jour	Lucivéo ou lucivélo
Aplomb	Desempeno ou prumo
Atelier	Officina
Avalanche	Runimol ou runimól
Cabotagem/Cabotagen	Costeagem/Costeagen
Cache-nez	Focále
Carnet	Choribel
Chalet	Castellête ou castellejo
Champignons	Cogumelos ou tortulhos
Charivari	Peniludio
Crèche	Estrebaria, estabulo, ou presepio

Elite	Flor, fina flor, nata, gemma
Engrenage	Entrosagem
Enveloppe	Sobrecarta
Etiqueta (Étiquette)	Rotulo, letreiro
Feerico (Féerique, francez) ⁴⁰	Fádico, fádica
Gare	Estação, embarcadouro
Lendemain	Postridio
Marron	Castanha; côr de castanha
Menu	Chardapio (cardapio)
Mise-en-scène	Encenação
Ouverture	Protophonía
Parvenu	Plutenil
Peignoir	Roupão; penteador
Pendant	Symetria; respondencia
Petits-pois	Hervilhas miudas
Pince-nez	Nasoculos
Pose	Attitude, postura, posição artistica, posição academica
Poser	Posturar; pôr em posição artistica
Reclame	Preconnicio
Robe de chambre	Rocló
Tamponnement	Operculisação

Fonte: Adaptado de Castro Lopes (1889).

Depois de separadas as palavras, utilizaremos fichas lexicográficas para organizarmos os vocábulos e trazermos seus significados de acordo com os dicionários selecionados. A escolha dos quatro dicionários justifica-se por serem obras de referência na Língua Portuguesa e por representarem um marco na história da lexicografia brasileira. A escolha do dicionário (bilíngue) de Bluteau se dá por ser considerado o primeiro grande dicionário da Língua Portuguesa. A escolha de Moraes, por sua vez, justifica-se por esse ser o primeiro dicionário monolíngue do português, abarcando o PB. A utilização do dicionário de Laudelino Freire justifica-se por ser considerado um dos primeiros dicionários brasileiros de língua portuguesa. Por fim, quanto ao dicionário Aurélio, sua escolha deve-se a toda sua expressão lexicográfica,

⁴⁰ Lopes 1889, p. 55.

além de enquadrar-se como um dicionário geral da língua portuguesa. Vejamos, novamente, a listagem das obras:

- *Vocabulario Portuguez e Latino* de Raphael Bluteau (século XVIII - 1713);
- *Diccionario da Lingua Portuguesa* de Antonio de Moraes Silva de 1813, em sua segunda edição (século XIX);
- *Grande e Novíssimo Dicionário da Língua Portuguesa* de Laudelino Freire (1944) e;
- *Dicionário Aurélio da Língua Portuguesa*, de Aurélio Buarque de Holanda Ferreira (quinta edição de 2010).

Além das obras acima citadas, utilizamos, ainda, o Dicionário Etimológico de Antônio Geraldo da Cunha (1996) para extrairmos a etimologia dos termos selecionados e inseri-la nas fichas. Utilizaremos um dicionário etimológico como mecanismo para verificar se, de fato, as palavras selecionadas são origem francesa ou não.

Estando as fichas completas, separamos as trinta e duas palavras em grupos, levando-se em consideração o seu registro, ou não, nos dicionários. Com essa metodologia, foi possível alocar esses grupos de palavras em suas respectivas épocas de registros nos dicionários. Após a separação dos grupos, procedemos, com base nos autores utilizados nesta pesquisa, às análises de cada palavra, buscando identificar as adaptações sofridas pelo termo estrangeiro quando de sua entrada no PB. As adaptações aqui procuradas são aquelas apresentadas anteriormente neste capítulo teórico, sendo elas: fonética, gráfica, morfossintática e semântica.

4.2 Análise dos dados

Iniciando nossa primeira parte das análises, apresentaremos, abaixo, as fichas lexicográficas com os termos que foram considerados de origem francesa por Castro Lopes, acrescidos seus respectivos conceitos em cada dicionário, incluindo a etimologia. Vejamos:

ABÂT-JOUR

Conhecem todos certo aparelho de papel, ou de vidro opaco, com que se cobrem os lampeões para diminuir a intensidade da luz: os francezes chaman-n'ô, e bem, Abât-jour. Este neologismo francez, creado pela necessidade de dar nome ao dicto aparelho, repete-o tanto o portuguez como o brasileiro, e com muito gosto só pelo simples facto de ser palavra franceza (LOPES, p. 12, 1889).

Registro em dicionários:

1. Bluteau: não registra

2. Antonio de Moraes Silva: não registra

3. Laudelino Freire: ABAJÚ, ou ABAJUR, S. m. Fr. abat + jour. Peça de forma variável, feita de cartão, metal, vidro fôsko, pano, porcelana, etc., que se põe diante da luz para não ferir a vista, ou dirigir a claridade a determinado ponto. 2. Espécie de janela praticada obliquamente de forma que a luz chegue quasi vertical mente. 3. Aparelho de pranchas aplicado às janelas das prisões para vedar aos prisioneiros tôda comunicação. Obs.: Para substituir êsse galicismo, recomendam-se os seguintes vocábulos: Abaixa-luz, alparluz, bandeira, guarda-luz, guarda-vista, lucivelo, lucivéu, pantalha, quebra-luz, refletidor, sombreira, tapa-luz.

4. Aurélio: Abajur [Do fr. abat-jour.] Substantivo masculino. 01. Peça de forma variável, feita de cartão, pano, vidro fosco, etc., que preserva os olhos da luz de lâmpada, candeeiro, vela, etc., ou a faz incidir sobre determinada área; quebra-luz, abaixa-luz, para-luz, lucivelo ou lucivéu, pantalha, refletidor, sombra, tapa-luz: "Entra em seu quarto, a luz do abajur clareia o rosto da mulher" (Ricardo Ramos, Matar um Homem, p. 146). 02. P. ext. O conjunto formado pelo abajur (1) e pelo respectivo pé. [Sin., nesta acepç., (lus.): candeeiro.]. 03. Aparelho feito de pranchas, aplicado às janelas das prisões para vedar aos prisioneiros toda a comunicação com o exterior. 04. Arquit. Janela cujos lados são inclinados para que a abertura no interior se alargue. 05. Bras. RJ Gír. pol. Policial que fica à espreita de ladrões, assaltantes, etc.

Origem: do francês *abat-jour* (Cunha, 1996)

APLOMB

Aplomb! ... que lindo termo!... Apósto e juro que por melhor que seja o neologismo, não ha de a força ter que aplomb encerra, Aplomb que o doutor diz ser gallicismo (LOPES, p. 20, 1889).

Registro em dicionários:

1. Bluteau: não registra
2. Antonio de Moraes Silva: não registra
3. Laudelino Freire: não registra
4. Aurélio: → Aplomb [Fr.] Segurança, desembaraço, desenvoltura.

Origem: não registrado em Cunha (1996)

ATELIER

Outras vezes a residencia mais ou menos longa em países estrangeiros é o motivo do peregrinismo; finalmente o gosto de dizer em francez ou inglez o que podiam dizer em portuguez, porque conhecem perfeitamente a significação da palavra. Foi o que succedeu com o vocábulo francez Atelier (LOPES, p. 120, 1889).

Registro em dicionários:

1. Bluteau: não registra
2. Antonio de Moraes Silva: não registra
3. Laudelino Freire: não registra
4. Aurélio: Atelier [Fr.] Substantivo masculino. V. ateliê.

Ateliê [Do fr. atelier.] Substantivo masculino. 01. Oficina onde trabalham em comum certos artesãos ou operários: ateliê de costura. 02. Local de trabalho de pintor, escultor, fotógrafo, etc.; estúdio. 03. O conjunto dos artistas que trabalham sob a direção de um mestre: Um quadro proveniente do ateliê de Rubens.

Origem: do francês *atelier* (Cunha, 1996)

VALANCHE

Çhamam os francezes – Avalanche - a móle ou massa enorme de neve que das montanhas se despéga, e corre, precipitando-se para o valle. São estas todas as idéas contidas no termo francez Avalanche (LOPES, p. 23, 1889).

Registro em dicionários:

1. Bluteau: não registra
2. Antonio de Moraes Silva: não registra
3. Laudelino Freire: Avalancha, s. f. Fr. *avalanche*. O mesmo que *avalanche*: "hoje os mais entendidos em lexiologia servem-se, à semelhança dos castelhanos, do termo *alude*... que inegavelmente é preferível à avalancha" (C. de Figueiredo).

Avalanche, s. f. Fr. *avalanche*. Gal. Grande massa de neve e gelo que rola das montanhas, derrubando tudo quanto encontra na sua passagem: "num rolar de *avalanche*" (E. da Cunha). 2. Queda estrondosa e repentina de cousas pesadas. 3. Invasão súbita de gente ou animais. Obs.: *Avalanche* é galicismo condenado pelos puristas; Castro Lopes propôs substituí-lo pelo vocábulo *ruminol*, de sua criação. A maioria dos filólogos prefere, porém, o termo *alude*.

4. Aurélio: Avalanche. Substantivo feminino. Gal. V. *avalancha*.

Avalancha. [Do fr. *avalanche*.] *Substantivo feminino* 01. *Geol.* Massa de neve e gelo que desce, rápida e violentamente, pela encosta das altas montanhas, arrastando consigo fragmentos de rochas, florestas, habitações, e tudo que encontra pela frente. 02. *Geol.* Desmoronamento violento e rápido de uma montanha, consequente a erosão; avalancha seca. 03. *Fís.* Processo ocorrente num gás em que há um campo elétrico, e que consiste na multiplicação do número de íons e elétrons formados num evento ionizante, graças aos choques inelásticos sucessivos dos íons acelerados pelo campo com as moléculas do gás. 04. *Fig.* Invasão súbita de gente ou de animais. 05. *Fig.* Queda estrondosa de coisas pesadas. [Sin.: *alude*, f. preconizada pelos puristas, em vez de avalancha e avalanche, mas de uso restritíssimo. Em geral se diz avalanche.]

Origem: do francês *avalanche* (Cunha, 1996)

CABOTAGEM/CABOTAGEN

O vocabulo cabotagem é genuinamente francez; é um gallicismo, que me parece, não; digo mal; que é desnecessário (LOPES, p.61, 1889).

Registro em dicionários:

1. Bluteau: não registra
2. Antonio de Moraes Silva: não registra
3. Laudelino Freire: Cabotagem, s. f. Lat. *caput + agem*. Navegação costeira ou entre cabos ou portos do mesmo país
4. Aurélio: Cabotagem [Do fr. *cabotage*.] Substantivo feminino. *Marc. Merc.* Navegação de cabotagem (q. v.).

Origem: do francês *cabotage*, de *caboter* (Cunha, 1996)

CACHE-NEZ

O cache-nez?... Mas por que hei de eu usar de uma palavra franceza, si estou falando portuguez?... Responder-me-hão que é por não haver outra, que lhe corresponda na lingua de Camões (LOPES, p.5, 1889).

Registro em dicionários:

1. Bluteau: não registra
2. Antonio de Moraes Silva: não registra
3. Laudelino Freire: Cachenê, s. m. Fr. *cache-nez*. Manta estreita ou grande lenço, com que se agasalha o pescoço e parte do rosto até o nariz.
4. Aurélio: Cachené. *Substantivo Masculino*. V. *cachênê*. [Uso próprio de P.]

Cachênê. [Do fr. *cachê-nez*.] Substantivo masculino. Manta comprida e estreita para agasalhar o rosto até o nariz.

Origem: do francês *cache-nez*, de *acher* (Cunha, 1996)

CARNET

— *Perdão, minha senhora; eu sei que carnet, palavra franceza, significa livrinho de lembranças, em que os homens do commercio, os negociantes, os banqueiros, os corretores marcam os dias de vencimentos de letras, e outras transacções* (LOPES, p.39, 1889).

Registro em dicionários:

1. Bluteau: não registra
2. Antonio de Moraes Silva: não registra
3. Laudelino Freire: não registra
4. Aurélio: Carné. *Substantivo masculino* V. *carnê* [Uso próprio do P.]

Carnê [Do fr. *carnet*.] *Substantivo masculino* 01. Caderninho de apontamentos, no qual se costuma anotar endereços, obrigações sociais, etc. 02. Pequeno bloco em cujas folhas se imprimem os dados relativos às prestações de compra feita a prazo, em geral desprendendo-se a respectiva folha a cada prestação paga.

Origem: do francês *carnet* (Cunha, 1996)

CHALET

Dá-se aqui, e julgo que tambem em Portugal, á casa deste gosto architectonico o nome francez de Chalet (LOPES, p.128, 1889).

Registro em dicionários:

1. Bluteau: não registra
2. Antonio de Moraes Silva: CHALÉ, s. m. t. da As. Palmar, onde habitáo como em aldeya officiães mecânicos.
3. Laudelino Freire: Chalé, s. m. Fr. chalet. Casa de escada exterior no estilo suíço, ordinariamente revestida de madeira, cujo teto, de pouca inclinação, é coberto de feltro, asfalto ou ardósia e forma grande saliência sôbre as paredes. 2. Habitação que imita essa casa: "Petrópolis possui muitos chalés". 3. Construção ligeira para ser habitada, especialmente na estação calmosa. 4. Casa rústica. 5. Gír. Casa de jôgo de bicho.
4. Aurélio: Chalé. [Do fr. *chalet*.] *Substantivo masculino*. 01. Casa campestre, em estilo suíço, com teto de duas águas, muito avançado sobre a fachada, e na qual é a madeira o elemento principal. 02. Habitação com essa forma. 03. Casa rústica. 04. Casa de construção ligeira para fins de recreação.

Origem: do francês *chalet* (Cunha, 1996)

CHAMPIGNONS

O fim, com que intitulei este pequeno artigo - Champignons, é diferente: desejo que me expliquem os entendidos o motivo por que se ha de usar tanto em portuguez desta palavra franceza. Não haverá por ventura termo que em nossa lingua traduza champignons? (LOPES, p. 95, 1889).

Registro em dicionários:

1. Bluteau: não registra
2. Antonio de Moraes Silva: não registra
3. Laudelino Freire: não registra
4. Aurélio: Champignon [Fr.] Substantivo masculino. V. *champignon de Paris*.

Champignon de Paris [Fr.] *Substantivo masculino Micol.* Cogumelo agaricáceo (*Agaricus campestris*) branco e de forma arredondada, comestível, muito cultivado atualmente no Brasil. [Tb. se diz apenas *champignon*.]

Origem: não registrado em Cunha (1996)

CHARIVARI

Designavam outr'ora os francezes pelo nome de Charivari um divertimento, que consistia em reunir-se maior ou menor numero de pessoas juncto á casa de uma velha viuva, quando esta contrahia novas nupcias. (LOPES, p. 75, 1889).

Registro em dicionários:

1. Bluteau: não registra
2. Antonio de Moraes Silva: não registra
3. Laudelino Freire: Charivarí, s. m. Fr. *charivari*. Desordem, balbúrdia, gritaria, confusão.
2. Assuada. 3. Música desafinada.
4. Aurélio: Charivari [Do fr. *charivari*.] *Substantivo masculino* Berreiro, tumulto, assuada.

Origem: do francês *charivari* (Cunha, 1996)

CRÊCHE

Não sei porque ha de agora em Portugal e no Brazil dar-se o nome de crêche a uma casa pia, a um recolhimento de caridade. Será porque, dicta a palavra em francez, fica esquecida e disfarçada a significação? (LOPES, p. 109, 1889).

Registro em dicionários:

1. Bluteau: não registra
2. Antonio de Moraes Silva: não registra
3. Laudelino Freire: Creche, s. f. Fr. *crèche*. Gal. Estabelecimento de caridade onde se dá asilo e alimento durante o dia a crianças até dois anos de idade. Obs.: "Pode substituir-se por *presepe*, a exemplo de A. Herculano e de Castilho, "Felicidade pela Instrução", p. 32., ou por *presépio* a exemplo do mesmo Castilho, "Colóquios", p. 138" (C. de Figueiredo).
4. Aurélio: Creche [Do fr. *crèche*.] *Substantivo feminino* 01. Instituição de assistência social que abriga, durante o dia, criancinhas cujas mães são necessitadas ou trabalham fora do lar. 02. Estabelecimento que se destina a dar assistência diurna a crianças de tenra idade.

Origem: do francês *creche* (Cunha, 1996)

ELITE

— *Para servir-o em tudo quanto eu possa, sempre prompto estarei, sempre; acredite:*
 — *Estou embarçado; dê-me um termo, que em portuguez traduza o termo - elite.*
 — *E isso? dou-lhe quatro primorosos; a flôr, a fina flôr, a nata, a gemma;*
 — *Bravo! Bravo! doutor; as mãos lhe beijo, resolvi afinal o meo problema* (LOPES, p. 107, 1889).

Registro em dicionários:

1. Bluteau: não registra
2. Antonio de Moraes Silva: não registra
3. Laudelino Freire: Elite, s. f. Fr. *elite*. Gal. Aquilo que há de melhor numa sociedade ou grupo; o escol, a flor, a nata.
4. Aurélio: Elite [Do fr. *élite*.] *Substantivo feminino* 01. O que há de melhor em uma sociedade ou num grupo; nata, flor, fina flor, escol. [Cf. *flor* (5).] 02. *Sociol.* Camada social, relativamente pequena, que desfruta de mais privilégios.

Origem: do francês *élite* (Cunha, 1996)

ENGRENAGE

Vae ser agora esmagada e descascada a engrenage, á qual, sabendo todos o que significa, não sabem comtudo dar o equivalente portuguez. Os homens de sciencia, principalmente os cultores da physica e da mechanica, a cada passo encontram nos livros francezes, por onde estudam, a tal engrenage (...) (LOPES, p. 51-52, 1889).

Registro em dicionários:

1. Bluteau: não registra
2. Antonio de Moraes Silva: não registra
3. Laudelino Freire: Engrenagem, s. f. Fr. *engrenage*. Ato de engrenar. 2. Disposição de rodas que engenam. 3. Concurso de circunstâncias que se complicam mütuamente.
4. Aurélio: Engrenagem [Do fr. *engrenage*.] *Substantivo feminino* 01. Jogo de rodas denteadas para transmissão de movimentos e força, nos maquinismos. 02. Roda denteada que gira sobre carril denteado ou em cremalheira. 03. Endentação. 04. *Fig.* Organização; organismo: *Não conheço a engrenagem deste hospital; A engrenagem burocrática o absorve de todo.*

Origem: do francês *engrenage* (Cunha, 1996)

ENVELOPPE

Applicando estas considerações ao indesculpavel abuso de enxertar em nossa linguagem vocabulos exóticos, quando os temos vernaculos e correspondentes áquelles, bem quizera eu que me demonstrassem a necessidade de empregar-se, por exemplo, a palavra franceza – enveloppe - para significar a capa que envolve uma carta (LOPES, p. 87, 1889).

Registro em dicionários:

1. Bluteau: não registra
2. Antonio de Moraes Silva: não registra
3. Laudelino Freire: Envelope, ou Enveloppe, s. m. Fr. *enveloppe*. O sobrescrito das cartas. 2. Placa fina de ferro que forma o invólucro externo das caldeiras das locomotivas, e que recobre uma camada de asbesto ou outra substância atérmica.
4. Aurélio: Envelope [Do fr. *enveloppe*.] *Substantivo masculino* 01. Invólucro para remessa ou guarda de correspondência, documento ou impresso de qualquer natureza; sobrecarta, sobrescrito. 02. *Bras.* Placa fina, de ferro, que forma o invólucro externo das caldeiras das locomotivas e recobre uma camada de asbesto ou de outra substância atérmica.

Origem: do francês *enveloppe* (Cunha, 1996)

ETIQUETA (ÉTIQUETTE)

Não é isto a confirmação do que tenho já dicto; isto é, que grande numero de barbarismos têm por causa a preguiça, e a negligencia? Acharão também que étiquette, palavra franceza, seja tão expressiva, que não haja em portuguez outra, que lhe corresponda, e dê idéa perfeita do que o tal vocabulo representa? (LOPES, p. 118, 1889).

Registro em dicionários:

1. Bluteau: Etiquéta. He palavra da Pratica Forense de França. Até agora não a tenho achado em Authores Portuguezes, mas ouvi alguns Portuguezes homens doutos usar della. Em França tem esta palavra muitos significados; o mais commum delles, he que Etiqueta he o rotulo que se poem nas costas dos sacos em que andaõ os feitos em Latim, nas costas do sacco se via hum rotulo, que dezia Est bic quæstio inter N.& N & as tres primeiras palavras por corrupção foraõ trocadas em Etiquette. Tan ben Etiqueta hehum escrito que leva alguma ordem para a distribuição dos quartéis, & alojamentos dos soldados, ou para differentes fũçoens em ceremonias publicas.
2. Antonio de Moraes Silva: ETIQUÊTA, s. f, Cerimonial da Corte na graduação, honras, serviços das pessoas, que a compõem, no ceremoniar os actos públicos, como recebimentos de Principes estrangeiros, Embaixadores, &c.
3. Laudelino Freire: Etiqueta, s. f. Fr. *étiquette*. Cerimonial usado na cõrte de um rei, no palácio de um príncipe, etc. 2. Forma cerimoniosa do trato entre particulares. 3. Fórmulas convencionais nas cartas, requerimentos, etc., estabelecidas pelo uso e pelas considerações sociais, e variáveis segundo as pessoas a quem são dirigidas. 4. Letreiro, rótulo, legenda ou marca em vasos, frascos, fazendas, maços de documentos, etc., para indicar a qualidade, nome, preço, classificação, et. 5. Frieza re relações pessoais.
4. Aurélio: Etiqueta (ê) [Do fr. *étiquette* (ant. *estiquette*) < fr. ant. *estechier, estiquier, estiquer*, 'atar', 'trespassar', 'enterrar'] *Substantivo feminino* 01. Conjunto de cerimonial, ordem de precedência e usos que devem ser observados na corte ou em solenidades e festas oficiais, públicas ou não, de que participam chefes de Estado ou altas autoridades. 02. *P. ext.* Formas cerimoniosas de trato entre particulares; cerimonial: *Faz questão fechada de que se observe a etiqueta*. 03. Regra, normas, estilo. 04. *Gal.* Letreiro ou rótulo que se põe sobre alguma coisa para designar o que é, o que contém, o seu preço, etc. 05. *Gal.* Pedacinho de fazenda, cosido no interior de uma roupa, de um chapéu, etc., e que contém o nome do fabricante. [Pl.: *etiquetas* (ê). Cf. *etiqueta* e *etiquetas*, do v. *etiquetar*.]

Origem: do francês *étiquette* (Cunha, 1996)

FEERICO (FÉERIQUE)

— *Meo caro poeta, disse-lhe eu, essa palavra feericos...*
 — *É verdade, doutor; já sei que me vae dizer que é gallicismo.*
 — *E imperdoavel; desculpe a franqueza.* (LOPES, p. 57, 1889).

Registro em dicionários:

1. Bluteau: não registra
2. Antonio de Moraes Silva: não registra
3. Laudelino Freire: Feérico, adj. *Gal.* Que pertence ao mundo das fadas; mágico. 2. Deslumbrante, maravilhoso
4. Aurélio: Feérico [Do fr. *féerique.*] *Adjetivo Gal.* Que pertence ao mundo das fadas, ou é próprio de fadas; mágico, maravilhoso, deslumbrante: *iluminação feérica.*

Origem: do francês *féerique* (Cunha, 1996)

GARE

— *Gare, vocabulo francez, além de outras significações, tem tambem a de estação, embarcadouro.* (LOPES, p. 98, 1889).

Registro em dicionários:

1. Bluteau: não registra
2. Antonio de Moraes Silva: não registra
3. Laudelino Freire: Gare, s. f. Fr. *gare.* Parte das estações de caminhos de ferro, onde embarcam ou desembarcam passageiros e mercadorias, embarcadouro, cais.
4. Aurélio: Gare [Do fr. *gare.*] Substantivo feminino. *Gal.* Estação de estrada-de-ferro.

Origem: do francês *gare* (Cunha, 1996)

LENDEMAIN

Vae acabar já a surpresa. Tendo de traduzir Lendemain, que quer dizer o amanhã (le demain com um — n — intercalado por euphonia) não poderia eu me exprimir, sinão poeticamente usando do vocabulo o amanhã. (LOPES, p. 71, 1889).

Registro em dicionários:

1. Bluteau: não registra

2. Antonio de Moraes Silva: não registra

3. Laudelino Freire: não registra

4. Aurélio: não registra

Origem: não registrado em Cunha (1996)

MARRON

Que necessidade ha de dizer marron? Diz-se por ventura cabelo marron? (LOPES, p. 93, 1889).

Registro em dicionários:

1. Bluteau: não registra

2. Antonio de Moraes Silva: não registra

3. Laudelino Freire: + Marron, adj. Do *fr.* Castanho. Gram.: É palavra invariável.

4. Aurélio: Marrom [Do *fr. marron.*] Adjetivo de dois gêneros 01. Castanho (1): "Vestia um costume marrom, avivado no peito por um pequeno lenço branco" (Xavier Placer, *Doze Histórias Curtas*, p. 17). ~ V. imprensa -. *Substantivo masculino* 02. Castanho (3).

Origem: do francês *marron* (Cunha, 1996)

MENU

Nobres e plebêos, ricos e pobres, sabem que nos sumptuosos banquetes, ou nas casas de pasto de alta ou de mediocre categoria, chama-se afrancezadamente Menu a lista das viandas, das iguarias, enfim, o rol dos manjares. (LOPES, p. 27, 1889).

Registro em dicionários:

1. Bluteau: não registra
2. Antonio de Moraes Silva: não registra
3. Laudelino Freire: + Menu, s. m. Do *fr.* O mesmo que *cardápio*.
4. Aurélio: → Menu [Fr./Ingl.] *Substantivo Masculino* V. *cardápio*. Menu [Do fr.] *Substantivo masculino* 01. V. *cardápio*.

02. *Inform.* Lista exibida na tela do computador e cujos itens representam comandos de um programa (9), dentre os quais o usuário pode escolher uma opção. [Cf., nesta acepç., *interface de menus e barra de menu(s).*]

Origem: não registrado em Cunha (1996)

MISE-EN-SCÈNE

Ha mais de 30 annos que tenho noticia de um feliz neologismo para traduzir a locução franceza, formada de tres palavras - Mise-en-scène. (LOPES, p. 57, 1889).

Registro em dicionários:

1. Bluteau: não registra
2. Antonio de Moraes Silva: não registra
3. Laudelino Freire: + Mise-en-scène, s. f. Do *fr.* O mesmo que *encenação*.
4. Aurélio: → Mise-en-scène [Do fr. *mise en scène*.] *Substantivo feminino* *Teatr.* V. *encenação* (1): "a companhia de D. Maria, que muitos espanejadores da glória alcunharam de teatro nacional, lá curou de bem servir o público, apurando a mise-en-scène das peças" (Fialho d'Almeida, *Vida Irônica*, p. 132).

Origem: não registrado em Cunha (1996)

OUVERTURE

Temos exemplo no vocábulo Overture, gallicismo intragavel. Não existe feito já na lingua portugueza termo proprio para denominar a peça de musica, com que se abre um concerto. (LOPES, p. 48, 1889).

Registro em dicionários:

1. Bluteau: não registra
2. Antonio de Moraes Silva: não registra
3. Laudelino Freire: + Overture, s. f. Do *fr. Mús.* Sinfonia que serve para começo de uma ópera ou de música de baile.
4. Aurélio: → Overture [Fr.] *Substantivo feminino Mús. V. abertura* (11): "executando a overture antes de subir o pano, e outras peças no intervalo." (Brito Broca, *Memórias*, p. 83).

Origem: não registrado em Cunha (1996)

PARVENU

Tão desnecessario é o emprego de vocábulo estrangeiro, havendo na lingua vernacula palavra que perfeitamente o traduza, como indispensavel a criação de termo equivalente ao do idioma estranho, quando não o tenhamos no nosso vocabulario. O termo francez – parvenu - está n'este ultimo caso. (LOPES, p. 43, 1889).

Registro em dicionários:

1. Bluteau: não registra
2. Antonio de Moraes Silva: não registra
3. Laudelino Freire: não registra
4. Aurélio: → Parvenu [Fr.] *Substantivo masculino* Indivíduo que atingiu situação superior à sua condição originária sem haver melhorado de maneiras. [Cf. *novo-rico*.]

Origem: não registrado em Cunha (1996)

PEIGNOIR

Por que dareis então o nome de penteador, e ainda mais por que empregareis o termo francez peignoir, quando esse traje não serve para o fim, que o nome indica? Despi, portanto, eu vos supplico, o peignoir francez, e vesti o vosso roupão (LOPES, p. 141, 1889).

Registro em dicionários:

1. Bluteau: não registra
2. Antonio de Moraes Silva: não registra
3. Laudelino Freire: não registra
4. Aurélio: → Peignoir [Fr.] *Substantivo masculino V. penhoar.*

Penhoar [Do fr. *peignoir.*] *Substantivo masculino Vest.* Peça caseira de vestuário feminino, de talhe confortável, em geral aberta na frente, usada sobre a roupa de dormir ou a roupa de baixo, ou para se ficar à vontade; robe, quimono: "foi abrir a porta assim mesmo como estava, de penhoar e rolinhos no cabelo." (Maria Julieta Drummond de Andrade, *O Valor da Vida*, p. 178).

Origem: não registrado em Cunha (1996)

PENDANT

O dicionario de Aulete não só traz os barbarismos - lanche, e lanchar, mas até a própria palavra inglesa – lunch! Eu portanto imitando-o, baniria de uma vez para sempre, por exemplo, a palavra - Symetria (por ser de origem grega) e na lettra – P - encaixaria desassombradamente o lindo – pendant - francez. Oh! o pendant! que graça, que mimo! (...) Não ha necessidade alguma do tal pendant; symetria é a palavra portugueza, que lhe corres ponde, ou respondencia, como diziam os clássicos. (LOPES, p. 125, 1889).

Registro em dicionários:

1. Bluteau: não registra
2. Antonio de Moraes Silva: não registra
3. Laudelino Freire: não registra
4. Aurélio: → Pendant [Fr.] *Substantivo masculino* Objeto de arte destinado a figurar simetricamente com outro.

Origem: não registrado em Cunha (1996)

PETITS-POIS

Petits-pois!! Por que hão de brasileiros e portugueses chamar assim as ervilhas miudas? Será porque pronunciadas em francez tenham melhor sabor?... (LOPES, p. 90, 1889).

Registro em dicionários:

1. Bluteau: não registra
2. Antonio de Moraes Silva: não registra
3. Laudelino Freire: não registra
4. Aurélio: → Petit-pois [Fr.] *Substantivo masculino* Ervilha sem casca.

Origem: não registrado em Cunha (1996)

PINCE-NEZ

Velhos e velhas, moços e moças, e até crianças, usam de uns oculos, que se fixam sómente no nariz; e não obstante dizer-se que em Portugal e no Brazil se fala a lingua portugueza, no Brazil e em Portugal toda a gente chama essa especie de óculos - Pince-nez; isto é, emprega um termo francez, que nem em francez, nem em portuguez dá idea alguma do fim, a que é destinado tal objecto. Com efeito - Pince-nez, - é vocabulo composto de duas palavras francezas, que unica e exclusivamente significam - aperta-nariz, belisca-nariz. (LOPES, p. 03, 1889).

Registro em dicionários:

1. Bluteau: não registra
2. Antonio de Moraes Silva: não registra
3. Laudelino Freire: não registra
4. Aurélio: → Pince-nez [Fr.] *Substantivo masculino* V. *pincenê*.

Pincenê [Do fr. *pince-nez*] *Substantivo masculino* Óculos sem haste que uma mola prende no nariz: “Um velho de pincenê, folheando papéis, parecia não ouvir a narração de uma portuguesa chorosa” (Ribeiro Couto, *Prima Belinha*, p. 158). [F. paral.: *pencenê*.]

Origem: Pincenê. Do francês *pince-nez* (Cunha, 1996)

POSE

Ora, tendo os francezes formado do substantivo pose (postura) o verbo poser, façamos nós também a mesma cousa: do substantivo postura creemos um verbo. (LOPES, p. 69, 1889).

Registro em dicionários:

1. Bluteau: não registra
2. Antonio de Moraes Silva: POSE: poz, de Pòr, antiq. *Ord. Af*, 5. p. 146, “pose por Ley:” e noutros lugares.
3. Laudelino Freire: POSE, s. f. *Gal.* 1. Atitude. 2. Postura estudada. 3. Ato de servir de modelo a um pintor ou escultor. 4. Duração de exposição luminosa necessária à impressão do assunto na chapa fotográfica.

POSES, s. f. pl. *Gal.* Passes, maneiras, afetações.
4. Aurélio: Pose [Do fr. *pose.*] *Substantivo feminino Gal.* 01. Postura do corpo; maneira, posição. 02. Postura estudada, artificial. [Sin., bras., N.E.: *cancha.*] 03. Ato de servir de modelo a um artista. 04. Fot. Tempo de exposição que ultrapassa 1/20 de segundo. 05. *Fot.* Designação corrente da unidade de medida de filme fotográfico vendido em cartucho; exposição. [Têm, ger., 36, 24 ou 12 poses, ou seja, podem comportar 36, 24 ou 12 fotografias.] [Cf. *pose*, do v. *posar*, e *pouse*, do v. *pousar.*]

Origem: Do francês *pose* (Cunha, 1996).

POSER

Poser é verbo francez; vem do substantivo pose, que quer dizer attitude, postura, legitimo significado de pose. (LOPES, p. 69, 1889).

Registro em dicionários:

1. Bluteau: não registra
2. Antonio de Moraes Silva: não registra
3. Laudelino Freire: não registra
4. Aurélio: não registra

Origem: não registrado em Cunha (1996).

RECLAME

A todos os homens de letras, que falam a lingua portugueza, foi sempre manifesta a dificuldade de dar n'aquella lingua o termo equivalente á palavra franceza - Reclame. (LOPES, p. 02, 1889).

Registro em dicionários:

1. Bluteau: não registra
2. Antonio de Moraes Silva: não registra
3. Laudelino Freire: RECLAME, s. m. O mesmo que *reclamo*.

RECLAMO, s. m. De *reclamar*. Reclamação, chamamento, clamor. 2. Grito ou sinal com que o falcoeiro chama a ave. 3. Instrumento com que o caçador imita o canto das aves para as atrair ao laço; chamariz. 4. Ave adestrada para atrair as outras ao laço. 5. Pequeno artigo inserto no corpo do jornal contendo o elogio de uma obra artística ou literária ou das mercadorias que se anunciam. 6. Publicidade para tornar conhecida uma pessoa, uma obra, um produto, etc. 7. *Impr.* Palavra ou sílabas de uma palavra impressas na parte inferior da página, para mostrar que são as primeiras da página seguinte. 8. *Teatr.* Final da frase de um interlocutor que se escreve no papel do outro, para êste conhecer quando tem de falar; deixa. 9. *Náut.* Calço de madeira rija, com uma goivadura e que entra em um gorne, aberto no tópo do mastro.

4. Aurélio: Reclame [Do fr. *reclame*.] *Substantivo masculino Gal.* V. *reclamo* (2)

Reclamo [Dev. de *reclamar*.] *Substantivo masculino* 01. V. *reclamação* (1): "as fórmulas infinitas e as definições vagas podem resolver 'por comodidade' os reclamos imediatos da sabedoria humana, mas não saciarão o desejo do homem de saber de onde vem e pra onde vai." (Renato Almeida, *Fausto*, p. 79). 02. Todo apelo à publicidade por anúncio, prospectos, etc.; propaganda, chamariz. [F. de maior uso no Brasil: *reclame* (gal.).] 03. Instrumento que o caçador usa para imitar o canto das aves que deseja atrair; pio. 04. Ato de chamar a atenção.

05. Observação ou recomendação de caráter informativo ou publicitário inserta no corpo de um jornal ou revista. 06. Palavra ou parte de palavra escrita ou impressa ao pé de cada página dos manuscritos e livros antigos, e que é uma repetição da que inicia a página seguinte, para facilitar a alçagem. 07. *Constr. Nav.* Espécie de orelha, de madeira ou de ferro, com roldana ou sem ela, presa em mastro, mastaréu ou outra parte da embarcação, e destinada a receber e sujeitar qualquer cabo quando se pretenda mudar-lhe a direção ou dar-lhe retorno.

Origem: Do francês *réclame* (Cunha, 1996).

ROBE DE CHAMBRE

Contaram-me que um chefe de família (dos taes amigos das palavras francezas), dirigindo-se ao filho, de cerca de 12 annos de idade, e que estava aprendendo francez, lhe dissera:

— *Menino, traze-me o chambre.*

A criança sabia que chambre em francez é quarto; e por isso perguntou:

— *Papae disse – quarto?*

— *Tu estás te divertindo commigo?... então não sabes o que é chambre?*

— *Mas papae...*

— *Chambre é isto; e segurando pela orelha ao pobre rapaz, mostrou-lhe o que elle e outros chamam indevidamente em portuguez - Robe de chambre. (LOPES, p. 102, 1889).*

Registro em dicionários:

1. Bluteau: não registra
2. Antonio de Moraes Silva: CHAMBRE, s. m. Vestido caseiro, fraldado até a baixo dos joelhos. (do Francez *robe de chambre*; roupa de camera, de estar no seu quarto) *xambre traçado. Tolent. Sonet. 53.*

3. Laudelino Freire: Robe, s. m. Des. O mesmo que *arrôbe*.

Chambre, s. m. Fr. *chambre*. Roupão caseiro, usado por homem ou mulher, ao levantar da cama. 2. Casaco para mulher, branco e leve. De uso doméstico.

4. Aurélio: Robe [Do fr. *robe (de chambre)*.] *Substantivo masculino Bras.*

Chambre [Do fr. (*robe de*) *chambre*.] *Substantivo masculino V. roupão*: “despe-se, enfia um chambre e vai estirar-se no canapé do gabinete” (Machado de Assis, Páginas Recolhidas, p. 113).

Origem:

Robe: Do francês *robe* (Cunha, 1996).

Chambre: Do francês *chambre* “quarto”, abreviação de *robe de chambre*, porque o chambre é usado no quarto (Cunha, 1996).

TAMPONNEMENT
<p><i>Para exprimir porém a acção de introduzir esse tampão, não teem os medicos empregado a palavra propria, levados talvez por mal entendido pudor; e como não querem dizer arrolhamento, preferem dizer o termo francez tamponnement. (LOPES, p. 80, 1889).</i></p> <p>Registro em dicionários:</p> <ol style="list-style-type: none"> 1. Bluteau: não registra 2. Antonio de Moraes Silva: não registra. 3. Laudelino Freire: não registra 4. Aurélio: não registra
<p>Origem: não registrado em Cunha (1996)</p>

Após a apresentação das fichas, é possível apresentarmos análises sobre as palavras e trazermos alguns pontos importantes observados. Levando-se em consideração o registro desses termos nos dicionários consultados, foi possível separarmos as palavras em quatro grupos distintos, sendo eles:

Grupo 1: Palavras já registradas nos dicionários *Vocabulario Portuguez e Latino* de Raphael Bluteau (século XVIII - 1713) e/ou no *Diccionario da Lingua Portuguesa* de Antonio de Moraes Silva de 1813.

Grupo 2: Palavras que estão registradas apenas no *Dicionário Aurélio da Língua Portuguesa* edição 2010.

Grupo 3: Palavras que não foram encontradas em nenhum dos dicionários, incluindo o etimológico.

Grupo 4: Palavras que passaram a ser registradas a partir do *Grande e Novíssimo Dicionário da Língua Portuguesa*, de Laudelino Freire (1944), e permanecem registradas em Aurélio.

Num primeiro momento, realizaremos uma análise mais ampla, de forma geral, abarcando todos os 32 termos e buscando aplicar a eles as teorias apresentadas. Em seguida, teceremos comentários e análises específicas sobre os quatro grupos identificados, aplicando, separadamente, para cada um deles, as teorias utilizadas neste estudo.

Em uma abordagem mais ampla, baseando-nos nos conceitos teóricos apresentados no capítulo 3, podemos considerar que todas as 32 palavras são neologismos formados por um processo alóctone (ALVES, 2002), ou seja, por vocábulos que provêm de outras línguas que, nesse caso, é a Língua Francesa. Como pode ser atestado através das fichas, as palavras *lendemain*, *poser* e *tamponnement* não estão presentes em nenhum dos dicionários escolhidos para esta pesquisa e, diante disso, neste trabalho, não pudemos proceder a uma análise etimológica tomando como referência os dicionários escolhidos. Mas, a título de curiosidade, ao fazermos uma consulta ao dicionário etimológico *online* Littré, verificamos que todas são, de fato, francesas.

Retomando os conceitos de Santos (2013), podemos ainda incluir as 32 palavras no grupo das palavras lexicais, uma vez que não identificamos, nesse rol, nenhuma palavra pertencente aos grupos das gramaticais.

Todas as demais palavras têm suas origens atestadas por pelo menos um dos quatro dicionários desta pesquisa. Vale lembrar, nesse momento, que *neologia* refere-se ao processo de entrada e *neologismo* refere-se ao termo incorporado: conceitos propostos por Biderman (2001) e que foram escolhidos para a elaboração deste trabalho.

Ainda nessa lógica macro, quanto aos tipos de neologia também apresentados no capítulo 3, podemos considerar todas as palavras do *corpus* como neologias por empréstimo, resgatando a classificação de Guilbert (1975) e os conceitos de Alves (2002). Alves (2002) explica que, quando uma unidade lexical de um sistema linguístico passa a fazer a parte do léxico de outra língua, de maneira provisória ou definitiva, fenômeno de ampliação lexical, temos a chamada neologia por empréstimo.

Outra teoria a ser aplicada nessa análise ampla diz respeito à classificação dos empréstimos proposta por Bloomfield (1933). Os empréstimos podem ser classificados em três categorias: íntimos, culturais (externos) e dialetais. Deste modo, classificamos como empréstimo cultural todas as 32 palavras coletadas da obra de Castro Lopes, uma vez que elas são o resultado de contatos políticos, culturais ou comerciais com povos de outros países. Quanto a esse ponto, afirmamos, ainda, após verificação, que será detalhada adiante, que todas as 32 palavras são de origem francesa. Assim, podemos dizer que nosso *corpus* é composto por neologismos formados por processo alóctone, resultantes de neologia por empréstimo cultural.

Dando continuidade às análises, teceremos comentários individuais sobre cada grupo de palavras, aplicando as teorias apresentadas no capítulo 3 dessa dissertação.

Partindo, agora, para análises num sentido *stricto sensu*, debruçaremos-nos, primeiramente, sobre aquelas palavras que estão presentes nos dicionários mais antigos, ou seja,

que já estão presentes na Língua Portuguesa desde muito antes do movimento cultural da *Belle Époque*. Antes de iniciarmos, relembremos os conceitos de empréstimos e estrangeirismos adotados nesta pesquisa. Utilizaremos a terminologia de Carvalho (1989) sobre empréstimos, e a concepção de Alves (2002) sobre os estrangeirismos. Assim, designaremos estrangeirismo as unidades lexicais alóctones sem adaptação; designaremos empréstimos as unidades lexicais alóctones que apresentam qualquer tipo de adaptação, sendo ela fonética, gráfica, morfossintática e/ou semântica.

Nesse primeiro grupo, o **Grupo 1**, encontram-se *etiqueta*, *chalé* e *robe de chambre*. A palavra *etiqueta* apresenta o registro mais antigo, sendo a única, dentre todas as trinta e duas, a ser registrada em Bluteau (1713). As palavras *chalé* e *robe de chambre* aparecem, por sua vez, no dicionário de Moraes Silva (1813). Deste modo, os três registros nos levam a crer que tais palavras já vinham sendo empregadas mesmo antes da elaboração dos dicionários que as registram. Vale mencionar, ainda, que desde seus registros iniciais (em Bluteau e em Moraes), os três vocábulos permanecem registrados em dicionários da Língua Português mais atuais, continuando presentes até as datas recentes, como pôde ser detectado em Laudelino e em Aurélio.

A expressão *robe de chambre* não foi encontrada tal qual mencionada em Lopes (1889), mas de forma separada. Em Moraes Silva, encontramos a definição de *chambre* e nela consta a expressão *robe de chambre*. Em Laudelino, encontramos a palavra *chambre* e seu significado faz referência a ‘roupão’, o mesmo sentido dado a *robe de chambre*. Percebemos, inclusive, com as definições de Laudelino e de Aurélio, que *chambre* é uma redução de *robe de chambre*. Sendo, portanto, expressão francesa que não sofreu nenhuma adaptação, podemos considerá-la como estrangeirismo.

Quanto à palavra *chalé*, percebemos não apenas uma expansão em seu conceito, desde Moraes Silva, mas também uma adaptação à Língua Portuguesa. A perda do *t* francês e o acréscimo do *é* tônico (fr. *chalet* > pt. *chalé*) denota uma adaptação tanto fonética quanto ortográfica. O *t* francês nessa palavra é apenas ortográfico, uma vez que não é pronunciado. Como houve o processo de adaptação, classificamos *chalé* como empréstimo.

Fato semelhante acontece à nossa palavra mais antiga, *etiqueta*. O vocábulo apresenta certa variação em seu conceito e em sua grafia. Como forma de adaptação ao português, a palavra em sua origem (fr. *étiquette*) passa para *etiquéta* (conforme Bluteau século XVIII), para *etiquêta* (conforme Moraes Silva século XIX) e, por fim, para *etiqueta* (conforme Laudelino e Aurélio, século XX) revelando, portanto, mudanças ortográficas que indicam adaptação à

fonética do português. Trata-se de marcas que permitem a classificação do termo com empréstimo linguístico.

Conforme atestado em Cunha (1996), os três vocábulos são de origem francesa e o fato de encontrá-los em antigos dicionários de Língua Portuguesa nos mostra que já havia, naquela época, uma certa doação, mesmo que tímida, de palavras francesas ao português. Esse contato de longa data é confirmado por Teyssier (2014) ao afirmar que, por volta do século XIII, o francês já cedia palavras para o galaico-português. Ressaltamos que a entrada desses três galicismos não é resultante, obviamente, de contatos/influências proporcionadas pela *Belle Époque*, dado que esse movimento aconteceria apenas na transição do século XIX para o XX.

Um segundo grupo de palavras identificado, o **Grupo 2**, refere-se aos vocábulos que estão registrados apenas no Aurélio (2010), ou seja, no dicionário mais recente utilizado em nossa pesquisa. Esse grupo é formado pelas palavras: *aplomb*, *atelier*, *carnet*, *champignons*, *parvenu*, *peignoir*, *pendant*, *petits-pois* e *pince-nez*.

Desse conjunto, apenas as palavras *atelier*, *carnet* e *pince-nez* possuem suas etimologias registradas em Cunha (1996), onde se atesta a origem francesa. As demais palavras do grupo, apesar de não constarem do *Dicionário Etimológico*, têm suas origens identificadas por Aurélio que também as considera francesas.

É importante levantarmos uma hipótese que nos revele o possível motivo que levou à dicionarização dessas palavras apenas no Aurélio, ou seja, em um dicionário do século XXI. O primeiro ponto a se considerar é o fato de essas palavras já estarem sendo utilizadas no final do século XIX, pois foram questionadas na obra de Castro Lopes de 1889. O segundo ponto nos mostra que a dicionarização desses termos não ocorreu em Laudelino (1994), mas apenas em Aurélio (2010).

Esse fenômeno nos leva a crer que tais palavras podem ser recentes na Língua Portuguesa e passaram a estar dicionarizadas a partir do momento em que o uso foi mais disseminado. Considerando que a primeira edição do Aurélio foi publicada no ano de 1975, nos resta pensar que *aplomb*, *atelier*, *carnet*, *champignons*, *parvenu*, *peignoir*, *pendant*, *petits-pois* e *pince-nez* possam ter iniciado o processo de entrada no PB por volta dessa época, já que não estão registradas no dicionário de Laudelino de 1944.

Apesar de não ser objetivo desta pesquisa estabelecer comparações entre as edições do *Dicionário Aurélio*, julgamos interessante complementar nossa investigação com esse dado. Foi possível, felizmente, termos acesso às duas primeiras edições do *Dicionário Aurélio*, de 1975 e 1986, respectivamente, em seus exemplares físicos. Após consultá-los, verificamos que todas as palavras do Grupo 2, com exceção de *champignons*, estavam registradas em ambas as

edições. Esse fato comprova nossa suposição de que as palavras do Grupo 2 passaram a configurar no PB na segunda metade do século XX. Aqui não se exclui a possibilidade de a *Belle Époque* também ter favorecido à entrada desses termos no português.

Como é percebido através das fichas, esse grupo de palavras é complexo e deve ser analisado de forma pontual. As palavras *champignons* e *petits-pois*, como é visto nas fichas, não sofreram adaptações gráficas quando de suas entradas no PB, sendo registradas conforme a origem. Entretanto, quando analisamos seus significados, percebemos adaptações. *Champignons* em francês refere-se a todos os cogumelos em geral⁴¹. Já em português, o termo refere-se a um tipo específico de cogumelo, conforme indicado por Aurélio (2010), o cogumelo agaricáceo *Agaricus campestris*. Também, *petits-pois*, em francês, indica um tipo específico de ervilha⁴², e em português significa, como indica Aurélio (2010), ervilha sem casca e não uma espécie do vegetal. Temos, aqui, portanto, exemplos de adaptação semântica que indicam a empréstimo linguístico.

O item *aplomb*, por não apresentar adaptações aparentes, foi considerado estrangeirismo.

Quanto a *parvenu* e *pendant* estão dicionarizadas conforme sua origem, sem adaptações gráficas. Entretanto, como não temos o conhecimento sobre como os usuários utilizam esses vocábulos na língua falada, não poderemos afirmar, ao certo, se a elas são aplicadas alguma adaptação fonéticas. Tomando como base o exemplo de *menu*, apresentado no capítulo 3, podemos supor que a palavra *parvenu* siga o mesmo processo de adaptação: ocorre uma adaptação fonética, alterando o fonema francês /y/, marcado pela grafia *u*, pelo correspondente português /u/. Já para *pendant*, seria mais prudente considerá-lo, neste trabalho, como um estrangeirismo

As palavras *atelier*, *carnet*, *peignoir* e *pince-nez* sofreram mudanças. A palavra francesa *atelier* perde o *r* e ganha a marcação tônica no último *e*, tornando-se *ateliê* por adaptação ortográfica, o que a coloca no rol dos empréstimos. Processo similar aconteceu com *carnet* que passa a possuir o *e* tônico em sua última sílaba, passando a *carnê*, também empréstimo. Nessa mesma linha, o termo *pince-nez*, para Aurélio (2010), pode ser grafado *pincenê*, o que indica adaptação gráfica: a perda do hífen e do *z*, e a inserção do *e* tônico, a classificam, de acordo com a teoria adotada, como um empréstimo.

⁴¹ Conforme Larousse: Être vivant aux tissus peu différenciés, sans chlorophylle, formés de réseaux de filaments, et qui se reproduit à l'aide de spores, portées en général par un carpophore.

⁴² Conforme Larousse: Variété de pois dont on consomme la graine, fraîche ou sèche.

Por sua vez, em *peignoir*, percebemos grande mudança para *penhoar*: o fonema [ɲ], em francês, marcado por *gn*, substituído pelo *nh* do português; há, ainda, a troca das vogais francesas *oi* por som equivalente em português, o que marca uma adaptação fonética, caracterizando um empréstimo linguístico.

O terceiro grupo identificado, o **Grupo 3**, engloba as palavras que não foram encontradas em nenhum dos dicionários, incluindo o dicionário etimológico de Cunha (1996). São elas: *lendemain*, *poser* e *tamponnement*.

Castro Lopes, em sua obra, afirma que todos são vocábulos franceses. Entretanto, não podemos fazer essa constatação a partir dos dicionários oficiais deste trabalho, pois a origem dos termos não está apresentada em nenhum deles. Como dito anteriormente no início desta seção, através de uma consulta ao dicionário etimológico *online* Littré, verificamos que todas são, de fato, francesas. Temos, ainda, para o Grupo 3, as afirmações de Castro Lopes indicando a origem das palavras, conforme os trechos extraídos de sua obra e apresentados nas fichas.

Uma hipótese para a não dicionarização desses vocábulos seria a sua pouca utilização entre os usuários da língua, o que as fizeram cair em desuso. Nesse ponto, podemos trazer as afirmações de Krieger (2014) quando atesta que a palavra, compartilhada, fixada na memória coletiva, é também a palavra a ser dicionarizada. “Reside aí o critério de frequência de uso, fundamento maior do registro das palavras em dicionários” (KRIEGER, 2014, p. 326). Assim, não tendo *lendemain*, *poser* e *tamponnement* sofrido aparentes adaptações, as consideraremos estrangeirismos.

Dando continuidade às análises, chegamos ao maior e último grupo, o **Grupo 4**, composto por palavras que passaram a ser registradas a partir de Laudelino Freire, ou seja, a partir da primeira metade do século XX, e permanecem registradas em Aurélio (2010). Faz-se importante ressaltar esse recorte temporal, destacando a primeira metade do século XX, uma vez que esse período sucede o fim do movimento da *Belle Époque*, acontecimento histórico que direciona esta pesquisa.

Estão presentes nesse grupo as seguintes palavras: *abât-jour*, *avalanche*, *cabotagem/cabotagen*, *cache-nez*, *charivari*, *crêche*, *elite*, *engrenage*, *enveloppe*, *feerico* (*Féerique*, *Francez*, cf. Lopes, 1889), *gare*, *marron*, *menu*, *mise-en-scène*, *ouverture*, *pose* e *reclame*.

Quanto à origem dos termos, percebemos, de acordo com Cunha (1996), que todos são advindos da língua francesa, ou seja, termos alóctones. Outro ponto a ser observado é o fato de que esse grupo de palavras não está registrado em dicionários mais antigos, com Moraes e Bluteau, o que nos leva a crer que os usuários da língua portuguesa dos séculos XVIII e XIX

ou não as utilizavam, ou não as utilizavam com grande frequência a ponto de elas serem registradas em dicionários.

Podemos perceber, ainda, que grande parte delas apresentaram alguma mudança em sua grafia quando comparamos as formas registradas em Laudelino e Aurélio com a forma da palavra em sua origem. Mas, vejamos ponto a ponto.

De acordo com Laudelino, a palavra *abât-jour* apresenta duas grafias possíveis, sendo elas *abajú* e *abajur*. Aurélio, por sua vez, considera apenas *abajur*. Percebemos, assim, uma adaptação da palavra quando da entrada no português, havendo a perda do hífen e a substituição do *ou* ([u]) francês por equivalente ortográfico português (fr. *abat-jour* > pt. *abajur*), o que nos mostra adaptações gráficas e fonéticas desse empréstimo linguístico. Outro ponto importante a ser observado diz respeito ao conceito trazido pelo *Grande e Novíssimo Dicionário*. Além da palavra aportuguesada, Laudelino se vale do neologismo proposto pelo próprio Castro Lopes, *lucivelo* e *lucivéu*, também como opção para “substituir êsse galicismo” (1944, p. 15).

O termo *avalanche* também sofreu mudanças. Tanto em Laudelino como em Aurélio vemos o registro conforme a origem (fr. *avalanche*) e também a forma adaptada graficamente *avalancha*. É importante mencionarmos que, com o auxílio das fichas, podemos perceber que ambos os dicionários consideram o termo *avalanche* como um galicismo (indicação da abreviação *Gal.*). Assim como feito em *abât-jour*, Laudelino também expõe suas posições puristas ao novamente mencionar Castro Lopes e seu neologismo (*runimol*) como proposta para substituição do termo francês.

Dando seguimento às nossas constatações, passemos aos termos *cabotagem* e *engrenagem*, os quais passam a contar, em português, com a letra *m* na última sílaba, passando à condição de empréstimos por apresentarem adaptações gráficas e fonéticas. Ambas as palavras, em sua origem, são classificadas como substantivos masculinos⁴³ (*noms masculins*) e quando adaptadas ao português passaram a ser classificadas como do gênero feminino, conforme é registrado nos dicionários Luadelino e Aurélio. Essa modificação representa uma adaptação morfossintática.

Algumas outras palavras francesas seguem esse mesmo processo, como *massage* > *massagem*, *garage* > *garagem* e *passage* > *passagem*. Cornu (1888) é de opinião que o sufixo *agem* veio diretamente da forma latina *āgĭnem* e que o português valeu-se de algumas palavras do francês e do provençal em *age*, provenientes do latim *āticum*, substituindo então o sufixo nativo *agem* pelo sufixo estrangeiro. Pode-se dizer que o português, ao tomar vocábulos

⁴³ Dicionário Larousse.

franceses e provençais em *age*, transformou-os em *agem* por analogia ao *agem* já existente na língua (isto é, do latim *āgĭnem*).

Outra observação que podemos trazer para este trabalho, baseando-nos em Cornu (1888), diz respeito ao gênero das palavras. De acordo com filólogo suíço, algumas palavras, adquiridas por empréstimo, gradualmente assumiram o gênero feminino. Em francês, vocábulos terminados em *age*, de *āīcum*, são masculinos, e o português, por sua vez, ao tomar por empréstimo alguns desses vocábulos, passou-os para o feminino, por ser as palavras em *agem*, de *āgĭnem*, femininas.

Dando seguimento, passemos a *cache-nez*. Além da perda do hífen e da supressão da letra *z*, o vocábulo ganhou a marcação tônica do português na última sílaba, tornando-se *cachené* em Laudelino e *cachênê* em Aurélio. Há, portanto, adaptação gráfica e fonética nesse empréstimo.

Crèche, (*crêche* cf. Lopes, 1889) por sua vez, perde suas marcações gráficas do francês, tornando-se *creche*, em português. Fato importante da palavra *creche* refere-se à mudança de sentido quando da entrada no português. Em sua língua original, o termo, de acordo com Larousse, significa i) *estabelecimento destinado a receber crianças menores de três anos cujos pais e mães estejam trabalhando*⁴⁴; ii) *Reprodução figurativa do presépio de Jesus segundo dados dos Evangelhos de Mateus (ii) e Lucas (ii), bem como várias tradições populares dependendo do país ou região*⁴⁵. No português, considerando o dicionário mais atual, o Aurélio, o termo assume apenas o sentido de instituição de assistência social infantil. Percebemos adaptações gráficas, fonéticas e semânticas, o que classifica o termo como um empréstimo.

Élite perde sua marcação de timbre do francês, passando a *elite* tanto em Laudelino quanto em Aurélio. *Réclame* segue uma mesma lógica, perdendo sua marcação fônica francesa, passando à grafia *reclame*. *Charivari* também passou por um pequeno ajuste: recebeu acentuação em sua última sílaba, de acordo com Laudelino, *charivarí*, retornando à forma francesa em Aurélio, *charivari*. Levando em consideração o dicionário mais atual, o Aurélio, assumimos que *charivari* não apresenta adaptação gráfica, o que nos leva a classificá-lo como estrangeirismo.

Envelope perde um *p* original, passando a ser grafada *envelope* em sua versão portuguesa mais recente conforme em Aurélio (2010). Há que se destacar que Laudelino ainda

⁴⁴Établissement destiné à recevoir les enfants de moins de trois ans dont lês père et mère travaillent.

⁴⁵Reproduction figurative de la scène de la Nativité de Jésus selon lês données dès Évangiles de Matthieu (ii) et de Luc (ii), ainsi que des traditions populaires diverses selon les pays ou les régions.

considerava a grafia francesa *enveloppe* como registro oficial em seu dicionário. Outro aspecto que trazemos refere-se ao gênero: em francês dizemos *la enveloppe*⁴⁶ (com elisão > *l'enveloppe*). Em português, Laudelino e Aurélio a registram como substantivo masculino, o que denota uma adaptação morfossintática.

O adjetivo *féérique* ganha tonicidade no hiato, *feérico*, tendo a sua última sílaba ajustada para a terminação ico/ica: adaptação gráfica e fonética marcam esse empréstimo.

Marron tem a letra *n* final substituída pela *m*, sendo registrada sob a forma adaptada *marrom* em Aurélio. Há que se destacar que Laudelino ainda considerava a grafia francesa *marron* como registro oficial em seu dicionário. *Marrom* recebe, portanto, uma adaptação gráfica e é empréstimo linguístico. Some-se a isso o fato de que, em língua francesa, *marron* é substantivo e adjetivo⁴⁷, porém em português há apenas a classificação como adjetivo, o que indica adaptação morfossintática.

Passemos, agora, ao vocábulo *pose*. É interessante salientarmos que a palavra *pose* já vinha registrada em Moraes (1813). Entretanto, esse registro refere-se ao tempo verbal do verbo *por* e não à palavra francesa cujo sentido é postura, atitude, maneira, posição. Tanto em Laudelino como em Aurélio vemos a palavra francesa *pose* oficializada, conservando-se a sua grafia de origem. Sem adaptações, a classificamos com o estrangeirismo. Apesar de ser considerado estrangeirismo, *pose* fez originar o verbo *posar*, em Português. *Posar*, por sua vez, de acordo com, Aurélio (2010) é formado de *pose* + *ar*, processo descrito nesta pesquisa como adaptação morfossintática por derivação sufixal.

Os termos *gare*, *menu*, *mise-en-scène* e *ouverture* também foram registradas em Laudelino e Aurélio conservando-se a grafia francesa. Entretanto, podemos fazer algumas análises sobre essas palavras. Como já visto anteriormente, *menu* e *ouverture* sofrem adaptação fonética, alterando o fonema francês /y/, marcado pela grafia *u*, pelo correspondente português /u/. Apesar de não podermos afirmar que os falantes atuais façam essa alteração da palavra *ouverture*, presumimos que ela segue o mesmo modelo da palavra *menu*, comum nos dias atuais. Consideramos, portanto, ambas as palavras como empréstimo linguístico.

A palavra *gare*, a princípio, não sofre adaptações, inclusive pelo fato de não podermos afirmar se há modificação fonéticas aplicadas pelos falantes, dado que, atualmente, a palavra parece-nos possuir baixa frequência de uso. Por isso, a classificamos como estrangeirismo.

⁴⁶ Dicionário Larousse.

⁴⁷ Dicionário Larousse.

Quanto a *mise-en-scène*, constatamos que, em sua origem, o termo é registrado sem hifens⁴⁸ e classificado gramaticalmente como expressão⁴⁹. Quando incorporada ao português, a expressão francesa recebeu hifens e foi classificada como substantivo feminino. Além de adaptação gráfica, há ainda uma adaptação morfossintática quando da passagem de locução francesa para substantivo português, sendo, portanto, um empréstimo linguístico.

⁴⁸ Dicionário Larousse.

⁴⁹ Dicionário Larousse.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Nesta última sessão que ora iniciamos, apresentaremos algumas considerações e apontamentos sobre a pesquisa que viemos desenvolvendo até o momento.

O objetivo principal desta investigação foi o verificar a presença de galicismos no léxico do PB enquanto resultado da influência francesa na língua portuguesa durante a *Belle Époque*. Aliando-se a essa proposta, pretendemos verificar a intensidade dessa influência e sua extensão, observando o registro, ou não, dos específicos galicismos em dicionários históricos e representativos da Língua Portuguesa.

Para o cumprimento dos objetivos gerais e específicos, trouxemos um rico recorte histórico através do qual pudemos perceber a presença constante da França na história do Brasil, desde antes de 1500, e sua contribuição na composição sociocultural brasileira. Uma vez já atestada essa presença, buscamos os traços dessa influência também na língua, utilizando, para tanto, como ponto de partida, uma obra purista do século XIX, fornecedora do nosso *corpus*, a qual contestava a utilização de termos franceses no PB. Depois de levantados e agrupados todos os itens franceses e verificadas suas presenças nos dicionários, debruçamo-nos sobre uma análise de cada palavra, buscando detectar as mudanças que essas palavras sofreram à medida que foram aportuguesadas.

Assim sendo, é também objetivo das considerações finais tecer comentários sobre o resultado das análises e concluir o que tais resultados nos disseram sobre a presença francesa no léxico do PB.

Conforme apresentado no capítulo anterior, foi possível separarmos as 32 palavras em quatro distintos grupos, levando-se em consideração o fato de elas estarem ou não oficializadas nos dicionários. Assim, em linhas gerais, constatamos:

- i. Todas as 32 palavras são neologismos formados por um processo alóctone (ALVES, 2002), ou seja, por vocábulos que provêm de outras línguas que, nesse caso, é a Língua Francesa, e também estão classificadas como palavras lexicais (SANTOS, 2013). O *corpus* não apresentava palavras gramaticais;
- ii. Não identificamos no grupo das 32 palavras alguma que se encaixasse na classificação de decalque conforme os conceitos de Alves (2002) e Carvalho (1989);
- iii. Por apresentarem algum tipo de adaptação, foram considerados empréstimos linguísticos: *abât-jour*, *atelier*, *avalanche*, *cabotagem/cabotagen*, *cache-nez*, *carnet*,

chalé champignons, crêche, elite, engrenage, enveloppe, etiqueta, feerico, marron, menu, mise-en-scène, ouverture, reclame, parvenu, peignoir, petits-pois e pince-nez.

- iv. Por não apresentarem adaptações, foram considerados estrangeirismos: *aplomb, robe de chambre, lendemain, poser, tamponnement, charivari, pose, gare e pendant.*

Quanto a conclusões mais específicas, podemos tecer os seguintes comentários. O Grupo 1, composto por apenas três palavras (*etiqueta, chalé e robe de chambre*), as quais já vinham sendo registradas em dicionários desde o século XVIII, nos leva a crer na existência de uma utilização ampla dos vocábulos desde essa época. Um ponto a ser lembrado é a permanência de tais vocábulos, até os dias atuais, nos dicionários mais recentes empregados nesta pesquisa.

O Grupo 2 (*aplomb, atelier, carnet, champignons, parvenu, peignoir, pendant, petits-pois e pince-nez*) foi composto por vocábulos que se registravam apenas em Aurélio. Uma busca em edições anteriores do dicionário provou-nos que os vocábulos já vinham sendo registrados. Isso nos levou a considerar esses itens lexicais também como um reflexo da *Belle Époque* no PB, uma vez que a primeira edição do Aurélio é de 1975.

Em relação ao Grupo 3, também formado por apenas três palavras (*lendemain, poser e tamponnement*), as quais não foram encontradas em nenhum dos dicionários, concluímos que esses vocábulos tiveram uma vida breve no PB, a ponto de não serem considerados legítimos à oficialização. Uma suposição que levantamos é que eles possam ter sido empregados pelos usuários da língua por um curto período de tempo ou que tenham sido introduzidos no PB via algum fator extralinguístico (cultural, social etc.) que não tenha se estendido por muito tempo, levando consigo, ao esquecimento, as palavras que trouxera. Pelo fato de terem sido abordados na obra de Castro Lopes, supomos que tenham sido utilizadas na língua apenas naquele período.

O Grupo 4, composto pelo maior grupo de palavras, totalizando 17 (*abât-jour, avalanche, cabotagem/cabotagen, cache-nez, charivari, crêche, elite, engrenage, enveloppe, feerico, gare, marron, menu, mise-en-scène, ouverture, pose e reclame*), engloba aquelas que não existiam nos dicionários mais antigos e passaram a ser oficializadas no PB partir de 1944 com seus registros do dicionário de Laudelino Freire. Some-se a isso o fato de essas palavras continuarem registradas no *Dicionário Aurélio*, o que demonstra uma permanência dos vocábulos no PB. De fato, são os dicionários que conferem essa legitimidade, funcionando nas sociedades como “um cartório de registro de palavras, e como tal concede-lhes a certidão de nascimento” (KRIEGER, 2012, p. 23). Consequentemente, a relação entre dicionário e léxico, enquanto conjunto de palavras de uma língua é indissociável. Nesse contexto, justifica-se a compreensão de que o dicionário limita-se a nos dar uma imagem do léxico (REY, 1970).

Outro ponto importante a ser mencionado é o fato de não terem sido detectadas palavras cujos registros deixaram de ser dicionarizados. Ou seja, não tivemos a situação de uma palavra estar em dicionário mais antigo e não estar, presente, novamente, em outro mais recente. Podemos trazer, nesse momento, a constatação de que todas as palavras do Grupo 1, as mais antigas, também são encontradas em Laudelino e em Aurélio, dicionários mais atuais. O mesmo acontece com o Grupo 4, em que as palavras surgiram em Laudelino e mantiveram-se em Aurélio.

Seguindo com os pontos observados, outro fenômeno interessante detectado foi em relação à quantidade de palavras dicionarizadas em cada época. Dos 32 galicismos retirados da obra de Castro Lopes, 17 passaram a ser registrados a partir do dicionário de Laudelino Freire, ou seja, apenas em 1944, período que sucede a *Belle Époque*. Somem-se a isso as 8 palavras do Grupo 2 (excetuando-se *champignons*) que já vinham sendo registradas em Aurélio desde 1975. Chamamos a atenção, ainda, para o fato de que nos dicionários mais antigos, Bluteau e Moraes, foram encontrados apenas três dos galicismos. Diante do exposto, podemos dizer que o movimento da *Belle Époque*, iniciado na França, o qual contribuiu para o surgimento da *Belle Époque* Tropical no Brasil, foi o fato cultural extralinguístico responsável por fazer incorporarem-se no PB tantos vocábulos de origem francesa. Além do aspecto quantitativo, outro traço que nos leva a essa conclusão é o fato de as palavras do Grupo 4 e do Grupo 2 serem aquelas relacionadas à tecnologia, à moda, à arte, à culinária etc., ou seja, referem-se à nova sociedade, ao novo estilo de vida e às novas descobertas que marcaram o período da *Belle Époque*. Vejamos:

Quadro 3: Palavras do Grupo 4 separadas por campos lexicais.

Campos lexicais				
Arte	Moda	Culinária	Tecnologia/Inovação	Outros
atelier mise-en-scène ouverture pendant pose	cache-nez marron peignoir pince-nez	menu petits-pois	abât-jour aplomb cabotagem/cabotagen engrenagem enveloppe gare	avalanche carnet charivari creche elite feérico parvenu reclame

Fonte: Dados da pesquisa.

Em relação ao objetivo principal desta investigação, que foi o de verificar a presença de galicismos no léxico do PB enquanto resultado da influência francesa durante a *Belle Époque*,

podemos concluir que, de fato, o movimento da *Belle Époque* foi um fator importantíssimo para a entrada e registro de termos franceses no léxico do PB. Das 32 palavras, 25 passaram a ser registradas em dicionários do PB após o movimento. E podemos reforçar essa conclusão resgatando Biderman (2001, p. 12) que o define o léxico como “[...] um sistema aberto com permanente possibilidade de ampliação, à medida que avança o conhecimento, quer se considere o ângulo coletivo da comunidade linguística”.

Em decorrência desse processo de renovação que é despertado a partir de mudanças sociais, históricas, culturais, geográficas, dentre outras, o repertório lexical de determinado grupo molda-se segundo normas sociais impostas pela coletividade, uma vez que

[...] o léxico de uma língua de cultura atesta o modo de vida e a imagem de mundo que individualiza um determinado grupo social, tornando-se assim, em vista disso, uma espécie de documento vivo da própria história desse grupo, assim como de todas as normas sociais que o regem (ISQUERDO, 2003, p. 178).

Nenhuma nação desenvolve sua cultura e sua língua livre de interferências estrangeiras. Isso se deve a relações comerciais, sociais, culturais, políticas e científicas desenvolvidas, necessariamente, pela linguagem. Assim, através dos fatos históricos aqui exemplificados, percebemos a impossibilidade de uma cultura manter-se intacta de contatos com outras culturas e não adquirir elementos estrangeiros (empréstimos ou estrangeirismos), pois estes respondem a uma necessidade da realidade da qual a sociedade anseia.

Deroy (1956) afirma que se empresta o que se falta. O empréstimo justifica-se por uma necessidade. E essa necessidade manifestada por um falante/grupo de falantes origina-se tanto por razões externas, referentes ao mundo extralinguístico que impõe um novo conceito ou uma nova realidade, quanto por razões internas, em que há fatores presentes na estrutura de uma língua que levam à adoção de certos elementos de uma outra. No entanto, a força do empréstimo/estrangeirismo reside, em maior grau, na inovação e na representação de um fato novo. E é por essa força que o empréstimo/estrangeirismo dissemina-se facilmente.

O estudo dos empréstimos culturais, ou seja, o estudo das aquisições estrangeiras que uma língua faz através do contato entre povos, conforme designa Bloomfield (1933), não abrange apenas o aspecto linguístico como pode aparentar. Ao observarmos o fenômeno no nível mais profundo, podemos perceber, de forma clara, que é necessário analisar a evolução da sociedade em que os empréstimos/estrangeirismos são inseridos, pois o acervo lexical da língua dessa sociedade reflete, nitidamente, as mudanças socioculturais.

A língua, por sua vez, tem função de expressar a cultura e transmiti-la. Podemos observar mais evidentemente essa função da língua dentro do sistema lexical. À medida que a cultura se desenvolve, o vocabulário evolui, incorpora novos itens lexicais e dispensa outros correspondentes que caem em desuso. Por ser a língua um fato social, utilizada nas sociedades humanas como meio de comunicação entre indivíduos, é natural que as mudanças sociais dos homens sejam refletidas na língua.

A análise que há pouco realizamos, baseada na relação léxico e sociedade/cultura, ponto crucial desta pesquisa, levou em consideração a língua como elemento de interação do homem com o mundo, já que é utilizada também como veículo de comunicação e é um produto social que “[...] desempenha um papel preponderante, seja em sua forma oral, seja através de seu código substitutivo escrito. E, através dela, o contato com o mundo que nos cerca é permanentemente atualizado” (PRETI, 1975, p. 2). As modificações ocorridas na sociedade ao longo do tempo se materializam de maneira acentuada no nível lexical, sendo este altamente dinâmico, o que permite investigações a partir de diferentes perspectivas e variadas nuances.

REFERÊNCIAS

- ABBADE, Celina Márcia de Souza. A Lexicologia e a teoria dos campos lexicais. In: Congresso Nacional de Linguística e Filologia, 15, 2011, Rio de Janeiro. **Anais**. Rio de Janeiro: CiFEFiL, 2011. n. 5, p. 1332-1343
- ABREU, Capistrano de. **Capítulos de História Colonial (1500-1800)**. Belo Horizonte, Itatiaia/São Paulo, EDUSP (Col. Reconquista do Brasil, 2a. série, vol. 119), 1988 [1907].
- ALBERTINI, Pierre. Le foisonnement culturel de la fin de siècle et de la Belle Époque. In: ALBERTINI, Pierre. **La France du XIX^e siècle**. Paris: Hachette Supérieur, 1995.
- ALVES, Ieda Maria. **A integração dos neologismos por empréstimo ao léxico português**. São Paulo: Alfa, v.28(supl.), 1984.
- ALVES, Ieda Maria. A renovação lexical nos domínios de especialidade. **Ciência e Cultura**, São Paulo, v. 58, n. 2, abr.-jun. 2006.
- ALVES, Ieda Maria. **Neologismo – Criação lexical**. São Paulo: Ática, 2002.
- ALVES, Ieda Maria; MARONEZE, Bruno Oliveira; ZANON, Maria Cecilia; ARAÚJO, Mariângela de; BACCIN, Paola Giustina. Estrangeirismos no português brasileiro: do mito à realidade. **Estudos Lingüísticos** [S.l: s.n.], 2002.
- AMARAL, Vasco Botelho do. **Cultura, defesa e expansão da língua portuguesa**. Lisboa: Revista de Portugal, 1944.
- ASSIS, Lúcia Maria de. A Língua Portuguesa na 'Belle Époque' – Lima Barreto e sua crítica. **Revista Philologus**, ano 25, n. 74, p. 188-207, Rio de Janeiro: CiFEFiL, maio/ago. 2019.
- ASSIS, Lúcia Maria de. **Lima Barreto: língua, identidade e cidadania**. 2008. Tese (Doutorado em Semiótica e Lingüística Geral) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2008a.
- ASSIS, Machado de. **Bons dias!**. Introdução e notas de John Gledson. 3. ed. Campinas, SP: Ed. da UNICAMP, 2008. 320 p.
- AUGRAS, Monique. Imaginária França Antártica. **Revista Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, v. 4, n. 7, p. 19-34, 1991.
- AULETE, Digital. **Dicionário Contemporâneo da Língua Portuguesa: Dicionário Caldas Aulete**, vs online. Disponível em: <<http://www.aulete.com.br>>. Acessado em: 03 de novembro de 2020.
- AZEVEDO, Aluísio. Capítulo V. Crônicas de Aluísio Azevedo. In: MONTELLO, Josué. **Aluísio Azevedo e a polêmica d“O Mulato”**. Rio de Janeiro: Livraria José Olympio Editora, 1975.
- BABINI, Maurizio. Do conceito à palavra: os dicionários onomasiológicos. **Cienc. Cult.** São Paulo, v. 58, n. 2, p. 38-41, June, 2006.

BABINI, Maurizio. **Onomasiologie ET dictionnaires onomasiologiques**. São José do Rio Preto, Beatriz, 2001.

BARRETO, Lima (1961). **Marginália**. 2 ed., São Paulo: Brasiliense, v. XII.

BARRETO, Mário. **Através do dicionário e da gramática**. 4. ed. Rio de Janeiro: Presença/INL/FCRB/MEC, 1986.

BARRETO, Mário. **De gramática e de linguagem**. 3. ed. Rio de Janeiro: Presença/INL/FCRB/MEC, 1982.

BARRETO, Therezinha. Lexicalização e gramaticalização: processos independentes ou complementares? In: LOBO, T.; CARNEIRO, Z.; SOLEDADE, J.; ALMEIDA, A.; RIBEIRO, S. (Orgs.). **Rosae: linguística histórica, história das línguas e outras histórias** [online]. Salvador: EDUFBA, 2012, pp. 407-416.

BASILIO, Margarida. **Formação de classes de palavras no português do Brasil**. São Paulo: Contexto, 2004.

BERNARDO, Jozimar Luciovânio; MENDES, Estevane de Paula Pontes. Manifestações culturais e léxico: credices e religiosidade em contextos rurais do município de Catalão (GO). XXI Encontro Nacional de Geografia Agrária – Territórios em disputa: os desafios nas contradições do desenvolvimento brasileiro. **Anais**. Uberlândia, 2012.

BIDERMAN, Maria Teresa Camargo. As Ciências do Léxico. In: OLIVEIRA, Ana Maria Pinto Pires de; ISQUERDO, Aparecida Negri. **As Ciências do Léxico: Lexicologia, Lexicografia, Terminologia**. 2. ed. Campo Grande: Ed. UFMS, 2001.

BIDERMAN, Maria Tereza Camargo. **A ciência da lexicografia**. Alfa, São Paulo, 28 (supl.), p. 1-26, 1984.

BIDERMAN, Maria Tereza Camargo. Dicionários do português: da tradição à contemporaneidade. **ALFA: Revista de Linguística**, v. 47, n. 1, 2003

BIDERMAN, Maria Tereza Camargo. Dimensões da palavra. **Revista Filologia e Linguística Portuguesa**, São Paulo, n. 2, p. 81-118, 1998.

BIDERMAN, Maria Tereza Camargo. **Léxico e vocabulário fundamental**. Alfa, São Paulo, n. 40, p. 27-46, 1996.

BLOOMFIELD, Leonard. **Language**. New York: Henry Holt and Company, 1933.

BOBBIO, Norberto. **A era dos direitos**. 15. ed. Rio de Janeiro: Campus, 1992.

BORTOLANZA, João. O Poeta novilatino carioca António de Castro Lopes (1827-1901). In: **Revista Humanitas** (Coimbra), 1999. v. LI, n. 1. p. 301-316

BRÉAL, Michel. O que chamamos pureza da língua? In: **Ensaio de semântica**. Coord. e rev. técnica da trad. Eduardo Guimarães. São Paulo: EDUC/Pontes, 1992.

CÂMARA JÚNIOR, Joaquim Mattoso. **História e Estrutura da Língua Portuguesa**. Rio de Janeiro: Padrão, 1975.

CÂMARA JÚNIOR, Joaquim Mattoso. **Princípios de Lingüística Geral**. 5 ed. Rio de Janeiro: Padrão, 1977.

CANO, Waldenice Moreira. Tentativa de caracterização do neologismo: alguns critérios. In: ISQUERDO, Aparecida Negri; ALVES, Ieda Maria. (Orgs.) **As Ciências do Léxico: Lexicologia, Lexicografia, Terminologia**. Campo Grande: Ed. UFMS/São Paulo: Associação Editorial Humanitas, v. 3, 2007.

CARMO, Laura do. **O léxico do Brasil em dicionários de língua portuguesa do século XIX**. 2015. 2 t. Tese (Doutorado em Língua Portuguesa) – Instituto de Letras, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2015.

CARVALHO, Nelly Medeiros de. (2010). Francês e português: raízes comuns e contribuições. **Ciência & Trópico**, v. 32, n. 2. Recuperado de: <<https://periodicos.fundaj.gov.br/CIC/article/view/811>>.

CARVALHO, Nelly Medeiros de. **Empréstimos linguísticos na língua portuguesa**. São Paulo: Cortez Editora, 2009.

CARVALHO, Nelly Medeiros de. **Publicidade: a linguagem da sedução**. São Paulo: Ática, 2002.

CARVALHO, Nelly Medeiros de. A unidade lexical no discurso publicitário regional. **Cadernos do CNLF**, v. XIV, n. 2, t. 1, 2010.

CARVALHO, Nelly Medeiros de. **Empréstimos Lingüísticos**. São Paulo: Ática, 1989.

CASTILHO, Ataliba Teixeira de. **Nova Gramática do Português Brasileiro**. São Paulo: Contexto, 2010.

COELHO, Bráz José. Dicionários: estrutura e tipologia. In: _____. **Linguagem: lexicologia e ensino de português**. Catalão: Kaio Gráfica e Editora Ltda., 2008. p. 13-41.

CORREIA, Margarita; LEMOS, Lúcia San Payo. **Inovação Lexical em Português**. Lisboa:Edições Colibri, 2005.

CUNHA, Adan Phelipe. Contrastando Sapir (d)e Whorf na “Hipótese Sapir-Whorf”. **Seta**, Campinas, v. 5, p. 3-17, 2011.

CUNHA, Antônio Geraldo da. **Dicionário etimológico Nova Fronteira da Língua Portuguesa**. 2. ed. rev. e acresc. de um suplemento. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1991.

CUNHA, Celso. **A Questão da Norma Culta Brasileira**. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1985.

CUNHA, Celso. Língua portuguesa e realidade brasileira, Rio de Janeiro, Edições Tempo Brasileiro, 1970. CUNHA, Celso. **Língua Portuguesa e Realidade Brasileira**, col. Temas de Todo o Tempo, 13. Rio de Janeiro, Ed. Tempo Brasileiro, 1977.

CUNHA, Celso. **Língua portuguesa e realidade brasileira**. 8. ed. atual. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1981.

CUNHA, Celso. **Língua Portuguesa e Realidade Brasileira**. 9. ed. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1986.

CURY, Maria Zilda Ferreira. **Um mulato no reino de Jambon** (as classes sociais na obra de Lima Barreto). São Paulo: Cortez, 1981.

DEBRET, Jean-Baptiste. **Viagem pitoresca e histórica do Brasil**. São Paulo: Martins, 1954, V, II.

DEROY, Louis. **L'Emprunt Linguistique**. Paris: Société d'Édition "Les Belles Lettres", 1956.

DUBOIS, Jean et al. **Dicionário de linguística**. Coord. Tradução Izidoro Blikstein. 7. ed. São Paulo: Cultrix, 1999.

DUBOIS, Jean et al. **Dictionnaire de Linguistique**. Paris, Larousse, 1973.

ELMALAN, Serge. Villegagnon ou a utopia tropical. **História**, Franca, v. 27, n. 1, p. 247-281, 2008.

FARACO, Carlos Alberto. (org). **Estrangeirismos: guerras em torno da língua**. São Paulo: Parábola, 2001.

FIGUEIREDO, Cândido de. **Problemas de linguagem**. 4. ed. Lisboa: Clássica, 1928, vol. I.

FINATTO, Maria José Bocorny. **Da Lexicografia Brasileira (1813 – 1991):** Tipologia Microestrutural de Verbetes Substantivos. 1993. Dissertação de Mestrado. UFRGS, Porto Alegre.

FIORIN, José Luiz. Considerações em torno do projeto de lei nº 1676/99. O projeto de lei n.º1676/99 na imprensa de São Paulo. In: FARACO, Carlos Alberto (org.). **Estrangeirismos: guerras em torno da língua**. 3ª edição revista e ampliada. São Paulo: Editora Parábola, 2004.

FONSECA, Maria Augusta. **Rebeldia e sementeira** (aspectos da semana de 22). Remate de males: Campinas (SP), 2013

FREIRE, Laudelino. **Galicismos**. Rio de Janeiro: S. A. Litho-Typographia Fluminense, 1921.

FREYRE, Gilberto. **Um engenheiro francês no Brasil**. Livraria José Olímpio Editora, 1940.

GIL, Beatriz Daruj. A ideologia no léxico de Batelaje, de Edvaldo Santana. In: **Acta Semiótica et Linguística**, v. 15, p. 72-80, 2010.

GIL, Beatriz Daruj. O Rio de Janeiro e a mulher no léxico de canções da bossa nova. In: **Domínios de Lingu@Gem**, v. 10, pp. 202-218, 2016(a).

GLEDSOON, John. Introdução. In: ASSIS, M. **Bons dias!** São Paulo: Unicamp, 2000.

GÓIS, Carlos. **Dicionário de Galicismos**. 4. ed. Rio de Janeiro: Sauer, 1949.

GREIMAS, Algirdas Julien.; COURTÉS, Joseph. **Sémiotique**. Dictionnaire raisonné de la théorie du langage. Paris, Hachette, 1979.

GUILBERT, Louis. **La Créativité Lexicale**. Paris: Larousse, 1975.

HAENSCH, Günther et al. **La lexicografía**. De la lingüística teórica a la lexicografía práctica. Madrid, Gredos, 1982.

HOUBLER, Dorothy; HOUBLER, Thomas. **Os crimes de Paris: O roubo da Mona Lisa e o nascimento da criminologia moderna**. 1. ed. São Paulo: Três estrelas, 2013.

HOUAISS, Antônio; VILLAR, Mauro de Salles. **Dicionário Houaiss da Língua Portuguesa**. Rio de Janeiro: Objetiva, 2001.

HUMBLEY, John. Vers une Typologie de L'emprunt Linguistique. In: **Cahiers de Lexicologie**, 25, Paris: Didier Larousse, 1974 II, p. 46-70.

ILARI, Rodolfo; BASSO, Renato. **O Português da gente: a língua que estudamos a língua que falamos**. São Paulo: Editora Contexto, 2006.

ISQUERDO, Aparecida Negri; ALVES, Ieda Maria (Orgs): **A Ciências do léxico: lexicologia lexicografia terminologia**. Associação Editorial Humanitas, 2001.

ISQUERDO, Aparecida Negri. **Léxico em tempo e espaço: a quest**. In: MARIN, Jérri Roberto; VASCONCELOS, Claudio Alves de. (Orgs) História, região e identidades. Campo Grande: Editora da UFMS, 2003, p. 165 a 181

KEHDI, Valter. **Formação de Palavras em Português**. São Paulo: Ática, 1992.

KRIEGER, Maria da Graça. **Dicionário em sala de aula: guia de estudos e exercícios**. Rio de Janeiro: Lexikon, 2012.

KRIEGER, Maria das Graças.; MÜLLER, Alexandra Feldekircher; GARCIA, Andréa Roberta da Rocha; BATISTA, Rosinalda Pereira. O século XX, cenário dos dicionários fundadores da lexicografia brasileira: relações com a identidade do português do Brasil. **ALFA: Revista de Linguística**, São Paulo, v. 50, n. 2, 2009.

LABOV, William. **Padrões sociolinguísticos**. Tradução de Marcos Bagno, Maria Marta Pereira Scherre e Caroline Rodrigues Cardoso. São Paulo: Parábola Editorial, 2008.

LEITE, Marli Quadros. **Metalinguagem e discurso: a configuração do purismo brasileiro**. São Paulo: Humanitas, 1999.

LIMA, Natália Dias de Casado. A Belle Époque e seus reflexos no Brasil. In: Semana de História – UFES, **Anais...**, 11, 2018, Vitória, ES.

LOPES, Castro. **Neologismos indispensáveis e barbarismos dispensáveis**. Rio de Janeiro: yp. de G. Leuzinger & Filhos, 1889.

LUCCA, José Luiz de. **Minidicionários da língua portuguesa: análise léxico-estatística contrastiva das macro e microestruturas e sugestões de modelo**. 2001. Tese (Doutorado em Semiótica e Linguística Geral) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2001.

MAGALHÃES JÚNIOR, R. Prefácio. In: ASSIS, M. **Diálogos e Reflexões de um Relojoeiro: escritos de 1886 (“A + B”), de 1888 e 1889 (“Bons dias”), recolhidos da “Gazeta de Notícias”**. Rio de Janeiro: Ediouro, 1985. p. 15-23. (Coleção Prestígio).

MAGALHÃES, Paula Gomes, **Belle Époque: a Lisboa de finais do século XIX e início do século XX**. Lisboa: A Esfera dos Livros, 2014.

MALLMANN, Marcela Cockell. **Pelos becos e pela avenida da Belle Époque carioca**. SOLETRAS, Ano X, n. 20, jul./dez.2010. São Gonçalo: UERJ, 2010.

MANZOLILLO, Vito César de Oliveira. Empréstimo Linguístico e Purismo. **Cadernos do CNLF**, v. XIX, n. 03 – Minicursos e Oficinas. Rio de Janeiro: CiFEFiL, 2015.

MARIZ, Vasco. **Villegagnon e a França Antártica**. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército Editora, 2006, p.38.

MARTINS, Antonio. **Arthur Azevedo: a palavra e o riso**. São Paulo: Perspectiva, 1988.

MATORÉ, Georges. La méthode en lexicologie. **Domaine français**. Paris: Didier, 1953.

MATTOSO CÂMARA JR., Joaquim. **Dicionário de linguística e gramática: referente à Língua Portuguesa**. 24. ed. Petrópolis: Vozes, 2002.

MATTOSO CÂMARA, JR., Joaquim. **Dicionário de Linguística e Gramática**. 13. ed. Petrópolis/RJ: Vozes, 1986.

MÈRCHER, Leonardo. Belle Époque francesa: a percepção do novo feminino na joalheria Art Nouveau. **VI Simpósio Nacional de História Cultural**. Escritas da História: Ver – Sentir – Narrar. Teresina, 2012.

MONTEIRO, José Lemos. **Morfologia Portuguesa**. 4.ed. Campinas: Pontes, 2002.

MOREIRA NETO, Carlos de Araújo. Franceses no Brasil: séculos XVI e XVII. In: THEVET, A. **A cosmografia universal de André Thevet, cosmógrafo do rei**. Rio de Janeiro: Fundação Darcy Ribeiro, Batel, p. 15-17, 2009.

MOURA, Fabiana Silveira. **A rua e seus olhares: a Belle Époque carioca nas crônicas de João do Rio e de Machado de Assis**. 2007. Dissertação (Mestrado em Letras) – Centro de Humanidades, Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2007.

NEEDELL, Jeffrey D. **Belle Époque Tropical**. São Paulo: Companhia das Letras, 1993.

NEVES, Maria Helena de Moura. **Guia de uso do português: confrontando regras e usos**. São Paulo: UNESP, 2003.

NUNES, José Horta. A invenção do dicionário brasileiro: transferências tecnológicas, discurso literário e sociedade. **Revista Argentina de Historiografia Lingüística**, v. 2, p. 159-172, 2013.

NUNES, José Horta. Levantamento bibliográfico de dicionários brasileiros de língua portuguesa: uma interpretação discursiva. **Estudos Linguísticos** (São Paulo), Campinas, v. XXXIII, p. 805-810, 2004.

NUNES, José Joaquim. **Compêndio de gramática histórica portuguesa**. 8. ed. Lisboa: Clássica, 1975.

ODALIA, Nilo. A liberdade como meta coletiva. In: PINSKY, J.; PINSKY, C. B. (Orgs.). **História da Cidadania**. 4. ed. São Paulo: Contexto, 2006. p. 159-169.

OLIVEIRA, Ana Maria Pinto Pires de; ISQUERDO, Aparecida Negri. Apresentação. In: OLIVEIRA, Ana Maria Pinto Pires de; ISQUERDO, Aparecida Negri (Orgs.). **As Ciências do Léxico: Lexicologia, Lexicografia, Terminologia**. 2. ed. Campo Grande: Ed. UFMS, 2001.

OLIVEIRA, Sandra Ramos de. Léxico. In: _____. **Léxico, cultura, tradição e modernidade: um retrato sociolinguístico do congado montes-clarense**. 2009. Dissertação (Mestrado em Linguística) – Instituto de Letras e Linguística, Universidade Federal de Uberlândia, 2009. p. 45-46.

PACAUD, Serge. **Il était une fois... Chroniques mémorables de la Belle Époque**. [S.l.] Paris: CPE Éditeur, 2004.

PC MAGAZINE BRASIL. **Editorial América do Brasil**. São Paulo. Junho de 1995.

PC MAGAZINE. **Ziff Communications Company**. New York. April 15, 1986.

PEREIRA, Eduardo Carlos. **Gramática histórica**. 7. ed. São Paulo: Cia. Ed. Nacional, 1932.

PEREIRA, Eduardo Carlos. **Grammatica Expositiva: curso superior**. 2ª Ed. São Paulo: Duprat & Comp., 1909.

PERRONE-MOISÉS, Leyla. Alegres trópicos: Gonville, Thevet e Léry. **Revista USP**, n. 30, 1996.

PIMENTEL PINTO, Edith. **O Português do Brasil: textos críticos e teóricos – 1 – 1820/1920 – Fontes para a teoria e a história**. São Paulo: Edusp, 1981.

POSSENTI, Sírio. A questão do estrangeirismo. In: FARACO, Carlos Alberto (Org.). **Estrangeirismos: guerras em torno da língua**. 3ª ed. São Paulo: Parábola, 2001. p. 168.

PRETI, Dino. **Sociolinguística: Os níveis da Fala, um estudo sociolingüístico do diálogo na literatura brasileira**. São Paulo, Editora Nacional, 1974 (1975).

REY, Alain. Usos, julgamentos e prescrições linguísticas. In BAGNO, Marcos (org.). **Norma linguística**. São Paulo: Loyola, 2001.

REY, Alain. **La lexicologie; lectures**. Paris: Klincksieck, 1970.

REY-DEBOVE, Josette. Léxico e dicionário. In: BIDERMAN, Maria Tereza Camargo. (org.). ALFA: **Revista de linguística**. v. 28 (supl.). São Paulo: Universidade Estadual Paulista, 1984, p. 45-70.

RIBEIRO, João. **Colmeia**. São Paulo: Monteiro Lobato & C. – Editores, 1923.

RIBEIRO, João. **Grammatica Portugueza**. 11ª edição [1887]. Rio de Janeiro: Livraria Francisco Alves, 1904

ROCHA, Proscila Viana da. **Nos rastros da Belle Époque mineira: estrangeirismos franceses em jornais de Belo Horizonte do final do século XIX e início do século XX**. 2013. 209 f. Dissertação (Mestrado em Letras) – Universidade Federal de Ouro Preto, Mariana, 2013.

ROSSI, Bárbara Carvalho. **Rio de Janeiro de Pereira Passos: o poder da imagem na gestão da cidade**. 2017. 97 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação) – Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2017.

SANDMANN, José Antônio. **Morfologia Lexical**. São Paulo: Contexto, 1992.

SANTOS, Fábio Eliomar do Carmo Souza. **Do subúrbio à Neofavela: Contravenções Literárias e Discurso em Lima Barreto e Paulo Lins**. Niterói, 2004. (Dissertação de Mestrado apresentada ao Instituto de Letras da Universidade Federal Fluminense).

SANTOS, José Antônio Barbosa Alves dos. **As faces de Eva: o universo feminino no léxico de Rita Lee**. 2013. Dissertação (Mestrado em Filologia e Língua Portuguesa) - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas USP.

SARAMAGO, José. Mesa-redonda sobre a relação entre a língua portuguesa e os diversos ramos do saber. In: ESTRELA, Edite. **Bem dizer bem escrever: itinerário linguístico-cultural**. 2. ed. Lisboa: Notícias, 1991.

SCHAFF, Adam. **Linguagem e conhecimento**. Coimbra: Livraria Almedina, 1964.

SEABRA, Maria Cândida Trindade Costa de. "LÍNGUA, CULTURA, LÉXICO", p. 65-84. In: Sobral, Gilberto Nazareno Telles; Lopes, Norma da Silva; Ramos, Jânia Martins. **Linguagem, Sociedade e Discurso**. São Paulo: Blucher, 2015.

SEVCENKO, Nicolau (Org.) **História da Vida Privada no Brasil** v. 3: República: da Belle Époque à Era do Rádio. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

SEVCENKO, Nicolau. **Literatura como missão**. Tensões sociais e criação da Primeira República. São Paulo: Brasiliense, 1986

SILVA, Daniel Lukan Schimith. **Culpado ou inocente: o suspense de Poe, Chesterton e Hitchcock**. 2017. 93 f., il. Dissertação (Mestrado em Literatura) - Universidade de Brasília, Brasília, 2017.

SILVA, Kalina Vanderlei; SILVA. Maciel Henrique. **Dicionário de conceitos históricos**. 3. ed. São Paulo: Contexto, 2013.

SILVA, Roberto Candido da. **O polígrafo interessado: João Ribeiro e a construção da brasilidade**. 2008. Dissertação (Mestrado em História Social) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2008.

SOARES NETA, Maria Angelina. **Peregrinações por terras estranhas: a representação da guerra indígena em viagens helenísticas de franceses: André Thevet e Jean de Léry**. 2011. 101 f. Dissertação (Mestrado em Ciências Humanas) – Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia, 2011.

SODRÉ, Nelson Werneck. **História da Literatura Brasileira**. 4a.ed. Rio de Janeiro: Editora Civilização Brasileira S.A., 1964.

SOUZA, Ana Paula Gonçalves. **Leituras da alteridade ameríndia em André Thevet e Jean de Léry**. 2016. Dissertação (Mestrado em História Social) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2016.

SOUZA, Cláudio Mello. **Impressões do Brasil**. São Paulo: Práxis Artes Gráficas, 1986, p. 76-79.

SOUZA, Otávio Tarquínio. **Evaristo da Veiga**. (Brasiliiana). Cia Editora Nacional, 1939.

STÖRIG, Hans Joachim. **A aventura das línguas: uma viagem através da História dos idiomas do mundo**. Trad.: Glória Paschoal de Camargo. São Paulo: Melhoramentos, 1987.

TAGLIAVINI, Carlo. **Orígenes de las lenguas neolatinas: introducción a la filología romance**. Trad.: Juan Almela. México: Fondo de Cultura Económica, 1993.

TEYSSIER, Paul. **História da língua portuguesa**. 2. ed. Tradução de Celso Cunha. São Paulo: Martins, 2014.

THOMAS, George. **Linguistic purism**. London: Longman, 1991.

TLFi: **Trésor de la Langue Française Informatisé**. ATILF – NRS & Université de Lorraine. Disponível em: <<http://atilf.atilf.fr/>>

TRASK, Robert Lawrence. **Dicionário de linguagem e linguística**. Tradução de Rodolfo Ilari. São Paulo: Contexto, 2004.

Trudel, Marcel. **Histoire de la Nouvelle-France**. I – Les vaines tentatives 1524-1603. Montréal/Paris, Fides, 1963.

VASCONCELLOS, José Leite de. **Lições de filologia portuguesa**. 4. ed. enriq. com notas do autor, pref. e anot. por Serafim da Silva Neto. Rio de Janeiro: Livros de Portugal, 1966.

VASCONCELOS, Carolina Michäelis. **Lições de filologia portuguesa**. Lisboa: Revista de Portugal, 1946.

VILELA, Mário. A norma purista no século XVIII (com base num exemplo). **Revista da Faculdade de Letras da Universidade do Porto**, Série de História, Vol. II, Porto, 1982.

VILELA, Mário. **O léxico do português: uma perspetivação geral**. Filologia e Linguística Portuguesa, n.1, p.31-50, 1997.

ZANON, Maria Cecília. A sociedade carioca da Belle Époque nas páginas do nas páginas do Fon-Fon!. **Patrimônio e Memória**, v. 4, n. 2, p. 217-235, 2009.

ZANON, Maria Cecília. **Fon-Fon! Um registro da vida mundana no Rio da Belle Époque**. UNESP – FCLAs – CEDAP, v.1, n.2, 2005.